



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – CAMPUS I
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO E
TECNOLOGIAS APLICADAS À EDUCAÇÃO - GESTEC**

ROSANGELA COSTA SOARES

**SARAMANDAIA:
UM ESTUDO DE CASO SOBRE A PARTICIPAÇÃO DOS
MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS NA LUTA PELO
DIREITO HUMANO À EDUCAÇÃO BÁSICA**

Salvador
2017

ROSANGELA COSTA SOARES

**SARAMANDAIA:
UM ESTUDO DE CASO SOBRE A PARTICIPAÇÃO DOS
MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS NA LUTA PELO
DIREITO HUMANO À EDUCAÇÃO BÁSICA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação, da Universidade do Estado da Bahia, no âmbito da Linha de Pesquisa I – Gestão da Educação e Redes Sociais como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação.

Orientador: Prof. Dr. José Cláudio Rocha

Salvador
2017

FICHA CATALOGRÁFICA
Sistema de Bibliotecas da UNEB

Soares, Rosangela Costa

Saramandaia: um estudo de caso sobre a participação dos movimentos sociais urbanos na luta pelo direito humano à educação básica / Rosangela Costa Soares –. Salvador, 2017.

165 f.

Orientador: Prof. Dr. José Cláudio Rocha

Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado da Bahia. Mestrado Profissional em Gestão e Tecnologias aplicadas a Educação (GESTEC).

Contém referências, anexos e apêndices.

1. Movimentos Sociais - Saramandaia (Salvador, BA). 2. Educação Básica - Saramandaia (Salvador, BA). I. Rocha, José Cláudio. II. Universidade do Estado da Bahia. Mestrado Profissional em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação (GESTEC).

CDD 374

FOLHA DE APROVAÇÃO

SARAMANDAIA: um estudo de caso sobre a participação dos Movimentos Sociais Urbanos na luta pelo Direito Humano à Educação

ROSANGELA COSTA SOARES

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação (*Stricto Sensu*) Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação, Área de Concentração I – Gestão da Educação e Redes Sociais, 11 de maio de 2017, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação, pela Universidade do Estado da Bahia, composta pela Banca Examinadora:



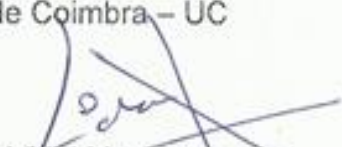
Prof. Dr. André Ricardo Magalhães
Universidade do Estado da Bahia - UNEB
Doutorado em Educação Matemática
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP



Prof. Dr. José Cláudio Rocha
Universidade do Estado da Bahia - UNEB
Doutorado em Educação
Universidade Federal da Bahia – UFBA



Prof.ª Dr.ª Francisca de Paula Santos da Silva
Universidade do Estado da Bahia - UNEB
Doutorado em Educação
Universidade de Coimbra – UC



Prof. Dr. Mário Vidal Moruno
Universidade Mayor de San Simon - UMSS
Doutorado em Ciências da Educação
Universidade Mayor de San Francisco Xavier de Chuquisaca - USFX

As

*Minhas filhas Maria Clara e Maria Victoria, à minha mãe
Valdelice e a Roberto, meu companheiro de todas as
horas, que compreendem as minhas imperfeições e
apoiam todos os meus sonhos*

AGRADECIMENTOS

Ao professor José Cláudio Rocha e à professora Denise Rocha, que muitas lições me ensinaram e continuam a ensinar, pela força e entrega que vivem por sua família, pela humildade e convicção com que nos ensinam a lutar e a acreditar que é possível viver em um mundo melhor.

À Madre Paula Ramos, minha madrinha amada, que me fez enxergar, a partir dos seus inalcançáveis ideais políticos, mas, sobretudo dos seus projetos de vida concretizados, que a participação política é uma forma de enfrentar as injustiças e conquistar batalhas.

A Urânia e Jailton, minha mãe e meu pai do coração, que dividem comigo as minhas quedas e minhas vitórias, ao meu lado, me fortalecem.

À professora Márcea Sales, minha estrela guia, que mesmo distante cuida de mim.

À professora Adriana Lima, por sua força e senso de justiça, pela confiança em meu trabalho, e principalmente pelo sentimento que suas palavras me incentivaram a continuar e acreditar que eu conseguiria chegar até ao fim.

À Adriana, minha colega e amiga, por todas as risadas e tristezas compartilhadas nessa longa jornada.

À Aline Nazaré, minha pró querida, que compartilhou comigo cada parágrafo desse trabalho.

À Ana Luiza Parada, meu porto seguro, que me ajuda a entender meus limites e conviver com minhas imperfeições.

À Josiana Rocha, Helena Rêgo e Urânia Pureza, gestoras da Escola Municipal Marisa Baqueiro Costa, e as professoras ***Josenita, Graça, Lucineide, Alana***,

Rosimeire, Rosa e Elisângela por abrirem as portas da escola e permitir que este trabalho fosse realizado.

À Tânia, Lisiane, Valdirene, Maria Edeide e Iana, amigas de labuta, pelo apoio em todo o processo desse trabalho.

À Nanci, Hildete, Rosana, Eugênia e Beatriz, espetacular equipe do Centro de Documentação e Informação da Universidade do Estado da Bahia, pela parceria incondicional na construção no meu processo formativo, a vocês minha eterna gratidão.

Aos moradores de Saramandaia, meu povo, que cotidianamente luta pelo direito de ser cidadão.

Agradeço, enfim, aos professores André Ricardo Magalhães, Mário Vidal Moruno e Francisca de Paula Silva que gentilmente aceitarem o convite para participarem da banca, aos professores e funcionários do GESTEC pela colaboração, especialmente Balbina, Jeane e Edinilson, pois com competência e ternura sempre nos ajudaram, a mim e aos meus companheiros do mestrado, Thayse, Marcos, Everton, Gilberto, Leonardo e Naty, pela colaboração e podermos compartilhar momentos tão intensos neste percurso formativo, e aos Grupos de Pesquisas GEFEP, GEDH e CriAtivos pela oportunidade do aprendizado colaborativo.

O diálogo não é um produto histórico, é a própria historicização. É ele, pois, o movimento constitutivo da consciência que, abrindo-se para a infinitude, vence intencionalmente as fronteiras da finitude e, incessantemente, busca reencontrar-se a si mesmo num mundo que é comum; porque é comum esse mundo, buscar-se a si mesmo é comunicar-se com o outro. O isolamento não personaliza porque não socializa. Intersubjetivando-se mais, mais densidade subjetiva ganha o sujeito.

Paulo Freire (1987, p.16).

RESUMO

O trabalho é um estudo de caso sobre a participação dos Movimentos Sociais Urbanos na luta pelo Direito Humano à Educação Básica em Saramandaia, bairro localizado em Salvador, Bahia, Brasil, no período de 1970 e 2016. Tem como foco a construção da Escola Municipal Marisa Baqueiro Costa. Ressalta a participação dos moradores na cena pública como forma de reconhecimento de seus direitos enquanto atores sociais e políticos. Para tanto, adotou os seguintes procedimentos: pesquisa bibliográfica e documental, entrevistas semiestruturadas e produção de material audiovisual o que nos permitiu a coleta de evidências do fenômeno analisado. Este estudo de caso reafirma a importância dos movimentos sociais urbanos na luta, conquista e defesa dos interesses da população historicamente marginalizada, assim como o papel que a escola tem na difusão do conhecimento, das experiências e das reflexões sobre as questões que atingem a comunidade. Conclui que a implantação da Escola Municipal Marisa Baqueiro Costa foi resultado da organização dos moradores, que conseguiram formular estratégias junto ao Estado, mesmo em situação desigual que estavam submetidos. Fica evidenciado que a luta pelo Direito Humano à Educação é um processo contínuo podendo ser observada atualmente através das reivindicações voltadas para ampliação de vagas e manutenção da escola conquistada. Por fim, propõe-se como produtos desta pesquisa o estudo de caso, o Plano de Ação da Escola em Educação em Direitos Humanos, assim como o vídeo documentário para expor a narrativa dessa proposta.

Palavras-chave: Saramandaia. Movimentos Sociais Urbanos. Participação. Direito Humano à Educação Básica.

ABSTRACT

The paper is a case study on the participation of urban social movements in the struggle for Human Right to Basic Education in Saramandaia, a neighborhood located in Salvador, Bahia, Brazil, between 1970 and 2016. Its focus is the construction of the Municipal School A hard tackle from Marisa Baqueiro Costa. It emphasizes the participation of the residents in the public scene as a way of recognizing their rights as social and political actors. To do so, it adopted the following procedures: bibliographic and documentary research, semi-structured interviews and production of audiovisual material which allowed us to collect evidence of the phenomenon analyzed. This case study reaffirms the importance of urban social movements in the struggle, conquest and defense of the interests of the historically marginalized population, as well as the role that the school has in the diffusion of knowledge, experiences and reflections on the issues that affect the community. It concludes that the implementation of the Marisa Baqueiro Costa School was a result of the organization of the residents, who were able to formulate strategies with the State, even in an unequal situation. It is evidenced that the struggle for the Human Right to Education is an ongoing process that can be observed nowadays through the demands aimed at expanding vacancies and maintaining the conquered school. Finally, the case study, the School's Action Plan on Education in Human Rights, and the documentary video to present the narrative of this proposal are proposed as the products of this research.

Keywords: Saramandaia. Urban Social Movements. Participation. Human Right to Basic Education.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 - ATAS DO LIVRO DO CONSELHO ESCOLAR DA EMMBC	44
FIGURA 2 – LOCALIDADE DE SARAMANDAIA, AO FUNDO, TERMINAL RODOVIÁRIO VIANA CASTRO	50
FIGURA 3 - MAPA DE SARAMANDAIA, SALVADOR, BAHIA, BRASIL.....	51
FIGURA 4 - ESCOLA MUNICIPAL MARISA BAQUEIRO COSTA, SARAMANDAIA	55
FIGURA 5 - MORADORES DE SARAMANDAIA RECONSTRUÍDO SUAS CASAS APÓS DESPEJO...	63
FIGURA 6 - DIVULGAÇÃO DO LANÇAMENTO DO LIVRO SARAMANDAIA, HISTÓRIAS DE AREIA E LAMA (1980)	64
FIGURA 7 – ESCOLINHA TIA GIZA, SARAMANDAIA, SALVADOR, BAHIA, BRASIL.....	65
FIGURA 8 – MANIFESTAÇÃO DAS MULHERES DE SARAMANDAIA EM PROL DA CONSTRUÇÃO DA PASSARELA NA AVENIDA ACM, SALVADOR, BAHIA, BRASIL.....	71
FIGURA 9 – VIOLÊNCIA POLICIAL CONTRA MORADORES DE SARAMANDAIA QUE REIVINDICAVAM A INSTALAÇÃO DE SINALEIRAS NA AVENIDA ACM	72
FIGURA 10 – REIVINDICAÇÃO DOS MORADORES DE SARAMANDAIA EM PROL DA CONSTRUÇÃO DE PASSARELA NA AVENIDA ACM COM O APOIO DO MOVIMENTO DE DEFESA DOS FAVELADOS.....	73
FIGURA 11 – MORADORES EXIGEM CELERIDADE NA CONSTRUÇÃO DA PASSARELA DA AVENIDA ACM.....	74
FIGURA 12 - REIVINDICAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DE SARAMANDAIA EM PROL DE CONSTRUÇÃO DE ESCOLAS NA LOCALIDADE	75
FIGURA 13 – PORTARIA DE CRIAÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL MARISA BAQUEIRO COSTA LEI No 3.500/1985.....	77
FIGURA 14 – VISITA DA PRESIDENTE DAS VOLUNTÁRIAS SOCIAIS DA BAHIA ÀS OBRAS DA CRECHE ESTADUAL RISOLETA NEVES	78
FIGURA 15 - ANÚNCIO PUBLICITÁRIO DA INAUGURAÇÃO DA CRECHE ESTADUAL RISOLETA NEVES	79
FIGURA 16 - CENTRALIDADES E PROJETOS IMPACTANTES.....	80
FIGURA 17 - LINHA 2 DO METRÔ VISTA DE SARAMANDAIA	83
FIGURA 18 - TRAJETO DO PROJETO VIA EXPRESSA LINHA VIVA EM SARAMANDAIA	86
FIGURA 19 - DISTÂNCIA DAS ESCOLA MUNICIPAL MARISA BAQUEIRO COSTA E ESCOLA MUNICIPAL RISOLETA NEVES DAS LINHAS DA CHESF	87

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - PROPOSTA DE PLANO DE AÇÃO DA ESCOLA EM EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS	109
QUADRO 2 – SISTEMATIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES COM BASE NA TRIANGULAÇÃO DE EVIDÊNCIAS: LIDERANÇA CATÓLICA	135
QUADRO 3– SISTEMATIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES COM BASE NA TRIANGULAÇÃO DE EVIDÊNCIAS: LIDERANÇAS ATUANTES EM SARAMANDAIA NAS DÉCADAS DE 1970 E 1980...	137
QUADRO 4 - SISTEMATIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES COM BASE NA TRIANGULAÇÃO DE EVIDÊNCIAS: ATUAIS LIDERANÇAS COMUNITÁRIAS DE SARAMANDAIA	140
QUADRO 5 SISTEMATIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES COM BASE NA TRIANGULAÇÃO DE EVIDÊNCIAS: LIDERANÇAS ATUANTES EM SARAMANDAIA NAS DÉCADAS DE 1970 E 1980...	141
QUADRO 6 - PROJETO - SARAMANDAIA: TERRITÓRIO DE LUTA E RESISTÊNCIA	144
QUADRO 7 DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS POR TURNO DA ESCOLA MUNICIPAL MARISA BAQUEIRO COSTA EM 2016.	145

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABD	ABORDAGEM BASEADAS EM DIREITOS
ACM	ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES
ACNUDH	ALTO COMISSONADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS DIREITOS HUMANOS
APMS	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DE SARAMANDAIA
BM	BANCO MUNDIAL
CAB	CENTRO ADMINISTRATIVO DA BAHIA
CAPEB	FUNDAÇÃO COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAS DE NÍVEL SUPERIOR
CEAS	CENTRO DE ESTUDOS E AÇÃO SOCIAL
CEASA	CENTRO DE ABASTECIMENTO DA BAHIA
CEBs	COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE
CECUP	CENTRO DE CULTURA E EDUCAÇÃO POPULAR
CEP	COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA
CEPAL	COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA
CF	CONSTITUIÇÃO FEDERAL
CHESF	COMPANHIA HIDRELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO
CIA	CENTRO INDUSTRIAL DE ARATU
CNBB	CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL
CNEDH	COMITÊ NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS
CNS/MS	CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE/MINISTÉRIO DA SAÚDE
CONDER	COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO ESTADO DA BAHIA
CONEP	CONSELHO NACIONAL DE PESQUISA
COPEC	COMPLEXO PETROQUÍMICO DE CAMAÇARI
CRDH	CENTRO DE REFERÊNCIA EM DESENVOLVIMENTO E HUMANIDADES
DCNs	DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA
DETRAN	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO
DUDH	DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS
ECA	ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

EDH	EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS
EIUA	ESTUDO DE IMPACTO URBANO AMBIENTAL
EJA	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
EMMBC	ESCOLA MUNICIPAL MARISA BAQUEIRO COSTA
FAUFBA	FACULDADE DE ARQUITETURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
GEDH	GRUPO DE PESQUISA EM GESTÃO, EDUCAÇÃO E DIREITOS HUMANOS
GESTEC	PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO E TECNOLOGIAS APLICADAS À EDUCAÇÃO
IBGE	INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS
JOC	JUVENTUDE OPERÁRIA CRISTÃ
LDB	LEI DE DIRETRIZES E BASES
MDF	MOVIMENTO DE DEFESA DOS FAVELADOS
MEB	MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE
MEC	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
MFRAC	MOVIMENTO DE FRATERNIDADE CRISTÃ
OEDHCV	OBSERVATÓRIO DA EDUCAÇÃO, DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA E VIOLÊNCIA
ONGs	ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS
ONU	ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS
PEDH	PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS
PMS	PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR
PMEDH	PROGRAMA MUNDIAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS
PNDU	PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO
PNE	PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
PNEDH	PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS
PNEDH - 3	PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS - 2010
PPP	PARCERIA PÚBLICO-PRIVADO
PPP	PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO
RAS	REDE DE ARTICULAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE SARAMANDAIA
RBA	<i>RIGHT-BASED APPROACH</i>
RMS	REGIÃO METROPOLITANA DO SALVADOR
SEC	SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO
SEI	SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS

SMED	SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DO SALVADOR
TCLE	TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIMENTO
UFBA	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
UNEB	UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
UNESCO	ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA EDUCAÇÃO, À CIÊNCIA E A CULTURA
UNICEF	FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA INFÂNCIA

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
2 PRÁTICA TEÓRICA	24
2.1 MOVIMENTOS SOCIAIS POPULARES URBANOS NO BRASIL: ALGUNS APONTAMENTOS	25
2.1.1 Contexto do movimento de educação popular no Brasil nas décadas de 1970 e 1980	32
2.2 A EDUCAÇÃO BÁSICA NA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA DE 1988 E O EXERCÍCIO DA CIDADANIA	34
2.3 GESTÃO DEMOCRÁTICA DA ESCOLA PÚBLICA	39
2.4 PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR E LOCAL NA GESTÃO DAS ESCOLAS DO SISTEMA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SALVADOR, BAHIA....	43
3 PRÁTICA EPISTEMOLÓGICA	46
3.1 O ESTUDO DE CASO COMO MÉTODO DE PESQUISA.....	47
3.1.1 A fase exploratória	47
3.1.2 Contexto da pesquisa	49
3.2 OS INSTRUMENTOS DE COLETA DE EVIDÊNCIAS.....	55
3.2.1 Pesquisa documental	55
3.2.2 Entrevistas semiestruturadas em formato de documentário	57
3.3 ASPECTOS ÉTICOS.....	59
4 PRÁTICA DIALÓGICA	61
4.1 PARTICIPAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DE SARAMANDAIA NA LUTA POR DIREITOS NAS DÉCADAS DE 1970 E 1980	62
4.2 A REIVINDICAÇÃO EM FACE AO ESTADO: CONSTRUINDO A ESCOLA MUNICIPAL MARISA BAQUEIRO COSTA.....	75
4.3 PARTICIPAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DE SARAMANDAIA PELA LUTA E DEFESA DE DIREITOS: QUARENTA ANOS DEPOIS	80
5 PLANO DE AÇÃO DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS – SARAMANDAIA, TERRITÓRIO DE LUTA E RESISTÊNCIA: DIÁLOGO ENTRE ESCOLA E COMUNIDADE	90
5.1 EDUCAÇÃO EM E PARA DIREITOS HUMANOS NO BRASIL.....	91
5.2 PROJETO SARAMANDAIA. TERRITÓRIO DE LUTA E RESISTÊNCIA: DIÁLOGO ENTRE A ESCOLA E COMUNIDADE	95
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	112
REFERÊNCIAS	116
APÊNDICE A - Termo de autorização	128

APÊNDICE B – Roteiro de Entrevista semiestruturada com as lideranças religiosas católicas atuante em Saramandaia nas décadas de 1970 e 1980	129
APÊNDICE C - Roteiro de Entrevista semiestruturada com os líderes comunitários em exercício no bairro de Saramandaia.....	130
APÊNDICE D - Roteiro de Entrevista semiestruturada com os líderes comunitários atuantes no bairro de Saramandaia nas décadas de 1970 e 1980	131
APÊNDICE E - Roteiro de Entrevista semiestruturada com as gestoras da Escola Municipal Marisa Baqueiro Costa.....	132
APÊNDICE F – SISTEMATIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES COM BASE NA TRIANGULAÇÃO DE EVIDÊNCIAS	133
APÊNDICE G – Sistematização de informações com base na triangulação de evidências	136
APÊNDICE H – Sistematização de informações com base na triangulação de evidências	138
APÊNDICE I – Sistematização de informações com base na triangulação de evidências	141
APÊNDICE J – Cronograma de ações do Projeto Saramandaia, território de luta e resistência: diálogo entre escola e comunidade.....	142
APÊNDICE K – Distribuição dos alunos por turno e ano de escolarização da Escola Municipal Marisa Baqueiro Costa - 2016.....	145
APÊNDICE L - Perfil das personagens dos participantes do documentário	146
ANEXO A – Termo de Compromisso do Pesquisador.....	147
ANEXO B – Termo de Autorização Institucional	148
ANEXO C – Termo de Autorização da Instituição Coparticipante.....	149
ANEXO D – Termo de Concessão.....	150
ANEXO E – Termo de Confidencialidade	151
ANEXO F – Declaração de Concordância com o Desenvolvimento do Projeto	152
ANEXO G – Termo de Consentimento Livre e Esclarecimento	153
ANEXO H – Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa.....	155
ANEXO I – Autorização de Pesquisa: Secretaria da Educação de Salvador	158

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho é um estudo de caso sobre a participação dos Movimentos Sociais Urbanos na luta pelo Direito Humano à Educação Básica em Saramandaia, bairro localizado em Salvador, Bahia, Brasil, no período de 1970 a 2016, através da construção da Escola Municipal Marisa Baqueiro Costa.

Ressalte-se, que apesar do amplo recorte temporal, discutimos com mais afinco dois momentos: o primeiro, compreendido entre o final da década de 1970 e meados da década 1980, marcados pelo início da conscientização política da população, formação dos movimentos sociais e florescimento das primeiras lutas pelo direito à educação pública na localidade; o segundo momento, entre 2010 a 2016, no qual emergem novos processos de luta contra a remoção de moradores e equipamentos educacionais por projetos impactantes, dentre eles a Escola Municipal Marisa Baqueiro (EMMBC). Neste período, o Projeto Saramandaia: Território de Luta e Resistência é desenvolvimento no âmbito da EMMBC, objetivando fortalecer o diálogo entre a Escola e a Comunidade para a construção de um espaço de resistência e defesa do Direito Humano à Educação e ao território.

Nessa perspectiva, ao analisar a complexidade da organização dos moradores das periferias urbanas em associações e a formação política dos sujeitos envolvidos para a transformação da realidade local a partir de ações conjuntas, constata-se que a educação desempenha um importante papel na sociedade, não apenas por ser ela um fator de reprodução da desigualdade, mas, sobretudo, por contribuir na construção dos sujeitos.

Logo, é imprescindível que registre meu lugar de fala, já que compreendo a importância da promoção do diálogo intersetorial sobre práticas educativas entre escola e comunidade local proposta neste estudo é resultado de minhas experiências pessoais e profissionais sobre a temática em questão.

Nascida e criada em Saramandaia, iniciei meu percurso escolar e profissional na comunidade. Nos primeiros anos escolares frequentei a Escola Comunitária Nossa

Senhora das Mercês. Escola com duas pequenas salas de aula no alto de um morro que apresentava as crianças um projeto educacional baseado na prática dialógica referendada por Paulo Freire, já que era mantida pela Irmã Paula ligada a base progressista da Igreja Católica.

Quanta saudade! Do desenho das primeiras letras, das rodas de conversa, dos desenhos livres, dos risos puros com os colegas, do afago das professoras.... Tudo isso nos constituía cheios de valores humanos. Já, em 1985, estudei na primeira escola pública da comunidade, denominada Escola Municipal Marisa Baqueiro Costa, essa foi construída após várias reivindicações da Associação Beneficente das Senhoras de Saramandaia que acreditavam na educação como fator de transformação social.

Vale ressaltar que, mesmo com pouca idade, acompanhava Irmã Paula, minha mãe e as outras mulheres, todas matriarcas e aguerridas em prol de melhorias para a comunidade. Tudo isso, me levou a compreender desde cedo que os direitos da população pobre não são dados, mas conquistados através da organização, da luta e da resistência de mulheres e homens frente à negação de direitos.

Cresci! O tempo passou... e no segundo grau fiz o curso de magistério, em seguida já na Universidade do Estado da Bahia, fiz Pedagogia. Tive a oportunidade de iniciar minha vida profissional trabalhando como estagiária da Escola Estadual Risoleta Neves em classes da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no turno noturno em Saramandaia. Foram tempos de desafios e compreensão da função social da escola para os jovens, adultos e idosos que não tiveram acesso à escola na infância, não sabiam ler e escrever e, por isso, se sentiam excluídos da sociedade.

Hoje, como professora concursada da Prefeitura de Salvador, leciono na Escola Municipal Marisa Baqueiro Costa, a mesma que estudei! E posso afirmar que a escola, fruto da luta dos movimentos sociais do bairro, pouco dialoga com a comunidade. O que impulsionou a construção desse estudo.

É preciso destacar que o surgimento do Bairro de Saramandaia na década de 1970 se assemelha em termos sociais, políticos e econômicos, à maioria dos bairros

periféricos das zonas urbanas deste país. Todavia, o enfrentamento de suas condições adversas, através da organização popular, direciona nosso olhar sobre a experiência política dessa comunidade.

Para tanto, o interesse em pesquisar a temática surgiu em 2015 quando iniciei no Programa de Mestrado Profissional em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação (GESTEC) vinculado a Universidade do Estado da Bahia (UNEB), sob orientação do Professor Dr. José Cláudio Rocha, coordenador do Centro de Referência em Desenvolvimento e Humanidades (CRDH), resolução Nº1.247/2016 e do Observatório da Educação, Direitos Humanos, Cidadania e Violência (OEDHCV) da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoas de Nível Superior (Capes).

Ressalto que o CRDH é uma instituição interdisciplinar e colaborativa criada para fortalecer os processos educacionais que trabalham com educação e valores democráticos, atitudes e práticas coletivas que promovam a cultura de respeito aos Direitos Humanos, através das Abordagens Baseadas em Direitos (ABD), metodologias de pesquisa interativas e participativas, fundamentadas na Declaração Universal de Direitos Humanos e em outros instrumentos internacionalmente aceitos, que fornecem padrões reconhecidos globalmente do significa viver dignamente.

Acrescento que, as discussões realizadas pelos grupos de pesquisa vinculados ao CRDH - Gestão, Educação e Direitos Humanos (GEDH) e o CriAtivos - me possibilitaram alguns pontos de investigação. Além das perspectivas de compreensão sobre a importância do tema como forma de conquista de direitos e um aliado para formação, mediação de conflitos e criação de espaços de diálogo voltados para a construção de processos socioeducativos capazes de valorizar as singularidades da comunidade, sua constituição e identidade.

Assim como, o GESTEC em conformidade com a Portaria Normativa Nº 17 de 28 de dezembro de 2009 que dispõe sobre o mestrado profissional no âmbito da CAPES, tem como um de seus pressupostos a articulação entre a teoria e prática profissional na construção das propostas com o objetivo de contribuir para melhoria da Educação Básica, tendo em vista, a direta vinculação entre universidade e sociedade.

Dessa forma, o programa inclui em seus critérios de seleção a construção de produtos, que no caso dessa pesquisa, é o estudo de caso, o plano de ação da escola e vídeo documentário. Este último, produzido no Laboratório de Informação, Memória e Documentação (LIMDO) do CRDH por Emila Alana Sena e Everton Terra Nova, membros do CRDH. A elaboração desses produtos também ocorreu por compreendermos a estreita relação entre a escola e comunidade para melhoria da prática educativa.

Nesse horizonte, o presente estudo considera a relevância da pesquisa como um dos pilares da construção do conhecimento em sua relação com o sujeito histórico. Não podemos desvincular a historicidade, o compromisso político e ético da escola na construção destas dimensões, bem como a necessidade de intervenção.

Ao tornar visível a participação dos movimentos sociais de Saramandaia, representados pelas associações, grupos culturais e as Comunidades Eclesiais de Base em sua relação com a EMMBC, temos a intenção de colaborar com a formação de meninos e meninas, tornando-os capazes de valorizar as lutas e conquistas da comunidade, além de se perceberem como sujeitos integrantes dessa história. Essas questões justificam a escolha do tema e nos direcionam a pensar: Como se deu a participação dos Movimentos Sociais Urbanos na luta pelo Direito Humano à Educação Básica em Saramandaia no período de 1970 a 2016?

Imbuídos pelo questionamento, trazemos como objetivo geral apresentar proposta de plano de ação da escola em Educação em Direitos Humanos. Para tal, buscamos investigar o papel dos Movimentos Sociais de Saramandaia na luta e conquista do Direito Humano à Educação Básica. Tencionamos também, investigar o papel da escola, seus desafios e como se constitui enquanto espaço de cidadania, articulada com os movimentos sociais, utilizando o vídeo documentário para expor a narrativa dos gestores escolares, lideranças comunitárias e religiosas, por fim, investigar a participação dos Movimentos Sociais de Saramandaia na luta pelo Direito Humano à Educação Básica na localidade, através de um estudo de caso na Escola Municipal Marisa Baqueiro Costa.

Na análise do fenômeno recorreremos a pesquisa documental e bibliográfica. Sendo que, a pesquisa documental ocorreu na EMMBC, em associações do bairro de Saramandaia e em três jornais da cidade do Salvador. Na Escola identificamos o Projeto Político-Pedagógico (PPP) e as atas do Conselho Escolar; nas associações do bairro analisamos ofícios, atas e estatutos e no Jornal A Tarde, Tribuna da Bahia e Correio da Bahia, buscamos reportagens que relatassem formas de protesto e mobilização dos moradores do bairro, com foco nas reivindicações pela construção de escolas públicas, a partir de 1970, década do surgimento de Saramandaia. As reportagens foram selecionadas em seis visitas, duas em cada jornal, entre os meses de julho e agosto de 2016.

Na pesquisa bibliográfica verificamos que as temáticas: Saramandaia, Movimentos Sociais Urbanos, Direito Humano à Educação Básica e participação são estudados por vários autores, dos quais trouxemos para análise dos conceitos referentes a Saramandaia: Silva (1980); Lima (2016). Sobre Movimentos Sociais Urbanos nos debruçamos nos estudos de Sader (1988); Chauí (1988); Gohn (2005; 2011); Carvalho (2002); Scherer-Warren (2005); Touraine (2006), Arroyo (2003).

Em relação aos conceitos do Direito Humano à Educação Básica buscamos as pesquisas de Cury (2002), Rocha (2009), Novaes e Fialho (2010), Vieira (2007), Dourado (2008); Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos e Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação em Direitos Humanos. Sobre participação nos fundamentamos nas pesquisas de Freire (1979; 1981; 2001; 2014; 2015) e Bordenave (1983). Com base nos autores e documentos, selecionamos as categorias analíticas para formulação do quadro teórico da pesquisa.

Assim, acreditamos que o (a) diretor (a) escolar poderá desenvolver seu plano de ação da escola em Educação em Direitos Humanos para estimular e promover a participação da comunidade local na gestão da escola. Finalmente, o plano de ação da escola e o documentário serão apresentados à comunidade e encaminhados à Secretaria Municipal da Educação do Salvador (SMED), para que o responsável da instituição, avalie e proceda com a publicação e desenvolvimento.

Dessa forma, justifico a escolha desse estudo sobre a antiga “invasão” de Saramandaia, hoje Bairro de Saramandaia, desde sua caminhada de aproximadamente 40 anos com os movimentos sociais urbanos, de resistência e luta pelo Direito Humano à Educação. Na certeza que morar no bairro há anos e atuar na escola, em estudo, faz de mim um sujeito situado e contextualizado com as mudanças ocorridas na comunidade.

Nosso intuito é revelar a história de Saramandaia, no que tange à luta pelo direito à educação escolar na localidade, tirando-a da invisibilidade social e protegendo o patrimônio imaterial dessa comunidade, sua identidade. Pretendemos, assim, reconhecer e valorizar as dimensões históricas, sociais e políticas do lugar onde os sujeitos estão construindo suas vidas.

Para tanto, organizamos o estudo em capítulos. A presente introdução, Capítulo 1, buscou contextualizar o problema, seus objetivos e categorias, além de uma breve apresentação do percurso metodológico.

No capítulo 2, Prática Teórica, abordamos a formação dos movimentos sociais urbanos no Brasil, o contexto do movimento de educação popular e a luta pelo direito à participação nas décadas de 1970 e 1980, a Constituição Federal de 1988 e o exercício da cidadania, assim como, a gestão democrática da escola pública.

No capítulo 3, Prática Epistemológica, tratamos do percurso metodológico que a pesquisa visou imprimir, tendo como referencial o método de pesquisa estudo de caso fundamentado por Yin (2003) e André (2013; 1992), ao partir da realidade concreta e recorrer ao processo histórico para identificar aspectos da formação política, social e cultural dos moradores de Saramandaia.

O capítulo 4, Prática dialógica, traz a perspectiva da análise das evidências, tendo em vista a participação dos Movimentos Sociais de Saramandaia na organização das reivindicações pelo direito à educação.

O capítulo 5, o Plano de Ação da Escola em Educação em Direitos Humanos, tem por objetivo apresentar as estratégias de articulação capazes de redefinir e recriar a

relação entre a comunidade escolar e comunidade local, tendo como referências ações realizadas na EMMBC em conjunto com as instituições comunitárias e governamentais do bairro. Estratégias que serviram de base para a construção do plano de ação da escola em Educação em Direitos Humanos: escola e comunidade e a produção do documentário Saramandaia: movimentos de luta à educação. Nas considerações finais apresentamos uma síntese do processo desenvolvido neste estudo.

2 PRÁTICA TEÓRICA

Os Movimentos Sociais Urbanos compreendidos entre 1970 e 1980, representaram a inserção de um novo sujeito social na cena histórica do Brasil. Novo porquê, buscou “[...] romper com a tradição sócio política da tutela e da cooptação e, por isso mesmo, fazendo a política criar novos lugares para exercitar-se”. (CHAUÍ, 1988, p. 11)

Nesse contexto, também foi gerado um novo sujeito coletivo que segundo Sader (1988) apresentou uma nova forma de coletividade “[...] onde se elabora uma identidade e se organizam práticas através das quais seus membros pretendem defender interesses e expressar suas vontades, constituindo-se nessas lutas”. (SADER, 1988, p. 55)

Com efeito, não podemos esquecer que o enfrentamento do povo sobre as questões indignas partiu do redimensionamento de práticas de instituições em crise¹ - Igreja Católica; partidos de esquerda, Movimento Sindical (CHAUÍ, 1988). Para a autora, embora essas instituições tenham um papel importante na criação do novo sujeito social, este difere de suas origens, pois:

[...] não se apresenta como portador da universalidade definida a partir de uma organização determinada que opera como vetor e telos das ações sócio políticas e para a qual não haveria propriamente direitos, mas objetos ou engrenagens da máquina organizadora. (CHAUÍ, 1988, p. 10)

Diante desse cenário, coadunamos com a autora ao afirmar que os movimentos sociais populares atuam como “[...] fontes populares de informação, aprendizado e

¹ Segundo Marilena Chauí, (1988, p. 11), ao prefaciá-la obra "Quando Novos Personagens entram em cena" de Eder Sader, a crise da Igreja, dos partidos de esquerda e do movimento sindical foi experimentada através de um descolamento com seus públicos respectivos, precisando encontrar vias para reatar relações com ele. Ainda de acordo com Chauí (1988, p. 11) a crise da Igreja levou à reformulação de seu discurso e de prática, a partir da matriz discursiva da Teologia da Libertação. A crise das esquerdas foi gerada pelas derrotas anteriores e dos impasses internacionais, ainda não reformularam a matriz discursiva marxista. Por fim, a crise sindical sob a matriz discursiva do novo sindicalismo, superou a ausência das tradições populares e a sistematização teórica, vindo a ocupar um lugar institucional capaz de compreender a percepção dos antagonismos que regem a sociedade de classe.

conhecimento políticos que tendem a ser ampliados e redefinidos pela própria prática e sua dinâmica”. (CHAUI, 1988, p. 13).

Desse modo, organizamos o capítulo em subseções: na primeira, trazemos a inserção do sujeito social (SADER, 1988) como fator de pressão na cena política do Brasil, assim como sua participação para redemocratização do país. Na segunda, analisamos a Educação Básica na Constituição Federal de 1988 e sua relação com o exercício da cidadania. Na terceira seção, tratamos dos mecanismos de participação na gestão democrática da escola pública e, por fim, identificamos como ocorre a participação das comunidade escolar e local, na gestão das escolas do Sistema Municipal da Educação de Salvador, tendo como referência a gestão da Escola Municipal Marisa Baqueiro Costa (EMMBC).

2.1 MOVIMENTOS SOCIAIS POPULARES URBANOS NO BRASIL: ALGUNS APONTAMENTOS

Para que se atinja maior clareza na compreensão sobre a temática Movimentos Sociais no Brasil, é necessário, primeiro, compreender a gênese do fenômeno, a pobreza.

Maria Carmelita Yazbek (2012, p. 294), nos alerta para o fato de que pobreza é parte constitutiva da história do Brasil, assim como os ínfimos recursos destinados aos serviços voltados para seu enfrentamento. Ainda conforme a autora (2012, p. 289), “[...] os pobres são produtos das relações desenvolvidas nas relações constitutivas de um padrão de desenvolvimento capitalista, extremamente desigual, em que convive acumulação e miséria”.

Ao refletir o fenômeno da pobreza na perspectiva histórico-crítica verificamos que nas sociedades pré-capitalistas a pobreza e as desigualdades sempre fizeram parte da estrutura social. Porém, é na sociedade capitalista que o aumento de produção altera a configuração social. Posto que, o aumento da produção não representa diminuição das desigualdades, mas, o aumento da exploração do trabalhador pelo dono dos meios de produção e, conseqüentemente maior desigualdade entre os indivíduos.

Nesta mesma perspectiva, Milton Santos (2013, p. 18), afirma que “a pobreza não é uma categoria econômica, mas também uma categoria política acima de tudo. Estamos lidando com um problema social”.

Montaño (2012, p. 279), destaca que a pobreza:

No modo de produção capitalista, não é o precário desenvolvimento social e econômico que leva à pauperização de amplos setores sociais, mas o próprio desenvolvimento, das forças produtivas, é o responsável pelo empobrecimento (absoluto e relativo) de segmentos da sociedade. Não é, portanto, um problema de distribuição no mercado, mas tem sua gênese na produção, no lugar que ocupam os sujeitos no processo produtivo.

Portanto, as formas de enfrentar a situação de pobreza, absoluta e relativa², estão relacionadas às efetivas mudanças econômicas, sociais e políticas. Mudanças estas que passam necessariamente pela organização das classes populares na luta pelos Direitos Humanos.

Ao refletirmos sobre as formas de organização, luta e resistência das classes populares contra o modo de produção capitalista estamos nos referindo a uma condição de classe e, portanto, a uma categoria histórica e socialmente construída, não podendo ser compreendida como um fenômeno natural.

Neste contexto, surgem os movimentos sociais urbanos como uma das manifestações da questão social, representados pela organização de um determinado grupo de sujeitos sociais, na defesa de seus direitos.

Os movimentos sociais urbanos lutam contra a forma desigual de acumulação e distribuição dos bens socialmente produzidos pelo sistema capitalista, sobretudo,

² Cf. (CRESPO; GUROVITZ. 2002, p. 4) o conceito de pobreza relativa é descrito como aquela situação em que o indivíduo, quando comparado a outros, tem menos de algum atributo desejado, seja renda, sejam condições favoráveis de emprego ou poder. O enfoque absoluto na conceituação da pobreza se observa quando da fixação de padrões para o nível mínimo ou suficiente de necessidades, conhecido como linha ou limite da pobreza, determinando a percentagem da população que se encontra abaixo desse nível.

àqueles ligados aos bens de consumo coletivo e aos serviços básicos prestados pelo Estado às classes populares moradoras dos centros urbanos.

Maria da Glória Gohn (2011a, p. 13), define os movimentos sociais como “[...] ações coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas”.

Jacobi (2011, p. 165), também compartilha do entendimento de Gohn (2011) ao destacar que as reivindicações dos movimentos populares estão geralmente relacionadas a bens de consumo coletivo.

As carências e defasagens no nível de apropriação da água, dos esgotos, dos transportes coletivos, da saúde, da educação e dos equipamentos sociais têm se tornado cumulativamente em fatores que afetam o que convencionou chamar de qualidade de vida dos cidadãos, mas que afetam mais a alguns do que a outros, dependendo de sua posição na estrutura social da cidade e do seu acesso aos recursos públicos. Os movimentos têm surgido das contradições que se expressam no cotidiano da população na sua condição de moradores. (JACOBI, 1986, p.222)

Por sua vez, Alain Touraine (2006), chama atenção sobre as necessidades de não aplicar a noção de movimentos sociais a todo e qualquer forma de ação coletiva e de conflito (2006, p. 18), e completa “[...] o essencial é reservar a ideia de movimento social a uma ação coletiva que coloca em causa um modo de dominação social generalizada” (TOURAINÉ, 2006, p. 18). Para o autor, falar sobre movimento social:

[...] significa colocarmo-nos no ponto de vista dos atores, que são, ao mesmo tempo, conscientes do que têm em comum, ou seja, dos mecanismos de conflitos e dos interesses particulares que os definem uns contra os outros (TOURAINÉ, 2006, p. 20).

No que se refere aos movimentos sociais populares urbanos, Gohn (2005, p. 49), declara que estes são uma das variadas matrizes dos movimentos sociais, assim como, mulheres, negros, populares de periferia, pacifistas, político-partidário, sindicatos, religiosos, como uma diferença, representam a continuidade do pensamento e da prática construída pela educação popular.

No ponto de vista do Brasil, o ingresso das classes populares no cenário político como elemento de pressão ocorre pela primeira vez após a segunda guerra mundial (GOHN, 2011b, p. 91), influenciada pela migração da população da zona rural para os centros urbanos em busca de emprego e melhores condições de vida. Neste período, o capitalismo monopolista³ avança e instala uma nova configuração social nos centros urbanos.

Contrários a estas mudanças, os trabalhadores passam a se organizar em sindicatos e associações com objetivo de reivindicar melhores condições de trabalho. Nesse cenário de insatisfação social.

[...] o Estado assume tarefas e funções essenciais para a nova fase de acumulação capitalista e inibição-institucional dos conflitos sociais, represando os anseios de superação da ordem e transformando em pontuais demandas dentro da mesma” (MONTAÑO, 2012, p. 275).

Nesse sentido, Miguel Arroyo (2003, p.30) destaca que:

[...] a brutal exclusão dos setores populares urbanos dos serviços públicos mais básicos, provocou, desde a década de 1950, reações e mobilizações pela inserção social. Pelo direito à cidade, aos bens e serviços públicos.

No cenário internacional, o mundo atravessou o período de bipolarização política e econômica, de um lado, os Estados Unidos da América e a defesa ao sistema capitalista e ao direito à propriedade privada, do outro, a União Soviética e a defesa ao comunismo. Já, no Brasil, estas disputas foram refletidas nas lutas entre intelectuais versus setores da burguesia e defensores da reforma agrária versus latifundiários.

No entendimento de Gohn (2011b, p. 92), o que de fato ocorreu nesta fase foi a reintrodução do Brasil na nova ordem econômica mundial que o pós-guerra produziu. Tratou-se de uma reestruturação econômica alicerçada no desenvolvimento econômico do país, onde as práticas de exploração não se limitavam apenas a

³ Cf. (ZUNG, 1984, p.40) caracteriza o capitalismo monopolista pela quebra do equilíbrio das forças de mercado e pela necessidade da produção em escala.

expropriação dos recursos naturais, como ocorrera no período anterior, mas, sobretudo na exploração dos trabalhadores.

Em 1964, após o golpe militar, passou a vigorar no país, um grande controle social e político aos cidadãos brasileiros, punindo com tortura, prisão e perseguições todos aqueles que se opunham às determinações do governo vigente.

Gohn (2011b, p. 103), pontua que “[...] este período também foi de grande efervescência dos movimentos de esquerda”, que empunhavam como bandeira de luta: resistência ao sistema capitalista e ao capital estrangeiro que se instalava no Brasil com apoio dos militares.

O enfraquecimento dos movimentos de esquerda, após o fracasso da guerrilha⁴ no início dos anos de 1970, evidenciou a impossibilidade de uma “[...]solução revolucionária por meios violentos” (CARVALHO, 2002, p. 182), surgiu assim, um ambiente favorável à criação de organizações, civis ou religiosas, ligadas às populações empobrecidas. Dentre das quais, destacamos as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), grupos ligados à Igreja Católica inspirados na Teologia da Libertação.

Do ponto de vista do arranjo institucional, os anos de 1964 a 1974, representaram uma fase de articulação e estruturação política partidária, refletida até os dias de hoje que se configuram, de um lado, os partidos de esquerda e seu discurso baseado nas bandeiras de luta das classes populares, do outro, os partidos de direita e a conservação das velhas práticas de manutenção do poder.

A nova fase sociopolítica e econômica do Brasil foi iniciada na década de 1980 e culminou em 1988 com a promulgação da Constituição Federal de 1988. Neste

⁴ Cf. J. M. de Carvalho, *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 3 ed. Rio de Janeiro, 2002, op. Cit. Em resposta a falta de alternativa para oposição legal. Grupos de esquerda começaram a agir na clandestinidade e adotar táticas de guerrilha urbana e rural. Em setembro de 1969, a guerrilha sequestrou o embaixador norte-americano. A partir desse evento até o final do governo Médici, em 1974, os guerrilheiros e todo(a) aquela(a) que fosse contra o regime político vigente foi fortemente reprimido pela Ditadura Militar.

período, o Governo Militar chegou ao fim, em decorrência do agravamento da crise econômica, da desenfreada dos preços e das lutas pela redemocratização do país.

Convém destacar que, no campo político, a década de 1980 representou a vitória da democracia, contudo, no campo econômico, a década de 1980 foi considerada pela Comissão Econômica para América Latina (Cepal), a década perdida, por conta do elevado número de pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza registrada pelos indicadores econômicos, conforme dados do relatório do Banco Mundial (1999, p.1). “[...] Tratava-se de uma conjuntura econômica dramática, dominada pela distância entre minorias abastadas e massas miseráveis” (YAZBEK, 2012, p. 300).

Na dimensão social existia a crença de que a população carente, principalmente a urbana, uma vez, consciente de seus direitos realizaria uma profunda transformação social contribuindo ativamente para um país menos desigual e mais fraterno. No entanto, esta crença não foi concretizada, muito pelo contrário, os anos que se sucederam foram testemunhas da implantação e execução de reformas neoliberais em todos os setores da máquina pública, inclusive nas políticas sociais. É importante assinalar que a redemocratização do país não trouxe a felicidade nacional desejada (CARVALHO, 2002, p. 7). Ao contrário, desde o começo da redemocratização:

[...] problemas centrais de nossa sociedade, como a violência urbana, o desemprego, o analfabetismo, a má qualidade da educação, a oferta inadequada dos serviços de saúde e saneamento, e as grandes desigualdades sociais e econômicas ou continuam sem solução, ou se agravam, ou quando melhoram, é em um ritmo muito lento. Em consequência, os próprios mecanismos e agentes do sistema democrático, como as eleições, os partidos, o Congresso, os políticos, se desgastam e perdem a confiança dos cidadãos. (CARVALHO, 2002, p. 8)

Carvalho (2002), chama atenção para o fato de que, embora, a Constituição de 1988 tenha assegurado direitos sociais e políticos ao povo brasileiro, não é possível atestar que a democracia esteja fora de perigo.

[...] a falta de perspectivas de melhoras importantes em curto prazo, inclusive por motivos que têm a ver com a crescente dependência do país em relação à ordem econômica internacional, é fator inquietante, não apenas pelo sofrimento humano que representa de imediato como, à médio prazo, pela

possível tentação que pode gerar de soluções que signifiquem retrocesso em conquistas já feitas. (CARVALHO, 2002, p. 8)

Diante desse quadro, as políticas do Estado de bem-estar social foram substituídas por políticas neoliberais, focalizadas em parcerias com ONGs e outras entidades do terceiro setor que anteriormente eram denominados movimentos sociais (GONH, 2011b, p. 218).

Essa reestruturação ocorreu para atender aos novos critérios da administração pública, principalmente a partir da aprovação da Lei nº 9.790 (23/03/1999) denominada, Lei do voluntariado, adaptando as tradicionais formas de reivindicação ao novo cenário político. Tal realidade propiciou o surgimento de novos movimentos sociais, com novas demandas, novas identidades, novos repertórios, nova gramática (GOHN, 2011b, p. 224).

Agora, os marginalizados têm identidade, são mulheres, crianças, aposentados, negros, homossexuais que “se organizam e criam entidades, buscam negociar espaços de participação no mundo capitalista do consumo, reivindicam leis, direitos e acessos múltiplos” (GOHN, 2011b, p.160).

Mobilizar deixou de ser sinônimo de atos ou ações que objetivam o desenvolvimento de uma consciência crítica ou o protesto nas ruas. Mobilizar passou ser sinônimo de arregimentar e organizar a população para participar de programas sociais, a maioria dos quais já vinha totalmente pronta e atendia a pequenas parcelas da população. O militante foi se transformando no ativista organizador das clientelas usuárias dos serviços sociais. (GOHN, 2011b, p.221)

A questão central verificada por Gohn (2011b, p. 225), parte da reestruturação política e socioeconômica do país e da América Latina, além da nova concepção de sujeito político e cultural da sociedade civil que congregava com a coletividades das ações de protestos e agora está parcialmente mobilizado por políticas sociais institucionalizadas.

Nessa trilha, pode ser verificado que os movimentos sociais populares urbanos que nas décadas de 1980 e 1990, eram fortes se veriam enfraquecidos em decorrência da descontinuidade e/ou término de políticas sociais; pela flexibilidade e novos arranjos

trabalhistas; pela falta de qualificação profissional das classes populares para ocupar os novos postos de trabalho criados pelas tecnologias digitais, aliado às crises econômicas mundiais que impactam diretamente a economia local, além do cenário de incertezas políticas que o país atravessou e ainda atravessa.

É necessário, porém, ressaltar que mesmo com o enfraquecimento dos movimentos sociais urbanos e movimentos populares sociais urbanos, após 1990, os moradores das comunidades carentes compreenderam o real sentido dos termos conscientização e luta pelo direito à cidadania. Seja pela luta ao acesso aos bens de consumo coletivo, seja por compreender que as coisas não são dadas, mas conquistadas na luta diária pelo direito de ser cidadão.

2.1.1 Contexto do movimento de educação popular no Brasil nas décadas de 1970 e 1980

Dentre os movimentos sociais ocorridos nos primeiros anos da década de 1960, ressaltamos o Movimento de Educação de Base (MEB), de base progressista ligado à Confederação dos Bispos do Brasil (CNBB). Esse movimento buscava pela via da educação popular, a conscientização do povo sobre sua realidade de exclusão social e, por conseguinte sua transformação e libertação das práticas excludentes a que eram submetidos pela classe dominante.

De acordo com Gohn (2005, p. 29), os programas de base progressista tinham como pressuposto “o desenvolvimento de uma ação pedagógica conscientizadora, que deveria atuar sobre o nível cultural das camadas populares, em termos explícitos dos interesses delas” (GOHN, 2005, p. 29).

Em relação aos movimentos sociais populares originários do MEB, destacamos o Movimento das Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica (CEBs) na América Latina, iniciado na década de 1960, a partir da orientação do Documento do Conselho Vaticano II ao ativismo católico (SCHERER-WARREN, 1993), fundamentado na Teologia da Libertação, que tem como pedra angular a causa dos oprimidos, localizou-se nas zonas rurais empobrecidas e nas favelas urbanas do país e da América Latina.

Após a Terceira Conferência do Episcopado Latino-americano em Puebla, em 1979, no México, a ala católica da Teoria da Libertação, saiu fortalecida e reafirmou seu princípio cristão em defesa dos pobres.

No Brasil, inspirados pelo método de Paulo Freire, “que advoga a necessidade do desenvolvimento de uma consciência crítica em relação ao processo de libertação” (SCHERER-WARREN, 1993, p.35), os católicos progressistas adotam a alfabetização de adultos como forma de evangelização e autorreflexão das condições de vida da população carente.

Ao afirmar a preferência pelos pobres, a Teologia da Libertação defende:

[...] a libertação integral ou libertação cristã como resultante da superação das servidões temporais e das injustiças sociais **[libertação econômica, social, política, cultural etc.]** relacionada com a salvação, libertação do pecado. (SCHERER-WARREN, 1993, p.33, grifo da autora)

Em meados de 1970, as CEBs demonstravam um avanço organizativo entre as classes populares urbanas. Com um trabalho de conscientização política, incentivava e assessorava a criação de organizações populares e associações comunitárias em torno de reivindicações pelo respeito aos Direitos Humanos, especialmente, ao Direito Humano à moradia e a educação.

Entretanto, em meados de 1980 estes grupos “entraram em crise porque as cúpulas religiosas passaram a pressionar e punir este tipo de atuação” (GOHN, 2005, p. 50). Além disso, como ocorreu na década de 1960 com os movimentos de educação popular, os movimentos ligados às CEBs também não se formularam como projetos genuinamente populares, pois eram planejados e executados por assessorias e vistos como de interesse social (GOHN, 2005, p. 49).

Dessa forma, os movimentos sociais desde período ficaram enfraquecidos ou desapareceram com a saída dos líderes católicos ou das assessorias. Estes últimos, em muitos casos, constituíram agências vinculadas ao poder público, ou organizações não governamentais (ONGs) passando a realizar trabalho de assistência básica à

população por meio de convênios firmados com o Estado e ou organismos internacionais.

Para Arroyo (2003, p. 32):

[...] os movimentos sociais têm sido educativos não tanto através da propagação de discursos e lições conscientizadoras, mas pelas formas como têm agregado e mobilizado em torno das lutas pela sobrevivência, pela terra ou pela inserção na cidade.

O autor destaca que “[...] a luta pela vida educa, por ser o direito mais radical da condição humana”. (ARROYO, 2003, p.32). Em outros termos, Maria Gohn (2011b, p. 191) contribui com a discussão ao afirmar que “a participação popular, pelo lado da dominação ou resistência, gera aprendizado, traduzíveis em duas dimensões: ao próprio povo e aos governantes, que reelaboram seus discursos políticos”.

A consciência se constrói a partir da agregação de informações dispersas sobre como funciona tal órgão público, como se deve proceder para obter tal verba, quem administra tal fundo, quais são os agentes que estão presentes na gestão de determinado bem ou equipamento público etc. Este processo, bastante conflituoso e tortuoso, de avanços e recursos, possibilita aos participantes dos movimentos se apropriarem de informações, desenvolvendo um conhecimento sobre as engrenagens tidas como técnicas e, sobretudo, identificando os interesses envolvidos. (GOHN, 2005, p. 18)

Infelizmente, as velhas bandeiras de lutas por direitos básicos são necessárias e devem ser mobilizadas nas periferias deste país. Estamos nas ruas, nossa luta ainda não acabou, pelo contrário, deve recrudescer face ao novo cenário político agora esboçado.

2.2 A EDUCAÇÃO BÁSICA NA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA DE 1988 E O EXERCÍCIO DA CIDADANIA

No Brasil a Carta de 1988 representou o marco legal da construção de uma nova concepção do papel do Estado e do reconhecimento dos direitos fundamentais. Flávia Piovesan (2016), em seus estudos sobre Direitos Humanos, aponta que a Constituição de 1988 explicita dois princípios de valor simbólico: o marco jurídico

representado pela transição democrática e a institucionalidade dos Direitos Humanos no país (PIOVESAN, 2016, p.328).

Assim, a Constituição de 1988, inspirada pela defesa dos princípios fundamentais extensivos a todos os homens expressa na Declaração Universal dos Direitos dos Humanos, proclamada e aceita em 1948, em Assembleia Geral das Nações Unidas, define que a educação está diretamente ligada ao exercício da cidadania.

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 2012, p. 121)

Antes mesmo de focar a relação estabelecida pelos contornos jurídicos do direito à educação e o exercício da cidadania à luz dos acordos internacionais e leis brasileiras, importa inicialmente tratar da denominação de cidadania empregada neste estudo.

Carvalho (2002, p. 9), a este respeito declara que:

Uma cidadania plena, que combine liberdade, participação e igualdade para todos, é um ideal desenvolvido no Ocidente e talvez inatingível. Mas ele tem servido de parâmetro para o julgamento da qualidade da cidadania em cada país e em cada momento histórico.

Para o autor, existem três tipos de cidadão: o cidadão pleno titular dos direitos civis, políticos e sociais; O cidadão incompleto possuidor de apenas alguns dos direitos e o não cidadão, aquele indivíduo que não se beneficia de nenhum dos direitos (CARVALHO, 2002, p. 9).

Por direitos civis compreendem-se os direitos fundamentais, aqueles que são resultantes do próprio desenvolvimento do capitalismo, tais como: direito à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade. “Direitos cuja garantia se baseia na existência de uma justiça independente, eficiente, barata e acessível à todos” (CARVALHO, 2002, p. 9).

Por direitos políticos compreende-se o direito de participação do cidadão na sociedade, como o direito ao voto. Por fim, os direitos sociais são aqueles baseados na justiça social, que entendem-se pelo direito à educação, ao trabalho, à segurança, à saúde, e à aposentadoria.

No que tange o direito à educação, Carvalho (2002, p.11), sublinha que:

Nos países em que a cidadania se desenvolveu com mais rapidez, inclusive na Inglaterra, por uma razão ou outra a educação popular foi introduzida. Foi ela que permitiu às pessoas tomarem conhecimento de seus direitos e se organizarem para lutar por eles.

Convém destacar que a educação não está limitada apenas à escolarização ministrada em instituições formais, mas abrange os processos educacionais ocorridos durante toda vida na convivência com as outras pessoas em diversos espaços. Porém, nas sociedades modernas o direito à educação escolar é um elemento central para conquista de outros direitos. Sendo ela, um fator de inclusão ou exclusão social.

Na esfera global, a vinculação entre educação e cidadania, ocorreu, com mais ênfase, a partir da Conferência Mundial sobre Educação para Todos, 1990 e da Conferência de Nova Delhi, 1993, ambas promovidas pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Fundo das Nações Unidas para Infância (Unicef), Programa para as Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNDU) e o Banco Mundial (BM).

Por consequência, a Conferência Mundial sobre Educação para Todos “representou nova orientação para as reformas educacionais dos países mais pobres e populosos do mundo: a educação para equidade social”. (OLIVEIRA, 2011, p. 19). A Declaração de Nova Delhi sobre Educação para Todos, por sua vez, ratificou os compromissos firmados pelos nove países em desenvolvimento de maior população do mundo: Indonésia; China; Bangladesh; Brasil; Egito; México; Nigéria; Paquistão e Índia, assinados na Conferência Mundial sobre Educação para Todos e pela Cúpula Mundial da Criança em 1990.

Como podemos observar os referidos documentos destacam a necessidade de cumprimento do acordo para o atendimento das necessidades básicas de aprendizagem, tornando universal a educação básica e ampliando as oportunidades de aprendizagem para crianças, jovens e adultos (DECLARAÇÃO DE NOVA DELHI, 1993).

Em resposta aos acordos assinados, perante a comunidade internacional, o Governo brasileiro em 1993 editou o Plano Decenal de Educação para Todos, elaborado e coordenado pelo Ministério da Educação (MEC). Este plano teve como meta central o esforço conjunto dos governos nas esferas: municipal, estadual e federal na universalização da educação básica, mais especificamente o ensino fundamental.

Assim, como o Plano Decenal de Educação para Todos, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990), igualmente, assegura o direito à educação para o exercício da cidadania. Art. 53 - “a criança e adolescente tem direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho”.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, também consagra o direito à educação como objetivo fundamental para o exercício da cidadania.

Art. 2º. A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1996)

A discussão sobre a relação entre cidadania e educação é retomada pelo Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), aprovado em 2007, ao afirmar que na atualidade a concepção de Direitos Humanos incorpora os conceitos de cidadania democrática, cidadania ativa e cidadania planetária que, por sua vez, estão alicerçados nos princípios da liberdade, da igualdade, da equidade e da diversidade, confirmando sua universalidade, indivisibilidade e interdependência.

Logo, a Emenda Constitucional 59/2009, dá um importante passo em direção à garantia da educação e, por conseguinte ao exercício da cidadania, ao determinar a

universalização da educação e a garantia ao acesso e permanência de todas as crianças e adolescentes na educação básica.

Neste passo, o Plano Nacional de Educação 2014-2024, não só ratifica a Emenda Constitucional 59/2009, bem como, estabelece os prazos para universalização da educação no país. Todavia, Bobbio (1992, p.10) nos alerta que, apesar dos vários documentos e acordos de âmbito internacional e nacional afirmarem que todos os homens nascem livres e iguais em direitos, na prática vivemos um processo de violações dos Direitos Humanos.

[...]. Não se poderia explicar a contradição entre a literatura que faz a apologia da era dos direitos e aquela que denuncia a massa dos sem direitos. Mas os direitos de que fala a primeira são somente os proclamados nas instituições interacionais e nos congressos, enquanto os direitos de que fala a segunda são aqueles que a maioria esmagadora da humanidade não possui de fato, ainda que sejam solene e repetidamente proclamados. (BOBBIO, 1992, p. 10)

Notamos que essa constatação trazida por Bobbio (1992, p. 10) é aplicável a população empobrecida desse país, cujo Direito Humano à Educação Escolar e, conseqüentemente, à cidadania é garantido em lei, mas que na prática tem sido violado em decorrência de, entre outros fatores, da falta de garantia da qualidade, da falta de acesso e de permanência da criança e adolescente na escola pública.

O autor nos ensina que “os direitos humanos são direitos históricos que emergem gradualmente das lutas que o homem trava por sua própria emancipação e das transformações das condições de vida que essas lutas produzem” (BOBBIO, 1992, p.5). O desafio é, portanto, buscar formas seguras de lutar pela cidadania, a fim de evitar que, embora reconhecidos por leis nacionais e internacionais, os direitos continuem a ser violados na prática.

É nesta perspectiva, que a luta pela democratização da educação pública é constituída em nossa sociedade como espaço de disputas entre várias forças que compõem a cena política: o Estado, os organismos internacionais e a sociedade civil organizada.

Dessa forma, a escola representa o espaço de materialização dos processos de formação e construção da cidadania, a partir do reconhecimento das realidades locais no que se refere a negação de direitos e sua relação com a educação.

2.3 GESTÃO DEMOCRÁTICA DA ESCOLA PÚBLICA

O estudo sobre a gestão democrática da escola no Brasil é permeado por proposições diversas e cenários complexos que se relacionam e articulam-se entre si, compondo o processo político e pedagógico da educação. Em seus estudos sobre Políticas Públicas e Gestão Democrática da Educação no Brasil, Benno Sander (2005) afirma que o termo gestão da educação é validado pela Constituição de 1988 e LDB de 1996 como sinônimo de administração da coisa pública.

Independente da origem etimológica e das distintas aproximações conceituais e praxiológicas, a gestão da educação está hoje instalada no Brasil, assim como está a administração da educação, como um conceito compreensivo que diz respeito ao pensar e ao fazer a educação em sua totalidade, visando ao cumprimento de sua missão política e cultural e à consecução de seus objetivos pedagógicos. (SANDER, 2005, p. 126)

Nessa mesma linha de raciocínio, Vieira (2007, p. 58) compreende que “[...] as políticas que manifestam as finalidades do Poder Público, ao serem transformadas em práticas, se materializam na gestão”. A autora (2007, p. 60) ressalta que a Constituição Federal (CF) de 1988 permite situar a gestão educacional como espaço das ações dos governos, sejam eles federal, estadual e municipal e a LDB de 1996, em seus artigos 12 e 15, delimita a abrangência da gestão escolar as unidades de ensino.

Nesse sentido, Cury (2002, p.172) afirma que:

A Constituição fez escolha por um regime normativo e político, plural e descentralizado no qual se cruzam novos mecanismos de participação social com um modelo institucional cooperativo e recíproco que amplia o número de sujeitos políticos capazes de tomar decisões. Por isso mesmo a cooperação exige entendimento mútuo entre os entes federativos e a participação supõe a abertura de arenas públicas de decisão.

Nessa perspectiva, a gestão da educação deve ser concebida como gestão democrática, em que o processo educativo torne-se um espaço para o exercício da democracia, do qual todos os segmentos participam na definição dos rumos que a escola deve imprimir à educação, de maneira a efetivar essas decisões, num processo contínuo de avaliação de suas ações (GRACINDO, 2007, p. 34).

As normas e princípios da gestão democrática estão expressos no artigo 14, da LDB de 1996: inciso I – participação dos profissionais da educação no projeto pedagógico da escola; inciso II – participação das comunidades, escolar e local, nos conselhos escolares.

Assim, a participação da sociedade na gestão da educação, através de Conselhos, é legitimada por leis e outras normatizações advindas do sistema federal, estadual e municipal, assim como, das unidades de ensino. Com atribuições diversificadas os conselhos são normalmente órgãos colegiados com finalidades normativas, consultivas e deliberativas.

A existência desses Conselhos, de acordo com o espírito das leis existentes, não é de serem órgãos burocráticos, cartoriais e engessadores da dinâmica dos profissionais e administradores da educação ou da autonomia dos sistemas. Sua linha de frente é, dentro da relação Estado e Sociedade, estar a serviço das finalidades maiores da educação e cooperar com o zelo aprendizagem nas escolas brasileiras (CURY, 2011, p. 44).

Em 2001, de acordo com o artigo 214 da Constituição de 1988, foi aprovado o Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 10.112/2001, que direcionou as políticas educacionais do país no período de 2001 a 2011. O referido PNE tratou dos objetivos e das prioridades, dos níveis e modalidades da educação escolar, bem como, da gestão, financiamento e dos profissionais da educação.

Entretanto, com o fim da vigência do PNE 2001/2011, Lei nº 10.112/2001, foi elaborado e aprovado o PNE 2014/2024, Lei 13.005 de 25 de junho de 2014, também com vigência de 10 anos. O novo PNE contou em sua elaboração com ampla participação dos movimentos sociais, associações e entidades, representando os diversos segmentos da educação nacional.

Criado com o objetivo, de efetivar o princípio da gestão democrática e o controle social da educação o PNE 2014/2024 tem como política educacional o princípio da participação, a fim de romper com as práticas autoritárias, ainda vigentes na gestão da escola pública (BRASIL, 2014, p.5).

Nesse horizonte, a normatização da educação demonstra que o processo de democratização da educação no Brasil, foi e é permeado por reivindicações e lutas da sociedade civil pela garantia de educação pública de qualidade e pela gestão democrática onde os profissionais da educação e as comunidades escolar e local sejam representados.

Os estudos desenvolvidos por Ivan Novaes e Nádia Fialho (2010, p. 588), mostram que os termos: descentralização e democratização; descentralização e autonomia “[...] são utilizados de forma tão imbricada que não parece haver qualquer singularidade conceitual entre ambos” (NOVAES; FIALHO, 2010, p. 588). Assim, os autores (2010, p. 588) caracterizam a descentralização “[...] como um processo que confere às estruturas político-administrativas locais, autoridade para formulação e decisão acerca de suas políticas e necessidades de natureza locais”.

A descentralização e autonomia da educação básica faz parte de um processo mais amplo, intensificado com a reforma do Estado a partir da década de 1980, que tem como um dos seus princípios a modernização da administração pública. A esse respeito, Cabral e Almeida (2000, p. 35), assinalam que:

A descentralização passa a ocupar uma posição de destaque na agenda de mudanças do Estado brasileiro, delineando os contornos de um paradigma de feição neoliberal para a ação estatal. Ao mesmo tempo, o Estado incorpora a preocupação no sentido de “modernizar as suas estruturas e os seus instrumentos de controle, de sorte a tornar-se mais eficiente e mais eficaz na prestação de serviços públicos.

No tocante à escola, a LBD de 1996, em seu artigo 15, estabelece pela primeira vez na legislação, as diretrizes e os princípios que determinam os progressivos graus de autonomia da escola. Entretanto, Oliveira, Moraes e Dourado (2006, p.11) apontam que a autonomia pedagógica e financeira, assim como a implementação e execução

do Projeto Político-Pedagógico da escola estão condicionadas ao modelo de gestão adotado pelo diretor escolar e pela Secretaria de educação, como:

- Centralização das decisões;
- Entraves ao estabelecimento de princípios de organização colegiada da gestão e do trabalho pedagógico;
- Projeto Político-Pedagógico restrito ao atendimento das determinações das Secretarias de educação, não acarretando mudanças significativas na lógica autoritária da cultura da escolar;
- Formas de provimento nos cargos de dirigentes dissociados da comunidade local e escolar.

Logo, para que a gestão da educação básica se torne de fato democrática é fundamental que as decisões sejam partilhadas e coletivas, sendo necessário a efetivação de mecanismos de participação dos vários sujeitos que constituem o espaço escolar (OLIVEIRA, MORAES E DOURADO, 2006, p. 10), tais como:

- O aprimoramento dos processos de escolha ao cargo de dirigente escolar;
- A criação e a consolidação de órgãos colegiados (conselhos escolares e conselho de classe);
- O fortalecimento da participação estudantil por meio da criação e a consolidação de grêmios estudantis;
- A construção coletiva do Projeto Político-Pedagógico da escola;
- A redefinição das tarefas e funções da associação de pais e mestres.

Portanto, a efetivação dos instrumentos de participação das comunidades escolar e local na gestão democrática da escola pública determinada pela Lei 9394/96, deve ocorrer pela concretização da autonomia da escola em um processo contínuo em que todos os segmentos da escola busquem coletivamente promover uma educação pública de qualidade.

2.4 PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR E LOCAL NA GESTÃO DAS ESCOLAS DO SISTEMA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SALVADOR, BAHIA

O processo de participação na gestão das escolas no município de Salvador foi legalmente estabelecido com a publicação da Lei Orgânica de 05 de abril de 1990, a qual determina, em seu artigo 186, que:

A gestão do ensino público municipal será exercida de forma democrática, garantindo-se a representação de todos os segmentos envolvidos na ação educativa, na concepção, execução, controle e avaliação dos processos administrativos e pedagógicos. (SALVADOR, 1990)

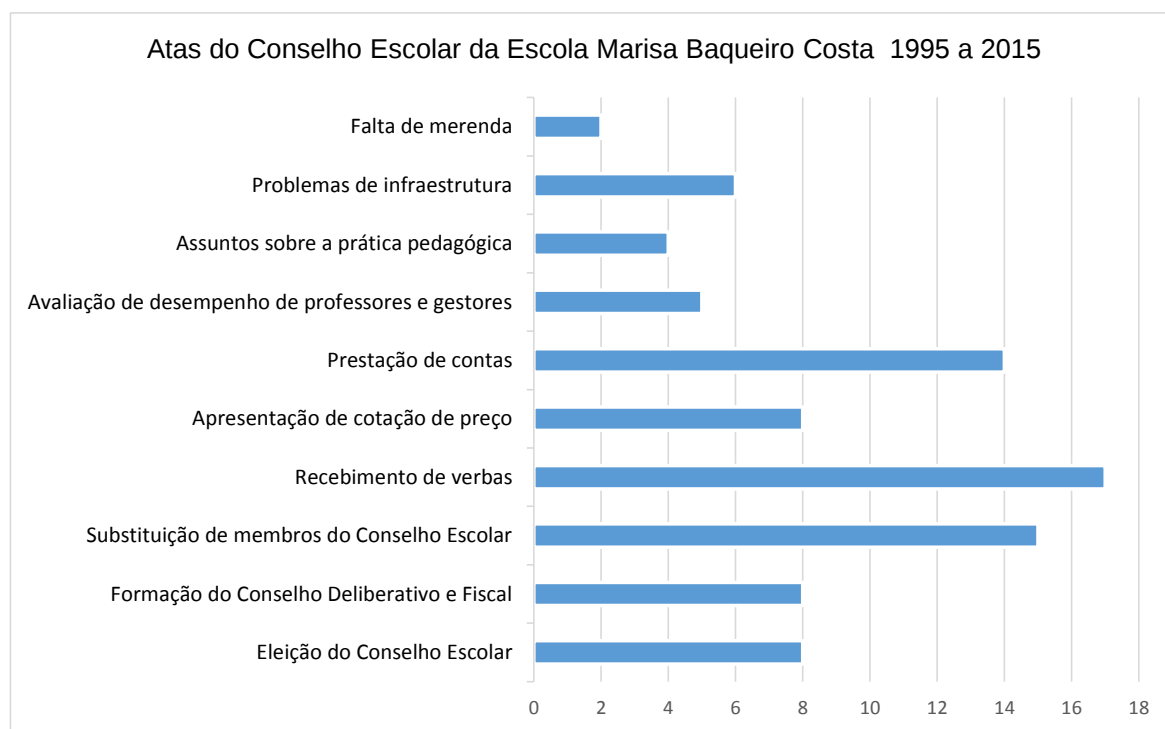
Figueiredo e Novaes (2011, p. 61) ao analisarem o caminho trilhado pelo município do Salvador para efetivar os instrumentos de descentralização e democratização na gestão da escola observam que:

Durante o processo de implantação e desenvolvimento dos novos modelos de gestão democrática com foco na participação, diversos partidos políticos integraram o governo do município de Salvador, do estado da Bahia e do Brasil. Embora estes partidos políticos apresentem concepções ideológicas diferenciadas no que se refere às políticas e projetos de gestão educacional, verifica-se certa convergência quanto às orientações voltadas para a gestão das escolas, ou mesmo uma demonstração de mantê-las. (FIGUEREDO; NOVAIS, 2011, p. 61)

Para os autores o instrumento de participação da comunidade escolar e local nas unidades de ensino é o Conselho Escolar, que no município do Salvador, foi instituído através da Lei Nº 4.940/1994, sendo atualizado em 11 de março de 2005 pela Lei nº 6.630/2005, conforme os autores:

[...] De outra parte, é importante observar que, após 15 anos de promulgada a Lei Orgânica do Município, a Lei nº 6.630/2005, de 2005, que instituiu o Regimento dos Conselhos Escolares, retoma aquilo que pode ser considerado central no que se refere à participação na gestão, ou seja, concepção, execução, controle e avaliação como funções do Conselho Deliberativo. (FIGUEREDO; NOVAIS, 2011, p. 61)

No caso da Escola Municipal Marisa Baqueiro Costa (EMMBC), constatamos através dos registros de 1995 a 2016, do Livro de Ata do Conselho Escolar, as seguintes deliberações, de acordo com a Figura 1.

FIGURA 1 - ATAS DO LIVRO DO CONSELHO ESCOLAR DA EMMBC

FONTE: ELABORADO PELA AUTORA (2016)

Faz-se necessário perceber que durante 21 anos de vigência do Conselho Escolar da EMMBC, foram realizadas 29 reuniões referentes a eleição, formação e substituição de membros do Conselho Escolar, havendo apenas 4 reuniões sobre a prática pedagógica, ou seja, priorizou as questões administrativas e financeiras em detrimento das questões pedagógicas “[...] razão de ser da escola – o ensino e a aprendizagem” (VIEIRA, 2007, p. 62)

Além disso, o Projeto Político-Pedagógico da Escola, outro importante e obrigatório mecanismo de orientação, condução, planejamento, decisão e execução dos processos educativos da escola está desatualizado desde 2000, demonstrando que a gestão, em muitos momentos ainda centraliza as decisões na figura do(a) diretor(a).

A democratização da educação básica passa obrigatoriamente pela gestão democrática dos sistemas de ensino e escolas, pela compreensão do gestor público e escolar em possibilitar espaços de atuação de instâncias e mecanismos de participação coletiva nos sistemas de ensino e no interior da escola.

Para tanto, é preponderante que a autonomia, a representatividade social e a formação da cidadania estejam presentes no processo de construção da gestão democrática da educação.

Diante do exposto, verifica-se que a participação da comunidade escolar, através do Conselho Escolar, legalmente eleito e amparado por Lei Federal e Municipal não é efetivada na prática, excluindo a participação dos sujeitos sociais na concepção, execução, controle e avaliação dos processos pedagógicos e administrativos como determina a lei. Em face dessa constatação foi necessário buscar outros canais que contribuíssem com o dialogo escola-comunidade, assunto que veremos no Capítulo 3.

3 PRÁTICA EPISTEMOLÓGICA

A metodologia adotada neste estudo foi a abordagem qualitativa, por melhor atender à pesquisa sobre a investigação e a participação dos Movimentos Sociais Urbanos na luta pelo Direito Humano à Educação Básica em Saramandaia, periferia de Salvador, Bahia, Brasil através da construção da Escola Municipal Marisa Baqueiro Costa (EMMBC).

A abordagem qualitativa permite segundo Creswell (2014) maior atenção à natureza interpretativa da investigação, situando o estudo dentro do contexto político, social e cultural dos sujeitos pesquisados e a reflexão continua dos pesquisadores nas informações registradas.

Conforme o autor, a escolha por um estudo qualitativo parte da necessidade de compreender os contextos ou ambientes do problema ou questão. “Nem sempre podemos separar o que as pessoas dizem do local onde elas dizem isso – seja no contexto de sua casa, família ou trabalho” (CRESWELL, 2014, p.52).

Na mesma linha argumentativa Richardson (1999) destaca que a metodologia baseada na abordagem qualitativa descreve a complexidade de determinados problemas, possibilitando a compreensão de processos dinâmicos vividos por grupos sociais, além de favorecer o entendimento das peculiaridades do comportamento dos indivíduos.

Nesse horizonte, a abordagem qualitativa propiciou a investigação das concepções e experiências do processo de organização da população de Saramandaia para garantir o Direito Humano à Educação Básica no bairro. Dessa forma, implicou conhecer os movimentos sociais da localidade, a EMMBC e as possíveis relações existentes entre eles.

3.1 O ESTUDO DE CASO COMO MÉTODO DE PESQUISA

A pesquisa aplicou o estudo de caso fundamentado nos estudos de Yin (2003) e André (2013), que tratam a pesquisa empírica como uma investigação do fenômeno contemporâneo dentro do seu contexto de realidade, ou seja, quando as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não são claramente definidas (YIN, 2003).

Para Marli André (2013, p. 98) o estudo de caso focaliza um fenômeno particular, considerando seu contexto e suas múltiplas relações, tendo como referência: a particularidade do caso que deve ser investigado; a multiplicidade de aspectos que caracteriza o caso e a variedade de procedimentos metodológicos necessários para desenvolver uma pesquisa em profundidade.

Dessa forma, o estudo de caso refere-se a participação dos Movimentos Sociais Urbanos de Saramandaia, bairro pobre da Cidade de Salvador, Bahia, Brasil na luta pelo Direito Humano à Educação Básica no período de 1970 a 2016. A importância do caso situa-se sobre as formas de enfrentamento, organização e reivindicação dos movimentos sociais da comunidade, junto ao poder público, que resultou na construção da primeira escola pública do bairro, Escola Municipal Marisa Baqueiro Costa (EMMBC). Para tal, adotamos as fases do estudo de caso referendadas por Yin (2003) e André (2013, p. 27); fase exploratória; coleta de evidências; análise de evidências e composição do relatório.

3.1.1 A fase exploratória

Ao descrever a fase exploratória, Rocha (2016) afirma que é o momento de reunir o maior número de informações possíveis a fim de delimitar com maior precisão o objeto de pesquisa, as fontes de coleta de dados, as formas de análise dos resultados, enfim, o percurso metodológico como um todo.

Assim, buscamos compreender as questões norteadoras que objetivaram conhecer e descrever processos complexos dinâmicos envolvendo comportamentos humanos, tanto individuais como coletivos, como bem ressalta Oliveira (2002, p.117):

[...] as pesquisas que se utilizam da abordagem qualitativa possuem a facilidade de poder descrever a complexidade de uma determinada hipótese ou problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos experimentados por grupos sociais, apresentar contribuições no processo de mudança, criação ou formação de opiniões de determinado grupo e permitir, em maior grau de profundidade, a interpretação das particularidades dos comportamentos ou atitudes dos indivíduos.

Nessa perspectiva, recorreremos a observação participante para detalhar a realidade dos movimentos sociais da comunidade de Saramandaia e o trabalho da gestão da escola estudada. Para Yin (2003, p. 116) o observador participante pode atuar nos fatos que estão sendo estudados, possibilitando uma dimensão presente-passado nas construções individuais e do grupo pesquisado.

Além da observação participante, utilizamos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da Superintendência de Estudos Econômicos (SEI), da Companhia de desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER) e da Prefeitura Municipal de Salvador (PMS).

As ações ocorreram nessa lógica. Um, na ambiência das instituições supracitadas, nosso laboratório de pesquisa, na qual os participantes, em interação com o pesquisador, trocaram saberes e experiências, bem como discutiram as ações/contribuições para a análise dos movimentos sociais na comunidade, a aplicação das entrevistas semiestruturadas, a produção do documentário e do plano de ação.

Dois, na ambiência acadêmica com fito de identificação dos aspectos inerentes às concepções epistemológicas das práticas dos movimentos sociais existentes em Saramandaia e a relevância destes na vida social, política, cultural e educacional da comunidade a partir da contribuição da EMMBC.

3.1.2 Contexto da pesquisa

- A inserção de Saramandaia na Cidade do Salvador

O desenvolvimento econômico vivenciado pela Cidade do Salvador nas décadas de 1960 e 1970 proporcionou contornos de uma moderna metrópole, mas também acentuou as distâncias socioeconômicas entre ricos e pobres, refletidas nas mobilizações das classes populares à infraestrutura urbana e a bens de consumo coletivo, como escolas.

Os estudos sobre a pobreza e marginalização realizados por Gey Espinheira e Antônio Soares (2006) relacionam a organização do espaço geográfico de Salvador a fatores econômicos e políticos que contribuíram fortemente para o aumento populacional, iniciado na década de 1970.

Primeiramente, o aspecto econômico destacado pelos autores decorre da instalação da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHEFS) em 1945, da Refinaria Landolfo Alves em 1950 e do Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC) interligado ao Centro Industrial de Aratu (CIA) construído em 1967, com o objetivo de aproximar capital à Região Metropolitana, que enfraqueceu o velho centro industrial situado na Cidade Baixa.

Nos períodos citados acima, também foram construídas as grandes avenidas de vale, a exemplo, do Vale do Bonocô, Vale do Canela, Avenida Luís Viana Filho e Avenida Antônio Carlos Magalhães (ACM). Nessa última, foram instalados, o Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN) em 1973, o novo terminal rodoviário (1974) e o Shopping Iguatemi (1975) que provocou o deslocamento do centro econômico do Bairro do Comércio para a Avenida ACM.

Em seguida, o aspecto político provém da transferência do centro político do Estado, do Bairro do Pelourinho, para o Centro Administrativo da Bahia (CAB) construído na

década de 1970, na área Norte a cidade⁵. Nesse mesmo período, de acordo com dados do IBGE a população de Salvador quase dobrou, em relação à década de 1960, passando de 693.801 para 1.147.821 habitantes, contribuindo para a formação de habitações irregulares, a exemplo de favelas⁶.

FIGURA 2 – LOCALIDADE DE SARAMANDAIA, AO FUNDO, TERMINAL RODoviÁRIO VIANA CASTRO



FONTE: ACERVO ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DAS SENHORAS DE SARAMANDAIA (1980)

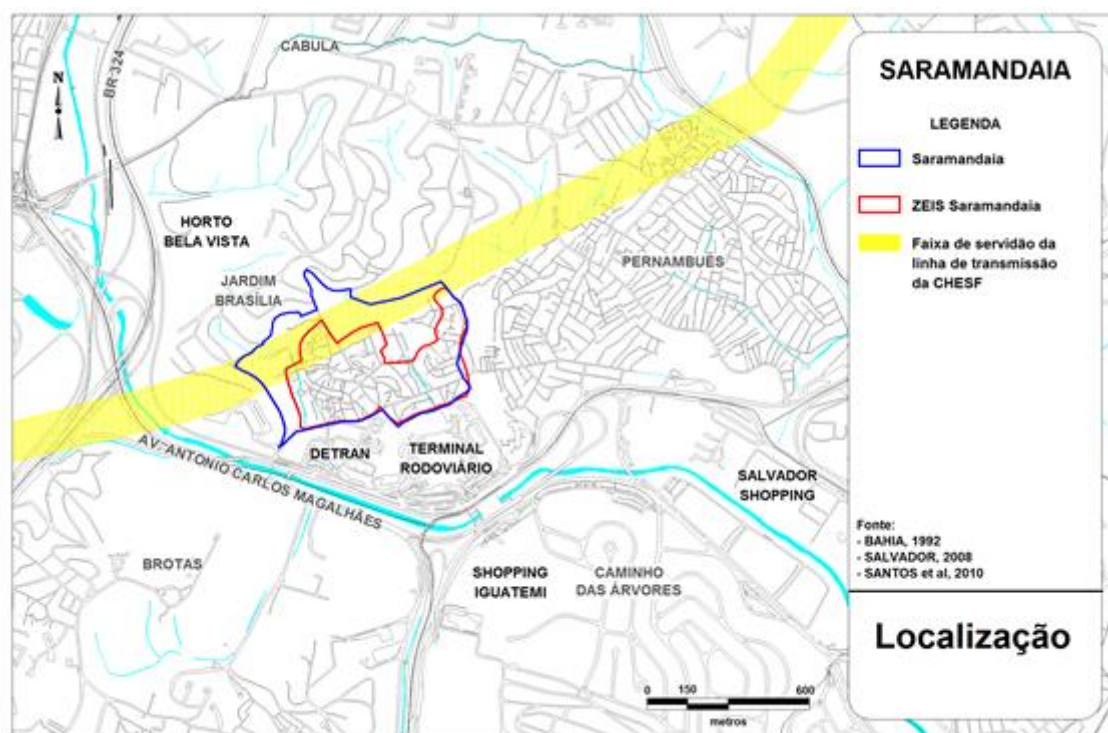
-
- ⁵ Cf. (ESPINHEIRA; SOARES, 2006) A partir de 1950 do século XX, Salvador inicia um processo dinâmico de crescimento urbano que se condiciona ao aperfeiçoamento dos meios de transportes e ao início da abertura das primeiras grandes vias de articulação, assim como ao surgimento de algumas indústrias que impulsionaram o desenvolvimento da cidade.
- ⁶ Para Espinheira e Soares (2006), favela ou invasão são espaços que apresentam “precariedade da urbanização, da moradia e da ilegalidade na ocupação do lote” (ESPINHEIRA; SOARES, 2006). Os autores afirmam que o morador da favela ou invasão “[...] é primeiro um invasor, um favelado, portanto, aquele que tentou contra a propriedade privada e ilegalmente se estabeleceu naquele local” (ESPINHEIRA; SOARES, 2006). Do mesmo modo, o IBGE na publicação do Censo Demográfico de 2010, classifica favelas, invasões, grotas, baixadas, comunidades, vilas, ressacas, mocambos, palafitas, entre outros, como aglomerados subnormais, irregulares e existentes no País. No âmbito internacional, Mike Davis (2006, p.33), destaca em suas pesquisas sobre favelas, a definição oficial elaborada pela ONU (Organização da Nações Unidas) em 2002, “[...] favela é caracterizada por excesso de população, habitações pobres ou informais, acesso inadequado à água potável e condições sanitárias e insegurança da posse de moradia” (DAVIS, 2006, p. 33). Segundo Davis (2006), a definição construída pela ONU não cita as condições sociais dos locais, por serem mais específicas são difíceis de qualificar. Embora, as circunstâncias, a marginalidade econômica e social seja igualmente vivida pela maioria das favelas em todos os lugares do mundo.

É nesse contexto que surge Saramandaia, batizada com este nome devido a fictícia cidade de Saramandaia da novela de Dias Gomes, exibida em 1976. Saramandaia surge espontaneamente na década de 1970 com a ocupação do “Fazendão Pompilho”, desapropriado pelo Estado da Bahia na intenção de ali colocar a Central de Abastecimento (CEASA), posteriormente considerada inepta e abandonada, conforme informações da PMS (SALVADOR, 1980).

A invasão de Saramandaia situa-se em área de topografia acidentada, composta de quatro morros e dois vales. Ao Norte é limitada pela faixa de domínio de segurança da CHESF; ao sul, Estação Rodoviária e DETRAN; a leste, terreno de particular (sem informação de proprietário) ao longo do qual se desenvolve uma via de pedestre denominada Rua da Mangueira; a oeste, início da encosta de um espigão de propriedade ainda não identificada. (SALVADOR, 1980)

O Bairro está localizado em área valorizada da Cidade, situa-se atrás do Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN) e do Terminal Rodoviário. Tem como vizinhos os bairros de Pernambués, Jardim Brasília e Brotas conforme mostrado no mapa da figura 3.

FIGURA 3 - MAPA DE SARAMANDAIA, SALVADOR, BAHIA, BRASIL



Mapa 1 - Localização do bairro de Saramandaia
Elaboração própria

FONTE: LIMA (2016)

Acrescentamos que, segundo a PMS Saramandaia em 1980 tinha uma população de 7.500 habitantes com densidade de 364 hab/ha distribuídos em uma área total de 434.886 m² de propriedade da Secretaria de Agricultura do Estado da Bahia (SALVADOR, 1980).

Hoje o bairro conta com 12 mil habitantes, sendo 89,59 de cor parda ou raça negra (IBGE, 2010), que ainda convivem com a falta de infraestrutura e saneamento básico, alto nível de violência e uma das mais altas taxas de analfabetismo entre a população com 15 anos ou mais de idade da cidade do Salvador 10,21% (IBGE,2010).

- Movimentos Sociais de Saramandaia

Em Saramandaia selecionamos duas organizações de moradores iniciadas na década de 1980, a fim de localizar as lideranças comunitárias e identificar as lutas que os moradores encaminharam no campo da educação: a Associação Beneficente das Senhoras do Bairro de Saramandaia (1983); a Associação de Pais e Mestres da Comunidade de Saramandaia (APMS), criada em 1985. Também relacionamos o Centro de Cultura e Educação Popular (CECUP) surgido em 1982, este último, embora não esteja localizado em Saramandaia, contribuiu ativamente para o processo de formação de professoras leigas para atuarem em turmas da Educação de Jovens e Adultos (EJA), tendo como referencial teórico o Método Paulo Freire.

Saramandaia, atualmente, conta com Associação de Moradores de Saramandaia, Grupo Cultural Arte Consciente, Balanço das Latas Brasil, Projeto Cultural e Educacional Mundo Livre, Movimentarte. NDE Crew - Grupo Profissional de Dança Hip Hop; Arte Mandaia e Grupo Recicla. Todos desenvolvem atividades socioculturais com crianças, jovens e adolescentes.

Concomitantemente, evidenciamos que nem todos os sujeitos envolvidos na coordenação das organizações estiveram à frente das mobilizações em prol da conquista da EMMBC. Contudo, o contato com esses atores sociais foi fundamental para identificar pessoas, encontrar informações, fatos, enfim fontes para a pesquisa.

Vale ressaltar que as instituições citadas não foram nossos objetos de estudo. Por isso, não foi nossa pretensão realizar um resgate histórico, analisar a natureza e composição e nem verificar se ocorrem processos democráticos, por isso, elas aparecem de forma secundária na pesquisa e nos serviram para verificar a existência do fenômeno estudado: a participação dos Movimentos Sociais de Saramandaia na luta pelo Direito Humano à Educação Básica.

- O lócus da pesquisa

Ao descrever a unidade de ensino buscou-se fundamentação sociológica para análise da escola enquanto lócus privilegiado de produção sistematizada do saber (DOURADO, 2012). A escola precisa ser organizada no sentido de que suas ações, que devem ser eminentemente educativas, atinjam os objetivos da instituição de formar sujeitos concretos: participativos, críticos e criativos.

A escola, enquanto instituição social, é parte constituinte e constitutiva da sociedade na qual está inserida. Assim, estando a sociedade organizada sob o modo de produção capitalista, a escola enquanto instância dessa sociedade contribui tanto para manutenção desse modo de produção, como também para sua superação, tendo em vista que é constituída por relações sociais contraditórias estabelecidas entre grupos antagônicos. (DOURADO, 2012, p.30)

Para o autor, a educação pode ser compreendida como um processo de apreensão e acumulação da cultura, produzida historicamente. Já, Bernadete Gatti (1999), ao abordar esta temática conceitua a educação enquanto área do conhecimento e profissional de ação-intervenção direta.

Educação é uma área de conhecimento e área profissional, um setor aplicado, interdisciplinar, e o conhecimento que produz, ou deveria produzir, diz respeito a questões de intervenção intencional no âmbito da socialização, diz respeito a metodologias de ação didático-pedagógica junto a setores populacionais, com objetivos de compreensão de este agir e de seu potencial de transformação. (GATTI, 1999, p. 66)

Na perspectiva de compreender o agir e o potencial de transformação da educação escolhemos a EMMBC para ser o lócus da pesquisa. Fundada em abril de 1985 no Bairro de Saramandaia.

A escola embora esteja em uma localização central, é classificado pelo Decreto Municipal de Salvador nº 18.310, de 24 de abril de 2008, como de difícil acesso ou periférica por preencher os seguintes requisitos descritos no Art. 2º:

Para efeito de enquadramento das Unidades de Educação do Município em zona periférica ou local de difícil acesso são condições determinantes:

- a) Via pública não pavimentada;
- b) Acesso por via de difícil trafegabilidade com veículos automotores em dias de chuva;
- c) Acesso por apenas uma linha de transporte coletivo com tempo de percurso superior a 60 (sessenta) minutos do terminal até a unidade de ensino;
- d) Acesso à unidade de ensino, obrigatoriamente, através de percurso a pé, com distância percorrida superior a 500 (quinhentos) metros.

Em 2013 a escola foi reformada, entre outras melhorias, destacamos a troca do telhado de amianto, por um de cerâmica e a instalação de aparelhos condicionadores de ar nas quatro salas de aula.

A estrutura interna da escola é composta por uma 1 secretaria, 3 banheiros, 1 pátio, e 4 salas de aulas que atendem a 12 turmas distribuídas em três turnos. Nos turnos matutino e vespertino a escola atende a 255 crianças e adolescentes no Ensino Fundamental I ano inicial no turno noturno a 120 alunos com 15 ou mais anos de idade na modalidade da Educação de Jovens e Adultos, anos iniciais do ensino fundamental, como descrito no apêndice F.

O quadro de funcionários de apoio da unidade escolar é formado por 4 porteiros; 4 auxiliares de serviços gerais; 2 merendeiras e 3 agentes administrativos. O quadro do magistério é formado por 5 professores e 2 coordenadoras pedagógicas, todos concursados, e 2 estagiários de pedagogia. A equipe gestora, eleita pela comunidade em 2014 é composta por 1 diretora e 2 vice-diretoras.

FIGURA 4 - ESCOLA MUNICIPAL MARISA BAQUEIRO COSTA, SARAMANDAIA



Fonte: Agência A Tarde (2013)

3.2 OS INSTRUMENTOS DE COLETA DE EVIDÊNCIAS

A coleta de evidências ocorreu entre julho e novembro de 2016. Esse tempo, na escola e na comunidade, foi constituído na emersão da pesquisadora no contexto investigado, uma vez que, são os lugares de trabalho e moradia da mesma.

3.2.1 Pesquisa documental

A Documentação é um tipo de informação que nos auxiliou em todas as etapas do trabalho na busca por evidências sobre a formação do Bairro de Saramandaia e o papel dos movimentos sociais ali constituídos. Por isso, recorremos a pesquisa documental em:

- Agendas, fotos, avisos, projeto político-pedagógico, atas das reuniões do Conselho Escolar, minutas de reuniões, e outros relatórios escritos de eventos em geral da EMMBC;
- Documentos administrativos – propostos, relatórios de aperfeiçoamentos e outros documentos internos das associações de bairro;
- Recortes de jornais e outros documentos publicados na mídia sobre a comunidade.

As reportagens nos jornais do Salvador foram selecionadas com base em: formas de protesto da população de Saramandaia por melhorias na comunidade, com foco nas questões sobre a garantia do direito humano à educação básica, a partir de 1970, época do surgimento da comunidade e a década 1980, período em que a EMMBC foi construída.

Também no âmbito da pesquisa documental foram consultados documentos do Centro de Estudo e Ação Social (CEAS), onde foi possível encontrar documentação relativa ao Bairro de Saramandaia inserida no acervo do Movimento de Defesa de Favelados (MDF).

André (1992, p. 100) afirma que a pesquisa documental é importante nos estudos de caso porque complementam informações obtidas por outras fontes e fornecem base para triangulação de dados.

Nessa perspectiva, realizamos duas visitas no Jornal A Tarde, Jornal Tribuna da Bahia e Jornal Correio da Bahia, entre os meses de julho e agosto de 2016. A busca por reportagens ocorreu após termos acesso ao acervo da documental da Associação Beneficente das Senhoras do Bairro de Saramandaia, o que possibilitou identificar matérias que trataram das demandas por bens e serviços coletivos, dentre elas a construção de escolas.

Embora o trabalho de campo já apontasse para as lutas dos moradores do referido bairro, foi análise das reportagens que nos permitiu identificar com mais precisão fenômeno estudado.

3.2.2 Entrevistas semiestruturadas em formato de documentário

Com o avanço das tecnologias digitais de informação e comunicação variadas formas de dados qualitativos surgem continuamente, exigindo do pesquisador capacidade “[...] de se adaptar a uma nova forma de observação ao examinarem os textos em uma tela, reforçando suas habilidades de interpretação dos dados textuais e aperfeiçoamento de habilidades de entrevistas” (CRESWELL, 2014, p.133).

Para o autor:

[...] na coleta de dados inovadora, incentivo os indivíduos a criarem projeto qualitativos para incluir métodos novos e criativos de coleta de dados que estimularão os leitores e editores a examinarem seus estudos. Os pesquisadores precisam levar em consideração a etnografia visual ou as possibilidades da pesquisa narrativa de incluir histórias vivas, narrativas visuais metafóricas e arquivos digitais. (CRESWELL, 2014, p.133)

Assim, a proposta do documentário, um dos produtos desse trabalho, é apresentar a participação dos movimentos sociais de Saramandaia na luta pelo direito humano à educação, através da narrativa dos atores sociais, testemunhas oculares dessa história, buscou-se compor a história da EMMBC e com ela de toda uma comunidade que viveu e vive reivindicando o direito a educação pública.

O processo de produção do documentário, entendido como forma de organização do discurso do filme de não ficção, aborda assuntos da vida real, pessoas, eventos ou questões. Foi primeiro definido por Jonh Grierdson em 1979, criador da Escola Britânica de Documentários e responsável pelo reconhecimento da produção fílmica enquanto produção autoral.

Para efeito desse estudo empregaremos o conceito de documentário formulado por Manuela Penafria (1999, p. 20) “[...] o filme documentário é aquele que, pelo registro do que é e acontece, constitui uma fonte de informação para o historiador e para todos os que pretendem saber como foi e como aconteceu”. Segundo a autora (1999), de forma geral, todo documentário segue o mesmo plano de produção:

- Ideia – refere a inspiração, o que motivou a produção do documentário;
- *Story line* – significa a “linha da história”, ou seja, um resumo da história a ser transformado em roteiro;
- Sinopse ou resumo da história – trata das informações sobre os personagens principais e sobre o local onde se passa a história de forma resumida;
- Perfil dos personagens – são as informações físicas e psicológicas dos personagens;
- Estrutura – divisão da história em cenários e cenas marcando o ambiente onde ela se passa e informando o que ocorre de importante neste ambiente;
- Roteiro – é dividido em cenas e contém: descrição dos ambientes e da ação; nome dos ambientes e personagens; diálogos e indicações para personagem; indicação de efeitos para transição de cenas.

A ideia central do documentário é como se deu a participação dos Movimentos Sociais na luta pelo Direito Humano à Educação em Saramandaia na década de 1970 e como atualmente esses movimentos sociais se articulam com a escola fruto dessa luta.

A *Story line* é iniciada no final da década de 1970 com o surgimento de Saramandaia e continua com a chegada de Madre Paula Ramos, monja beneditina, que deixou o convento para cuidar da educação de crianças, jovens e adultos, através da criação de escolas comunitárias no bairro.

A linha da história continua com as várias reivindicações dos moradores, principalmente as mulheres, junto à Prefeitura Municipal do Salvador, para que sejam construídas escolas públicas na comunidade. Concluímos com a concepção das lideranças atuais, assim como das gestoras sobre a importância da realização do trabalho entre escola e comunidade local para melhoria da qualidade do ensino.

A estrutura e o roteiro do documentário obedeceram à ordem das entrevistas semiestruturadas: o primeiro, entre o final da década de 1970 e a década de 1980 onde são apresentados, sob o olhar de Mariza Santos, Urânia Puridade e Normando

Batista, o início de Saramandaia; a criação das escolas comunitárias e a luta pela construção da EMMBC,

O segundo, momento atual, retrata a percepção das gestoras, Josiana Rocha e Urânia Puridade, sobre a participação dos movimentos sociais na gestão da EMMBC. Finalmente, a participação e o papel da EMMBC na vida da comunidade são discutidos a partir da percepção dos líderes comunitários, José Luís Santos, Lúcio Lima e Saulo Cupertino, além de Gabriela Pereira, vinculada ao Grupo de Pesquisa Lugar Comum.

3.3 ASPECTOS ÉTICOS

De acordo com os princípios éticos e com o protocolo estabelecido pelo Conselho Nacional de Pesquisa (CONEP), foi encaminhado antecipadamente um ofício através da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), ao campo da pesquisa, solicitando permissão para realização deste estudo. Após apreciação da Secretaria Municipal da Educação do Salvador foi emitido, para Gerência Regional de Educação – Cabula e para gestora da EMMBC, um documento liberando a coleta dos dados na referida Unidade Escolar.

O estudo respeitou os princípios da Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde que incorpora sob a ótica do indivíduo e das coletividades os quatro referenciais da bioética: autonomia, não maleficência, beneficência, justiça e equidade, dentre outros, e visa assegurar os direitos e deveres que dizem respeito à comunidade científica, aos sujeitos da pesquisa e ao Estado (BRASIL, 2012).

O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa, tendo o seguinte número do parecer 1.721.020, seguem em anexo I. Assim, pela natureza de um dos nossos produtos finais ser um documentário, não foi possível resguardar o sigilo e o anonimato dos participantes. Porém, na transcrição das entrevistas semiestruturadas utilizamos as denominações Liderança e Gestora acompanhado de um número para preservar o sigilo, a privacidade e o anonimato dos participantes em questão.

Para tanto, confeccionamos o Termo de Consentimento Livre e Esclarecimento (TCLE) e o Termo de Autorização, que foi assinado pelos participantes da pesquisa em duas vias, além de serem orientados sobre a mesma, podendo desistir a qualquer etapa, assim como ter acesso aos pesquisadores e à instituição, através de telefones disponibilizados no TCLE para retirada de qualquer dúvida. Os dados gerados foram arquivados pelos pesquisadores no Centro de Referência em Desenvolvimento e Humanidades, sendo destruídas após cinco anos do término da pesquisa.

4 PRÁTICA DIALÓGICA

Na fase de análise de evidências buscamos relacionar as informações obtidas em um formato que contribuísse para a compreensão do problema investigado, permitindo estabelecer relações entre o referencial teórico e o material empírico compilado, de forma a interpretá-lo com mais consistência. Para proceder a esta interpretação tomamos como base a análise de conteúdo proposta por Bardin (1977, p. 42):

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores qualitativos ou não, que permitam a interferência de conhecimentos relativos às condições de produção, recepção/variáveis inferidas destas mensagens.

Assim, elaboramos um plano de trabalho seguindo as três fases do método estruturado por Bardin (1977): pré-análise, exploração do material e a análise ou interpretação dos dados, onde organizamos o material, estabelecendo contato com a temática, através de uma escuta geral das entrevistas. Na segunda fase, continuamos com a escuta mais atenta e revisada das entrevistas, nesse momento, sublinhamos os trechos que nos despertaram maior interesse pela relação com os objetivos da pesquisa.

Na terceira fase, tratamento do material, buscando interpretar, os conteúdos evidenciados na fase anterior, no sentido da especificação das categorias. Já, na análise final, tratamos das significações de palavras e frases que esclarecem comportamentos e opiniões dos sujeitos investigados (BARDIN, 1977). Marli André (1992, p. 101) chama atenção para o fato de que a categorização por si não esgota a análise. Para a autora:

[...] É preciso que o pesquisador vá além, ultrapasse a mera descrição, buscando realmente acrescentar algo ao que já se conhece sobre o assunto. Para isso terá que recorrer aos fundamentos teóricos do estudo e às pesquisas correlacionadas, estabelecer conexões e relações que lhe permitam apontar as descobertas, os achados do estudo. (ANDRÉ, 1992, p. 101)

Dessa forma, organizamos as evidências em três eixos. Um. Formação da consciência política dos moradores de Saramandaia, a partir da organização em associações de bairros; dois, luta e conquista dos movimentos sociais de Saramandaia pelo direito humano à educação básica, através da construção da EMMBC; por fim, defesa do Direito Humano à Educação Básica em Saramandaia, através da articulação entre associações, grupos culturais e a EMMBC.

O estudo foi permeado, a dimensão participativa, nos âmbitos dos processos comunitário e escolar, sendo lastreadas pelas categorias Saramandaia, Movimentos Sociais Urbanos, Educação Básica e pelas subcategorias: Educação em Direitos Humanos e Gestão Democrática da Escola Pública. No apêndice C estão os quadros de sistematização das informações obtidas no estudo de caso.

Após esse primeiro momento, passamos para fase em que as informações foram reunidas em torno de categorias e apresentadas de forma conjunta. Os aspectos destacados no trabalho final foram: apropriação do processo histórico, social político e cultural da formação de Saramandaia; reconhecimento do processo de mobilização das associações de bairro de Saramandaia que resultou na construção da EMMC e, finalmente a promoção do diálogo intersetorial entre escola e comunidade local sobre práticas educativas que assegurem a formação para Cidadania e para a Educação em Direitos Humanos.

4.1 PARTICIPAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DE SARAMANDAIA NA LUTA POR DIREITOS NAS DÉCADAS DE 1970 E 1980

Evidenciamos inicialmente, que a trajetória da comunidade de Saramandaia nesses 40 anos de luta e resistência, apresenta relevantes momentos de organização e mobilização dos moradores. Alicerçando-se no recorte temporal dessa seção, anos 1970 e 1980, verifica-se que um desses importantes momentos foi a conquista do direito à moradia.

Segundo o relato de Irmã Paula Ramos, monja beneditina e liderança comunitária que morou na comunidade na década de 1980, no livro Debates Educação de Jovens e

Adultos: a experiência dos bairros populares de Salvador, 1987, produzido pelo MEC, através da Fundação Educar em parceria com o CECUP.

O terreno em que está Saramandaia era inóspito, não só por si tratar de uma área alagadiça e cheia de animais peçonhentos, mas, sobretudo, pelas inúmeras destruições dos barracos efetuadas pela polícia militar, por isso o povo teve que desbravar cada metro quadrado a fim de construir ali sua moradia (BRASIL, 1987, p. 13).

FIGURA 5 - MORADORES DE SARAMANDAIA RECONSTRUÍDO SUAS CASAS APÓS DESPEJO



Fonte: Jornal A Tarde (1977)

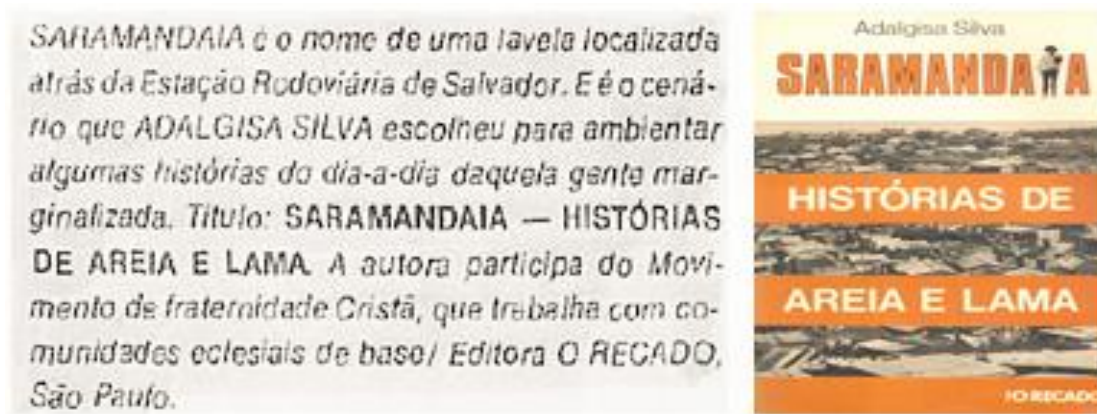
Assim, afirma Freire (2015, p. 40) "[...] humanização e desumanização, dentro do contexto histórico, num contexto real, concreto, objetivo, são possibilidades dos homens como seres inconclusivos e conscientes de sua inconclusão". Nessas circunstâncias de desumanização que os moradores de Saramandaia encetaram a

organização política e a luta por direitos, em especial o direito à educação conforme relata a Irmã Paula:

[...] Foi assim: uma jovem professora que residia na Pituba, e em sua casa houve um incidente com uma criança de Saramandaia; a partir desse incidente a professora veio a conhecer o bairro, visitou Saramandaia, e se impressionou com a situação. Então ela começou o que se chamou a Escolinha de Tia Giza. (BRASIL, 1987, p. 14)

De 1978 a 1985 a Escolinha Tia Giza era a única escola de Saramandaia; construída e mantida por Adalgisa Silva, missionária católica, participante do Movimento de Fraternidade Cristã (MFRAC), ligado as CEBs, que deparou-se com a situação de extrema pobreza vivida pela comunidade e atendeu ao chamado de Puebla⁷. Logo, assumiu o compromisso de ser a primeira professora, denunciou a condição de marginalidade, violação de direitos e invisibilidade da comunidade, como bem descreveu em seu livro Saramandaia, histórias de areia e lama.

FIGURA 6 - DIVULGAÇÃO DO LANÇAMENTO DO LIVRO SARAMANDAIA, HISTÓRIAS DE AREIA E LAMA (1980)



FONTE: A TARDE (1981)

A Escolinha de Tia Giza oferecia para as crianças a educação pré-escolar e reunia as mães, num clima de amizade, no intuito de identificar os problemas da localidade. Então, a partir da reflexão sobre os problemas comunitários surgiam novos ideais de transformação. Com isso, despertou também a atenção das lideranças de

⁷ Terceira Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano realizada em Puebla de Los Angeles no México de 27 de janeiro a 13 de fevereiro de 1979, trouxe como missão cristã ao clero e aos leigos católicos “a necessária mudança das estruturas sociais, políticas e econômicas injustas” (1155).

Saramandaia sobre os mecanismos de pressão para obter atendimento da Prefeitura frente às necessidades básicas, inicialmente de luz, água e esgoto.

Na perspectiva adotada por Paulo Freire (2015) e seguida por Adalgisa Silva (1980) a única via capaz de superar a contradição opressor - oprimido é o exercício incessante da práxis, da “[...] reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo” (FREIRE, 2015, p. 52).

FIGURA 7 – ESCOLINHA TIA GIZA, SARAMANDAIA, SALVADOR, BAHIA, BRASIL



FONTE: ACERVO DA ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DAS SENHORAS DE SARAMANDAIA (1980)

No que concerne à falta de escolas em Saramandaia, Silva (1980) nos leva a refletir sobre o papel do Estado e da Igreja para a conservação da marginalização e silenciamento das classes empobrecidas.

[...] eles não têm vez, eles não têm chance. Como poderiam competir com as escolas particulares, eles que não têm acesso nem mesmo às públicas?! E nós olhamos em torno e nos perguntamos: Onde estão as escolas públicas nesta hora? As escolas cristãs?! As escolas católicas? (SILVA, 1980, p. 22)

Neste sentido Freire assevera que no processo, na busca de significados a concepção problematizadora e libertadora da educação forjam o educador humanista para que em comunhão com o educando possam guiar-se no caminho da humanização de ambos (FREIRE, 2015, p.86)

Na verdade, porém, os chamados marginalizados, que são os oprimidos, jamais estiveram **[fora de]**. Sempre estiveram **[dentro de]**. Dentro da estrutura que os transformam em **[seres para outro]**. Sua solução, pois, não está em **[integrar-se]**, em **[incorpora-se]** a esta estrutura que os oprime, mas em **[transformá-la]** para que possam fazer-se **[seres para si]**. (FREIRE, 2015, p. 38, grifo do autor)

Lima em seus estudos sobre Saramandaia (2016) sublinha que o trabalho de Adalgisa “[...] apresentou-se como veículo para a entrada no Bairro das Comunidades Eclesiais de Base que, [...] tiveram um papel fundamental na articulação com o Movimento de Defesa dos Favelados (MDF)” (LIMA, 2016, p. 183), e, por conseguinte a formação política das lideranças comunitárias do bairro.

A autora aponta que:

Esse processo contínuo de reivindicação de direitos urbanos leva os moradores de Saramandaia a transitarem por várias escalas e estabelecer inúmeras conexões. Na medida em que os moradores se consolidam na cidade, passam a alargar a constituição de uma rede de interlocutores que abarca deputados, vereadores, servidores públicos, religiosos e movimentos urbanos de base nacional, a exemplo da Confederação das Associações de Moradores (CONAM), através da Federação das Associações de Bairros de Salvador (FABS) e do Movimento de Defesa dos Favelados (MDF). A articulação com o MDF e a FABS permitiu a constituição de agendas de luta comum, construídas em encontros locais e nacionais que eram nutridos por demandas cotidianas concretas, como aquelas voltadas à implantação de infraestrutura, serviços públicos e permanência no território. Essa partilha de necessidades comuns era desdobrada na realização de uma série de atos em conjunto que, por sua vez, entrelaçava-se com as táticas cotidianas de reivindicação em face do Estado. (LIMA, 2016, p. 202)

Em um contexto permeado por uma crescente conscientização e identidade comunitária, chegaram em Saramandaia três jovens franciscanos e estudantes de teologia, que obtiveram de seu Provincial (frade lúcido e santo), a licença para residir na comunidade, nas mesmas condições precárias dos demais moradores.

Os “Freis” iniciaram as celebrações litúrgicas regulares, a catequese e o Grupo de Jovens. Além disso, a casa dos franciscanos era sempre aberta para a participação nas suas orações e refeições, sendo ao mesmo tempo espaço de reflexão nos parâmetros da teologia da libertação e em consequência a conscientização sobre dignidade e direitos humanos. Neste contexto, de intensa troca entre os religiosos e o povo, Freire (2015, p. 37) declara que “[...] tão mais radical quanto mais se inscreve nesta realidade para, conhecendo-a melhor, melhor pode transformá-la”.

Um segundo fator de educação sócio - política realizada informalmente eram as “novenas” do Natal e da Campanha da Fraternidade, reunindo a vizinhança nas casas de família com subsídios oferecidos pela Igreja Católica. A base desses subsídios eram sempre relatos bíblicos lidos e discutidos com o método- originalmente elaborado pela JOC (Juventude Operária Católica) francesa- VER, JULGAR e AGIR. Irmã Paula afirma que em meio a esses encontros brotavam projetos de ação-reivindicação e o entendimento que o povo tinha que fala por si, quebrar o silêncio diante da opressão.

[...] No início, a própria Prefeitura tentou organizar o povo lá em Saramandaia. Talvez com outras intenções, com a intenção de manipular, ninguém sabe..., mas, o povo logo descobriu uma coisa: se a gente vai às reuniões que são promovidas pela Prefeitura, para escutar o pessoal da Prefeitura falar, a gente também pode fazer reuniões nas quais seja a gente que fale. E então abandonaram as reuniões da Prefeitura e formaram seu próprio Conselho de Moradores, onde discutiram os seus problemas e tomavam iniciativas na busca de soluções. (BRASIL, 1987, p. 13)

Em termos locais, o reconhecimento do direito a palavra alterou a concepção de organização popular de Saramandaia, de ouvintes os moradores passaram a ser pronunciadores de seus problemas e interesses, exercitando a prática dialógica (FREIRE, 2015). Para o autor (2015, p. 109), o sujeito não se constrói no silêncio, mas na palavra, no exercício permanente do pensar e agir.

Com a saída de Adalgisa e da CEB em 1985 de Saramandaia, a escola ficou na iminência de fechar. Daí, pais, professores e moradores incentivados pela monja beneditina, reuniram-se e fundaram a Associação de Pais e Mestres de Saramandaia (APMS), com a finalidade de garantir a continuação das atividades.

Conforme Irmã Paula Ramos:

[...]. Nessa época, todas as professoras estavam já quase desistindo da luta pela escolinha, que era realmente uma luta muito dura e muito difícil. [...]. Então, nós decidimos fundar uma associação, que seria uma associação que não entraria nestas questões política partidária, mas que se dedicaria a desenvolver uma política educacional em Saramandaia. E foi fundada a Associação de Pais e Mestres. (BRASIL, 1987, p. 14).

Com a criação da APMS, os pais e professores resolveram alterar o nome da Escolinha Tia Giza para Escola Comunitária Nossa Senhora das Mercês, que durante muito tempo foi unidade de extensão da Escola Comunitária São Francisco de Assis, onde eram desenvolvidas atividades de arte, cultura, em complementação as atividades escolares, bem como, o desenvolvimento de práticas de saúde e preservação do meio ambiente.

Em 1984, através da amizade entre Irmã Paula e Juarez Paraíso, diretor da Escola de Belas Artes, foi promovida uma grande exposição de obras originais sobre Saramandaia, com a participação dos estudantes e professores da UFBA, que teve como foco as mais diversas técnicas, figuras e moradias. Depois de várias visitas dos artistas e o entendimento e o consentimento da população, Juarez fez um grande levantamento fotográfico para servir de base aos trabalhos.

Essa exposição no princípio itinerante foi montada em diferentes eventos da cidade do Salvador, tais como: Fórum de Educação; Assembleia Regional da Conferência dos Religiosos do Brasil; Inauguração da Escola Municipal Marisa Baqueiro. Vale ressaltar que, nesse último, compareceu a esposa do Governador Waldir Pires, D. Iolanda Pires, bem como, todo o Secretariado Municipal. A exposição impressionou a Primeira Dama, Presidente das Voluntárias Sociais que começou a encaminhar recursos para a área da educação em Saramandaia.

Em 1986, com o apoio do CECUP foram abertas as primeiras turmas da EJA. Irmã Paula conta que alfabetização e pós-alfabetização de jovens e adultos era uma solicitação antiga da comunidade. Todavia, só foi possível ampliar o atendimento educacional, para esta parcela da população, após o curso gratuito de formação de

professores leigos em educação popular promovido pelo CECUP, pois o projeto aprovado pela Fundação Educar não previa o pagamento de nenhuma consultoria.

[...] As professoras foram todas jovens e senhoras moradoras da própria comunidade. Jovens e senhoras escolhidas, em primeiro lugar, pela sua própria capacitação – de preferência pessoas que tinha o curso de magistério. Mas não muitas as pessoas em Saramandaia que tem o curso de magistério completo. Então escolhemos outras pessoas que estivessem cursando o segundo grau. E depois, outras pessoas, que eram conhecidas pelo seu empenho na organização comunitária, pessoas que participavam do **[processo organizativo da comunidade]**, mostravam **[sensibilidade pelos problemas das pessoas]**, e também, mostravam **[interesse pelos problemas da educação no bairro]**. Assim nós conseguimos um grupo muito bom de professoras de adultos. (BRASIL, 1987, p15, grifos nossos)

Sob a perspectiva do olhar de Irmã Paula, percebe-se a preocupação de formar um grupo de professoras engajadas nas reivindicações da comunidade e comprometidas com formação pessoal. Para a religiosa, ser escolarizado não era o bastante para atuar como educador popular. Ou seja, para ser um educador das escolas comunitárias de Saramandaia, primeiro, era necessário está consciente de seu papel político e transformador.

Esta concepção é evidenciada na avaliação feita pela Irmã, sobre o trabalho da EJA em Saramandaia “[...] é claro que o alto índice de alfabetização, aliado à libertação da **[mácula de analfabeto]** **[introjetada na alma do sem letras]** e o despertar para a consciência crítica, são os primeiros sinais de produtividade” (BRASIL, 1987, p. 16, grifo da autora). Ao refletir sobre a superação da dicotomia entre opressor-oprimido Freire (2015) chama atenção para o fato de que:

A realidade social, objetiva, que não existe por acaso, mas como produto da ação dos homens, também não se transforma por acaso. Se os homens são os produtores desta realidade e se esta, na **[inversão da práxis]**, se volta sobre eles e os condiciona, transformar a realidade opressora é tarefa histórica, é tarefa dos homens. (FREIRE, 2015, p. 51, grifo do autor)

O trabalho de educação de Jovens e Adultos assumido pela Associação de Pais e Mestres foi uma experiência brilhante. Infelizmente o projeto durou poucos anos, pela inconsistência dos projetos governamentais para a educação e talvez porque os projetos da Educar foram entregues às associações populares, que, trabalhando com o método Paulo Freire estavam dando certo demais.

Durante o ano de 1987, período que Irmã Paula concedeu esta entrevista ao MEC, as escolas comunitárias tinham 278 educandos da EJA, distribuídos em 15 salas, 8 de alfabetização e 7 de pós-alfabetização.

Outro momento de protagonismo de Saramandaia ocorreu na luta pela construção da passarela que atravessa a Avenida Antônio Carlos Magalhães (ACM), ligando Saramandaia ao Bairro de Brotas. Os moradores, em sua maioria, mulheres e mães já haviam se organizado para fazer as crianças atravessarem as 4 pistas de alta velocidade que cortavam o caminho para a escola.

A cada dia, no horário da ida e no horário da volta, uma das mães fazia com as crianças uma corrente de mãos dadas e, quando o trânsito oferecia uma brecha, atravessavam correndo as 4 pistas. Daí para frente as crianças iam sozinhas. Na volta das aulas acontecia o mesmo ritual: uma das mães as esperava e fazia atravessar as 4 pistas da Avenida ACM.

Numa das reuniões da Campanha da Fraternidade as mulheres comentaram que estava chegando de novo o tempo do sufoco, isto é, das aulas e das corridas na frente dos carros. Daí surgiu a pergunta: o que podemos fazer? –Seria preciso chamar fortemente a atenção sobre o problema, ainda mais que muitas pessoas já haviam sido atropeladas e mortas, ali, de uma vez misturando-se o sangue, da mãe de dez filhos, com a roupa lavada e passada que ia entregar no Caminho das Árvores, bairro nobre fronteiro a Saramandaia. Começou-se a elaborar o projeto: vamos barrar o trânsito na hora de ir para a escola, que era o mesmo horário dos que tinha carro, ir para o trabalho.

Alargou-se a reflexão para toda a Saramandaia e as ideias e a mobilização foram-se alastrando. Como Ir. Paula havia recebido do Mosteiro de São Bento duas enormes e antigas vigas de madeira, decidiu-se que seriam atravessadas nas pistas da Avenida ACM e que uma pessoa faria uma encenação de atropelamento deitada no asfalto e coberta com um lençol. Por causa das vigas, espalhou-se o boato de que Teresinha (mulher alta, forte e brava, grande liderança da favela) iria atacar de paulada os carros, o que fez a população ir para ver a cena.

FIGURA 8 – MANIFESTAÇÃO DAS MULHERES DE SARAMANDAIA EM PROL DA CONSTRUÇÃO DA PASSARELA NA AVENIDA ACM, SALVADOR, BAHIA, BRASIL



FONTE: JORNAL TRIBUNA DA BAHIA (1985)

Enquanto isso, Marisa, outra liderança, dançava zombeteiramente na frente dos carros, sendo detida pelo guarda para que os carros atravessassem. Então o povo percebeu mais uma vez que os poderes públicos só lhe prestavam atenção, através de ações impactantes. Nesse sentido Freire alerta para o fato de que “[...] dizer a palavra em um sentido verdadeiro, é o direito de expressar-se e expressar o mundo, de criar e recriar, de decidir e optar” (FREIRE, 1981, p.40).

Diante de toda a situação, logo um contingente de policiais compareceu dando início a uma discussão com insultos, ameaças da polícia e contestação agressiva das mulheres. Em pouco tempo o comandante da polícia foi forçado a prometer que colocaria ali, permanentemente, um fiscal de trânsito, até que fosse colocado um semáforo e avançasse a reivindicação por uma passarela no local.

FIGURA 9 – VIOLÊNCIA POLICIAL CONTRA MORADORES DE SARAMANDAIA QUE REIVINDICAVAM A INSTALAÇÃO DE SINALEIRAS NA AVENIDA ACM



Fonte: A Tarde (1983)

As mulheres fizeram questão de deixar claro que se o guarda de trânsito não comparecesse, fariam ainda pior do que haviam feito. Nesse momento, com o alarde da imprensa, Jornal A tarde (02/06/1983; 02/08/1983; 03/07/1984), Jornal Tribuna da Bahia (19/03/1985; 04/04/1988) e Jornal Correio da Bahia (19/03/1985) e as crescentes reivindicações da população, suas exigências, dentro de algum tempo, começaram a ser atendidas e as crianças irem com segurança para a escola.

FIGURA 10 – REIVINDICAÇÃO DOS MORADORES DE SARAMANDAIA EM PROL DA CONSTRUÇÃO DE PASSARELA NA AVENIDA ACM COM O APOIO DO MOVIMENTO DE DEFESA DOS FAVELADOS



FONTE: JORNAL A TARDE (1983)

Um desses importantes recursos foi o MDF – Movimento de Defesa dos Favelados, assessorado pelo jesuíta, Padre Confá, outro, de grande importância foi o CECUP, que até hoje assessora a Escola São Francisco de Assis e trouxe para Saramandaia o Teatro de Bonecos, orientado para a Educação Política, a Educação Ambiental, um programa de Saúde Bucal e outros. É importante mencionar ainda a Associação das Lavadeiras, entidade que resgatou a consciência da dignidade profissional, do direito à remuneração justa e da capacidade de negociação das mulheres dedicadas a esse serviço. Por isso, faz-se necessário lembrar que as entidades dedicadas à Educação Popular não se ocupam unicamente com uma escolaridade de valor, mas com a valorização de todos os demais aspectos da vida humana.

FIGURA 11 – MORADORES EXIGEM CELERIDADE NA CONSTRUÇÃO DA PASSARELA DA AVENIDA ACM

Moradores de Saramandaia querem logo sua passarela

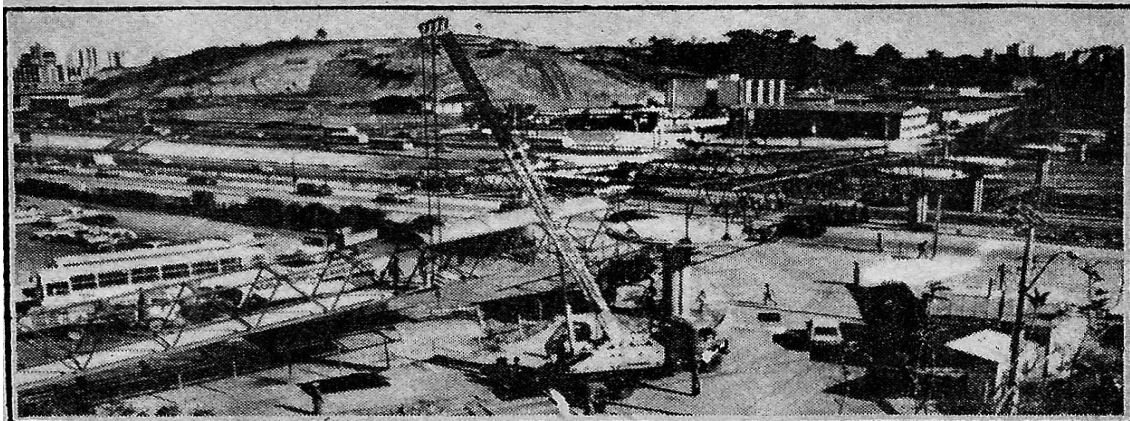
A comunidade de Saramandaia espera ansiosa pela conclusão da passarela que está sendo instalada em frente à saída principal do lugar e que porá um fim ao grande número de atropelamentos de moradores na avenida Antônio Carlos Magalhães. De 1980 até hoje, cinquenta e quatro pessoas já morreram e outras dezenas ficaram mutiladas ou inválidas, vítimas de atropelamentos em uma das quatro pistas da avenida. A construção da passarela — que deveria se chamar “passagem da vida” — é uma das lutas mais antigas dos quase trinta mil habitantes de Saramandaia.

A viabilização da obra foi conseguida depois que, após muita luta e luto, os moradores se agruparam para protestar, inclusive formando um “colchão” humano que, em 1986, se deitou na avenida só sendo retirado pela polícia. Os atropelamentos atingiam, sobretudo, os trabalhadores da invasão que, para pegarem o transporte até o trabalho, tinham que atravessar as pistas em busca de um ponto de ônibus. “Nós mesmos escolhemos o local da passarela”, conta, orgulhosa, a presidente da

Associação Beneficente das Senhoras de Saramandaia, Marise Miranda, principal líder do movimento dos moradores do lugar.

A maior luta, agora, dos moradores de Saramandaia, é a de conseguir que o arcebispo de Salvador e Primaz do Brasil, Dom Lucas Moreira Neves, celebre uma missa campal no dia da inauguração da passarela, que deverá estar pronta num prazo de quinze dias. “Se ele não puder vir vamos escolher outro padre, mas a missa vai ser realizada”, afirmou Marise Miranda. Segundo ela, após a missa será realizada uma procissão de moradores de Saramandaia até o início da passarela. “Essa passarela deveria ter sido a primeira, e não a quarta a ser construída pela prefeitura, reclamou Marise.

Não só a população de Saramandaia festeja a construção da passarela sobre a Avenida Antônio Carlos Magalhães. Os moradores do condomínio João Durval, também passaram a respirar aliviados. “Quase todo mês alguém é atropelado aí, principalmente quem tem que pegar ônibus”, constatou a enfermeira Joselita Afrânio, 31 anos.



A população de Saramandaia luta para evitar os atropelamentos

FONTE: JORNAL A TARDE (1988)

4.2 A REIVINDICAÇÃO EM FACE AO ESTADO: CONSTRUINDO A ESCOLA MUNICIPAL MARISA BAQUEIRO COSTA

As reivindicações pela construção de escolas públicas em Saramandaia foram intensificadas em 1982, diante do aumento de crianças e adolescentes sem acesso à educação formal. Com uma demanda de 1.920 pessoas em idade escolar e apenas 380 atendidos, conforme informações da PMS (1980), a população começou a se mobilizar nas associações do bairro para exigir dos poderes públicos a construção de escolas.

FIGURA 12 - REIVINDICAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DE SARAMANDAIA EM PROL DE CONSTRUÇÃO DE ESCOLAS NA LOCALIDADE



FONTE: JORNAL CORREIO DA BAHIA (1983)

Numa tentativa de, pelo menos, atender parte das crianças, a Associação Beneficente de Senhoras de Saramandaia e a Associação de Pais e Mestres improvisaram salas de aulas nas residências, na sede da mini prefeitura, e na Igreja Católica, esta última instalada num barracão de madeira.

Inicialmente foram matriculadas 530 crianças e adolescentes de 4 a 14 anos de idade, distribuídas em 18 turmas multisseriadas, sob a regência de professoras leigas, mães e moradoras de Saramandaia. Em seguida, vários contatos foram realizados entre as associações e a Prefeitura Municipal do Salvador. Com isso, os educandos passaram a receber merenda escolar, cadernos e alguns livros que ficavam nas salas de aula.

Entretanto, a população em fase escolar só aumentava e as salas comunitárias já não conseguiam atender à demanda. Então, as associações, começaram a reivindicar, mais uma vez, junto à PMS a construção de escolas públicas na comunidade.

Ao discutir o papel do Estado na garantia da educação, Paulo Freire (2014) afirma que a participação comunitária não significa omissão do Estado, muito pelo contrário, O Estado tem o dever de oferecer educação de qualidade a todos e a todas sem distinção, “[...] Não aceito certa posição neoliberal que vendo perversidade em tudo que o Estado faz defende uma privatização *sui-generis* da educação. Privatiza-se a educação, mas o Estado financia” (FREIRE, 2014, p. 90)

A compreensão da prática comunitária e educativa defendida por Freire (2014) e aplicada na pesquisa, está fundamentada no princípio que o “[...] exercício do direito **[à participação]** por parte de quem esteja direta ou indiretamente ligado ao fazer educativo” (FREIRE, 2014, p. 77, grifo do autor).

Para o autor existe diferença entre participação em geral e participação comunitária. A primeira defende o direito de o cidadão ter voz e participar das decisões políticas, sociais, culturais, tanto na esfera local, quanto na esfera global, mas sem a responsabilidade de proferir um discurso coerente com a prática.

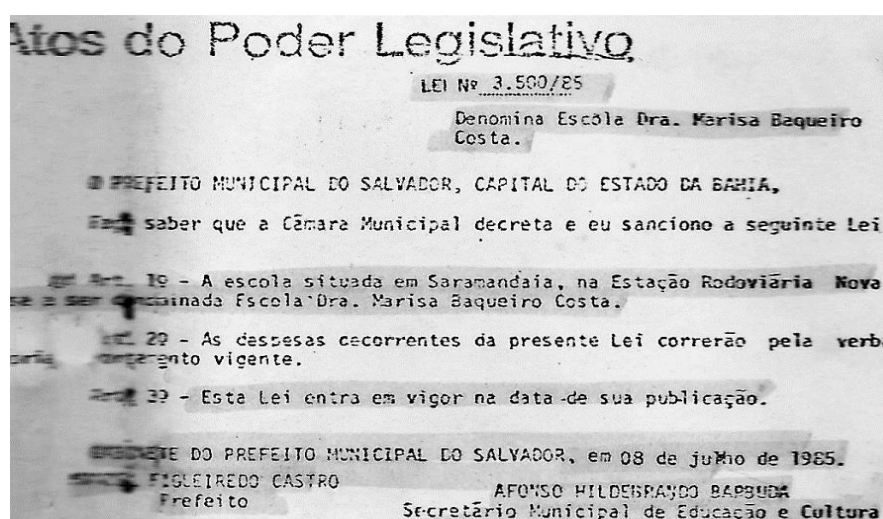
A segunda, participação comunitária, defende a participação do sujeito de direito nas decisões que lhe afetam de forma direta e indireta, através do diálogo verdadeiro, de práticas libertadoras e da responsabilidade social de ser agente de transformação (FREIRE, 2014).

Vale acrescentar que Marisa, líder comunitária, presidente da Associação Beneficente de Senhoras de Saramandaia nos anos 1970 a 2000, relatou umas das reivindicações

em prol da construção da primeira escola pública, que veio em seguida à anterior Escola Comunitária, Nossa Senhora das Mercês, originária da Escolinha da Tia Giza.

[...] a gente queria falar com o secretário de educação. Chegamos cedo e diziam que ele não estava. Ficamos na porta do gabinete e nada... Mandamos comprar pão e pedimos água para o lanche. Depois de muitas negativas, o secretário saiu da sala e foi ao banheiro, a gente foi atrás e quando ele saiu não teve jeito, levou todo mundo para o gabinete e assim conseguimos a escola. (MARISA SANTOS)

FIGURA 13 – PORTARIA DE CRIAÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL MARISA BAQUEIRO COSTA LEI Nº 3.500/1985



FONTE: DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DO SALVADOR, BAHIA (1985)

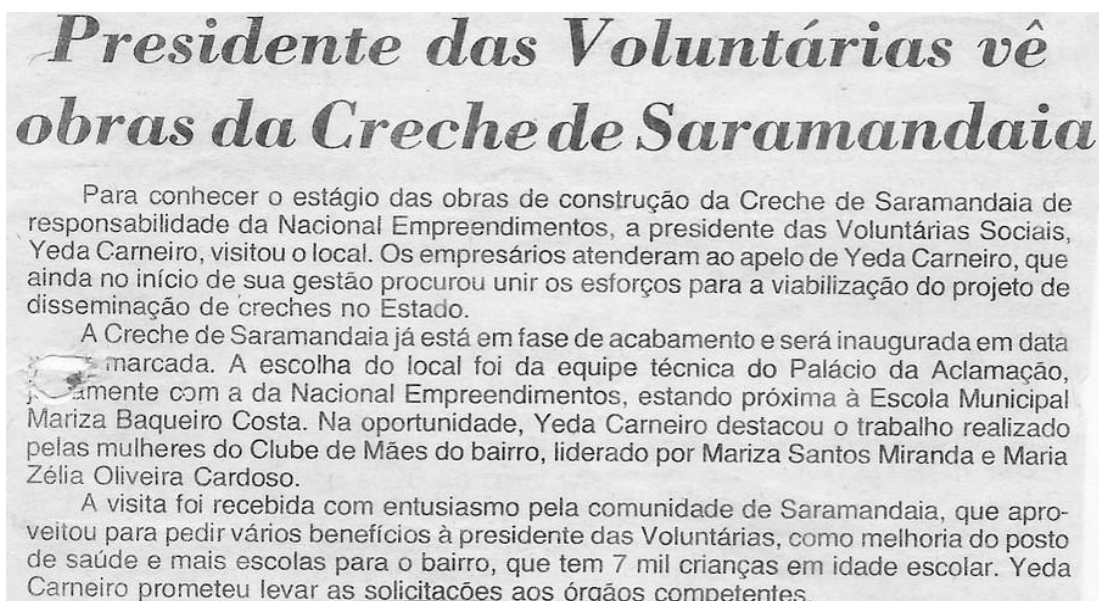
Dessa forma, 08 de julho de 1985 foi inaugurada a primeira escola pública no bairro, Escola Municipal Marisa Baqueiro Costa, conforme Decreto Municipal Lei nº 3.500/85, o nome da escola foi uma homenagem da comunidade para a funcionária da prefeitura que mediu todas as negociações junto ao prefeito Manoel Castro. O projeto inicial era de oito salas. Porém, como habitualmente acontece, os projetos governamentais para as classes empobrecidas são enxugados, cortados, a escola surgiu com 4 salas destinadas aos anos iniciais do Ensino Fundamental⁸, sendo insuficiente para atender à necessidade da comunidade.

Diante disso, as lideranças foram até o Governo do Estado para cobrar a promessa feita pela Primeira Dama na inauguração da EMMBC de enviar recursos para

⁸ Conforme art. 23 da LDB nº 9.394/96, sugere-se que o Ensino Fundamental seja assim lecionado: nos iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º ano); anos finais do ensino fundamental (6º ao 9º ano).

educação para a comunidade. Ao serem recebidos no Palácio da Aclamação, pediram, entre outras benfeitorias, a construção de uma creche de tempo integral.

FIGURA 14 – VISITA DA PRESIDENTE DAS VOLUNTÁRIAS SOCIAIS DA BAHIA ÀS OBRAS DA CRECHE ESTADUAL RISOLETA NEVES



FONTE: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA (1985)

Um ano depois em 25 de maio de 1986, as Voluntárias Sociais em parceria com o Shopping Iguatemi, hoje, Shopping da Bahia inauguraram a Creche Estadual Risoleta Neves com capacidade para 60 crianças de 0 a 5 anos de idade. Em 1996 a creche foi substituída por uma escola de anos iniciais do ensino fundamental e, desde então, Saramandaia não tem creche pública, fazendo com que centenas de crianças não tenham acesso à educação na primeira infância.

FIGURA 15 - ANÚNCIO PUBLICITÁRIO DA INAUGURAÇÃO DA CRECHE ESTADUAL RISOLETA NEVES

TANTO RISO, TANTA ALEGRIA.



Com a inauguração, hoje, da **Creche Risoleta Neves**, os moradores de Saramandaia estão felizes que só vendo.

Também, pudera. A **Creche Risoleta Neves** está nascendo para tomar conta das crianças dessa imensa comunidade.

O que vai beneficiar não só as próprias crianças, que terão um local seguro e gostoso para passar o dia, como, também, seus pais, que agora poderão sair despreocupados para trabalhar.

A **Creche Risoleta Neves** é uma realização do Shopping Center Iguatemi, em convênio com as Voluntárias Sociais, sob a presidência da Dra. Yêda Barradas Carneiro. E está dotada de toda a infra-estrutura para dar a melhor assistência possível aos seus pequenos frequentadores.

Participe conosco desta alegria.

VOLUNTÁRIAS SOCIAIS DA BAHIA

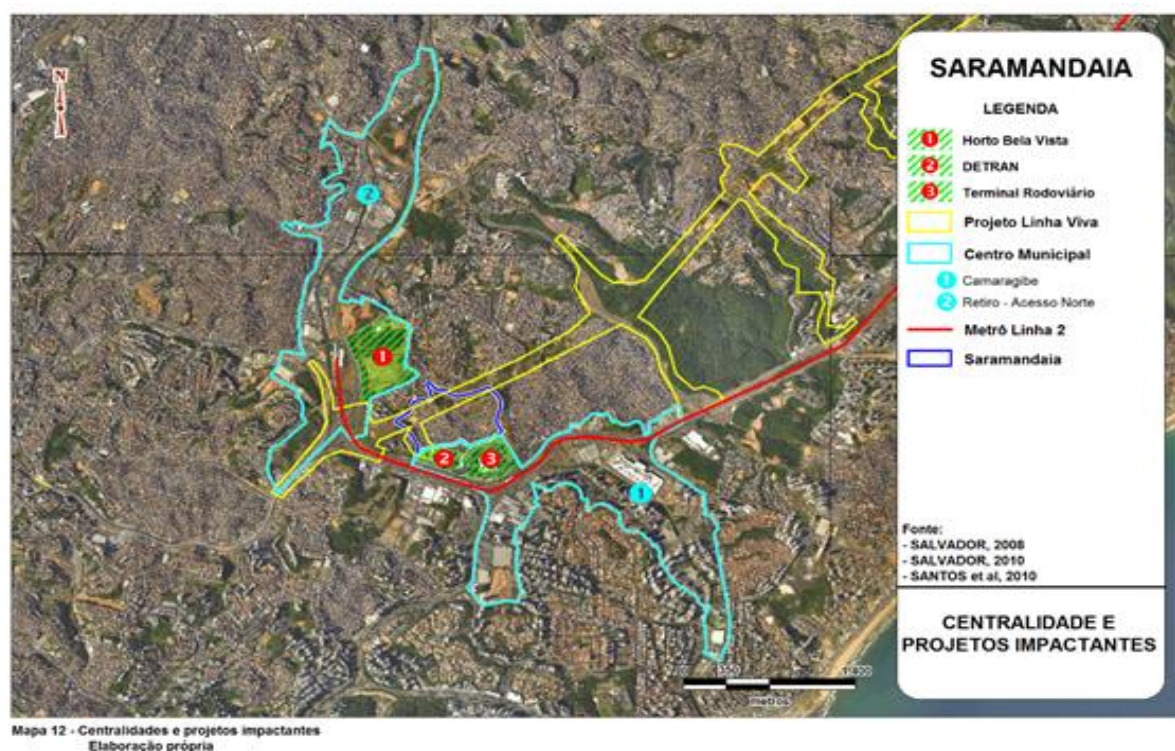
IGUATEMI
O Shopping da Bahia

FONTE: JORNAL A TARDE (1986)

4.3 PARTICIPAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DE SARAMANDAIA PELA LUTA E DEFESA DE DIREITOS: QUARENTA ANOS DEPOIS

A luta pelo direito a permanecer na região central da cidade de Salvador não cessou no Bairro de Saramandaia, demonstrando que os direitos humanos estão em constante construção e desconstrução. Após três décadas de construção da Escola Marisa Baqueiro, os moradores de Saramandaia se viram ameaçados em função da implantação de mega projetos urbanos no entorno do Bairro, devendo ser destacados o empreendimento Horto Bela Vista, Projeto Via Expressa Linha Viva e construção da Linha 2 do Metrô, conforme podemos verificar a figura 11, extraído da tese de doutorado de Lima (2016).

FIGURA 16 - CENTRALIDADES E PROJETOS IMPACTANTES



FORTE: LIMA (2016)

Ao tratar do empreendimento Horto Bela Vista, Projeto Via Expressa Linha Viva e da construção da Linha 2 do Metrô para a comunidade de Saramandaia, é importante iniciar com uma breve contextualização sobre a criação destes projetos para a cidade do Salvador. Em tempo, destacamos a tese de doutoramento de Adriana Nogueira

Vieira Lima (2016), intitulada Do direito autoconstituído ao direito à cidade: porosidades conflitos e insurgências em Saramandaia para o estudo em questão.

- Empreendimento Horto Bela Vista

A mobilização dos movimentos sociais de Saramandaia é retomada em 2010, através da convocação das lideranças comunitárias, pelo Ministério Público do Estado da Bahia, para participarem do Estudo de Impacto Urbano Ambiental (EIUA) do empreendimento Horto Bela, situado em área de mata, conhecida como Ladeira do Cabula.

O EIUA tem por objetivo o cumprimento da diretriz do Estatuto da Cidade que segundo Adriana Lima (2016) exige que a população atingida participe das discussões sobre os “[...] processos de implantação de empreendimentos ou atividades com efeitos potencialmente negativos sobre o meio ambiente natural ou construído, o conforto ou a segurança da população” (LIMA, 2016, p. 261).

Na ocasião os movimentos sociais de Saramandaia tomaram ciência que uma importante área de lazer acessada pelos moradores, seria devastada para construção de um megaempreendimento urbanístico concebido para distanciar/isolar “[...] moradores e os bairros vizinhos, através da colocação de barreiras físicas e funcionais, concentrando uma gama de usos dentro das suas próprias muralhas” Lima (2016, p. 259). Mais uma vez, concordamos com Freire (1981, p. 39) quando afirma que a “[...] marginalidade não é uma opção, os chamados marginais foram expulsos, objetos, portanto, de uma violência”.

Frente a essa realidade marginal, as lideranças comunitárias criaram em 2011 a Rede de Articulação das Associações de Saramandaia (RAS), um aglomerado de associações e grupos culturais com trabalhos desenvolvidos em arte e educação, entre eles destacamos: Projeto Cultural e Educacional Mundo Livre; Balanço das Latas Brasil; Grupo Cultural Arte Consciente; Comunidade Recicla; Comunidade Católica São Benedito e Associação de Pais e Mestres.

Assim, Saramandaia foi fortalecendo-se e mobilizou os bairros vizinhos, a exemplo de Pernambués e Cabula, a participarem das reuniões e audiências públicas sobre o empreendimento Bela Vista. Desse importante movimento de articulação entre os bairros originou, em 2011, a “[...] elaboração de um aditivo ao Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), firmado entre JHSF Empreendimentos e Incorporações S.A. e o Ministério Público da Bahia” (LIMA, 2016, p. 262) onde constou, especificamente, para Saramandaia a construção de uma praça e uma quadra poliesportiva.

Nesse horizonte, a RAS pediu apoio jurídico e urbanístico a UFBA, através do Grupo de Pesquisa Lugar Comum para que de forma participativa construíssem o Plano de Bairro e a planta da praça. Da retomada da mobilização dos movimentos sociais ressurgiu o sentimento de pertença dos moradores de Saramandaia que, mesmo sem saber, sentiam que o território estava ameaçado e, por isso, era preciso ficar atentos.

- Linha 2 do Sistema Metroviário Salvador - Lauro de Freitas

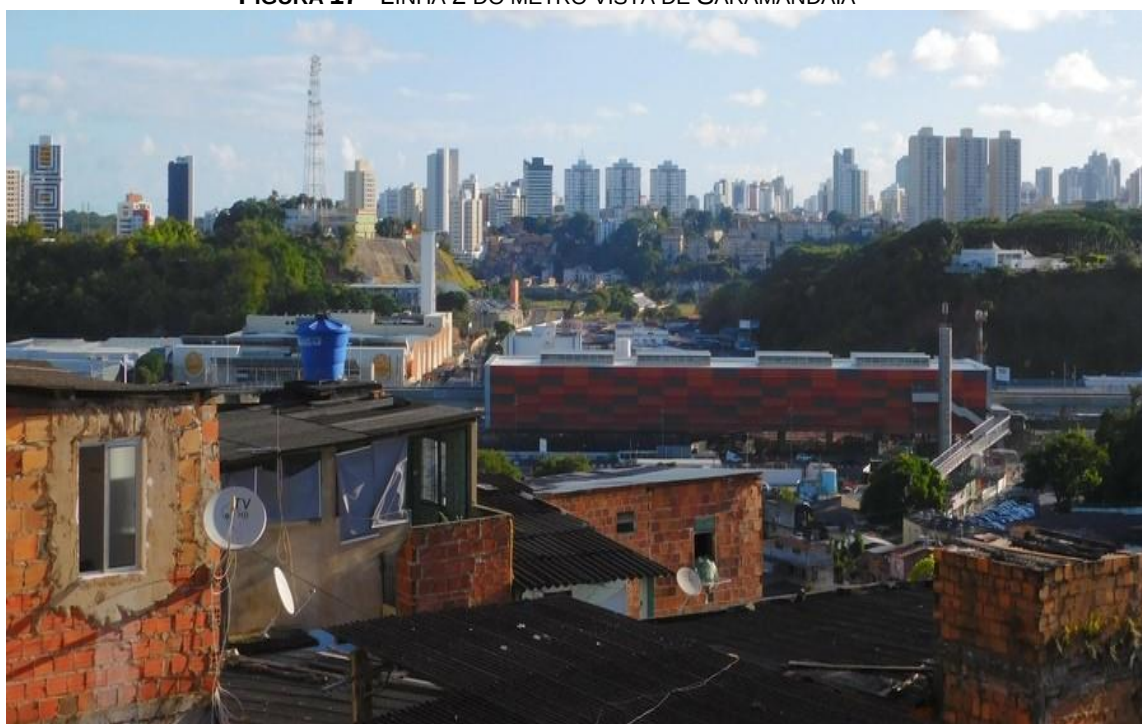
A Linha 2 do Sistema Metroviário Salvador - Lauro de Freitas, em construção, ligará a Estação Acesso Norte (Rótula do Abacaxi) ao município de Lauro de Freitas, embora pareça uma excelente obra para população de Saramandaia, sua instalação ocasionará a transferência da estação rodoviária e do DETRAN da Avenida ACM, com impactos negativos na geração de renda de centenas de moradores, e sobretudo para vendedores ambulantes e prestadores de serviços que trabalham nas imediações dos equipamentos.

De acordo com Lima (2016) o Estado ao optar pela Parceria Público-Privado (PPP), na modalidade concessão patrocinada faz a “[...] outorga de bens e serviços públicos ao setor privado, sendo adicionada à tarifa paga pelos usuários a contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado” (LIMA, 2016, p. 269). Inclusive o Governo adicionou ao edital do metrô a “[...] possibilidade de disponibilizar áreas de propriedade estadual localizadas no entorno da extensão das Linhas 1 e 2, para que nelas sejam desenvolvidos projetos associados” (LIMA, 2016, p. 269), entre eles a estação rodoviária e a sede DETRAN.

Diante da ameaça de conversão de cerca 16 hectares de terra pública em ativos imobiliários, os pesquisadores no Grupo de Pesquisa Lugar, no âmbito do Plano de Bairro de Saramandaia, elaboraram uma proposta de **[Parceria Público-Popular]** que buscava se contrapor à proposta governamental, apresentando um projeto, que tencionava articular a demanda social à mobilidade urbana, através da utilização de 8 hectares ocupados pela Rodoviária e pelo DETRAN para construção de creche, escola, habitações, centro recreativos. (LIMA, 2016, p. 271, grifo da autora)

Paralelamente, a proposta de Parceria Público-Popular foi apresentada ao Secretário da Casa Civil do Estado, em 2013, Sr. Rui Costa, atual governador da Bahia, por uma comissão de moradores, composta por membros da RAS, pela vice-diretora da EMMBC, Grupo de Pesquisa Lugar Comum e da Comissão Especial de Desenvolvimento Urbano da Assembleia Legislativa (LIMA, 2016). Essa proposta construída pelos moradores e pela UFBA previa a destinação de parte do terreno onde está localizado o DETRAN para a construção de uma nova escola, visto que as escolas existentes no Bairro não comportam a demanda, conforme já demonstramos neste trabalho.

FIGURA 17 - LINHA 2 DO METRÔ VISTA DE SARAMANDAIA



FONTE: FOTO DA AUTORA (2017)

Porém, o Governo do Estado não aceitou a proposta, com o argumento de que a referida área é valiosa, ou seja, por ser uma localização estratégica para economia da cidade não pode ser ocupada com equipamentos para a população pobre.

Quando pensamos em direitos humanos, é importante levar em conta que os direitos são conquistas de um conjunto de sujeitos conscientes de sua realidade objetiva em permanente processo de conscientização. Assim, “[...] o que varia, no tempo e no espaço, são os conteúdos, os métodos, os objetivos a conscientização” (FREIRE, 1981, p. 120).

Por fim, compreendamos que o enfrentamento da pobreza e das formas de opressão é fundamental para uma consciência crítica sobre a realidade para o desenvolvimento de comunidades empobrecidas, produtos de um modelo de sociedade que não considera todos como iguais.

- Projeto Via Expressa Linha Viva

A notícia da construção da Linha Viva foi recebida com muito espanto pela comunidade. No primeiro momento, poucos acreditavam que depois de 40 anos morando em Saramandaia seriam retirados, mas com a ampla divulgação das lideranças comunitárias e a repercussão na mídia, fez com que o medo das pessoas em perderem suas casas ressurgisse.

O Projeto Via Expressa Linha Viva trata de um conjunto de intervenções denominada Salvador Capital Mundial, apresentado pelo Município de Salvador com objetivo de interligar a Rótula do Abacaxi à Estrada Cia/Aeroporto (BA-526). Segundo Lima (2016, p. 263) “[...] a pretensão do Município de Salvador é construir a nova via em regime de concessão comum, pelo prazo de 35 anos, tendo um custo estimado de 1,5 bilhão de reais”.

Ainda conforme a autora (2016, p. 263) a Linha Viva “[...] trata-se de uma via expressa (com controle total de acesso), pedagiada, com seu traçado apoiado na faixa de servidão da CHESF, tendo extensão de 17,7 km, em pista dupla”. Em 19 de abril de

2010, com o intuito de viabilizar o projeto a PMS assinou o Decreto nº 20.735, republicado em 2012, declarando de utilidade pública para fins de desapropriação área de terra medindo cerca de 4,64 milhões de metros quadrados, equivalente a 456 hectares (SALVADOR, 2012).

Nessa conjuntura, vale lembrar a assertiva de Freire sobre o silenciamento das classes populares pela classe dominante:

[...]. É exatamente por isto que, numa sociedade de classes, seja fundamental à classe dominante estimular o que vimos chamando de cultura do silêncio, em que classes dominadas se acham semimudas ou mudas, proibidas de expressar-se autenticamente, proibidas de ser. (FREIRE, 1981, p. 40)

Caso, o projeto Linha Viva seja executado, atingirá mais de 20 bairros de Salvador. Por conta disso, as comunidades afetadas pelo projeto, foram orientadas pela União Nacional de Moradia Popular denunciar a violação de direitos a Relatoria Especial para Moradia Adequada do Conselho de Direitos Humanos da ONU (LIMA, 2016, p. 293).

Em atendimento as denúncias, a Relatoria da ONU visitou nos dias 21 e 22 de fevereiro de 2014, as localidades atingidas pelo Projeto Linha Viva e promoveu encontros com representantes da União, Estado e Município com objetivo de “[...] examinar, monitorar, aconselhar e relatar a situação do direito à moradia em Salvador” (LIMA, p. 2016, p. 294).

Consoante a Lima (2016, p. 294):

O encontro em Saramandaia aconteceu na Escola Chico Mendes, agregando, além dos moradores, pessoas oriundas de outras comunidades atingidas pelo Projeto Linha Viva. A presença de moradores de Cassange, Alphaville 2, Quilombo Quingoma, Vila São Francisco e Vale dos Lagos evidenciava a amplitude dos impactos do Projeto.

Juan Bordenave (1983) sublinha que a participação se contrapõe a não participação ou marginalização, isto é, a exclusão do povo dos assuntos que interessam a todos, mas que são decididos por poucos. Ao discutir a marginalização no Brasil, é oportuno

Uma reflexão que se faz necessária, é sobre a área que foi construída as escolas, pois a faixa de servidão da CHESF¹⁰, apresentava desde antes as seguintes restrições: choque elétrico no caso de contato com os cabos energizados, como nos casos de pipas e transporte de materiais metálicos sob os condutores, as concessionárias limitam a permanência de pessoas na faixa de passagem como medida de precaução no que se refere aos campos elétricos e magnéticos decorrentes da tensão elétrica e da circulação de corrente. Hoje, por interesse o poder público usa dessas justificativas para retirar cerca de 3.000 pessoas de suas casas e, conseqüentemente demolir as escolas.

Logo, algumas inquietações chegam as nossas mentes: em 1985 não era prejudicial a instalação e ou construções de residências, indústrias e estabelecimentos de qualquer natureza, tais como escolas e casas sob as linhas de transmissão de energia elétrica? Construir uma via pedagiada, exclusiva para carros, vai melhorar a mobilidade em Salvador? Como ficarão as comunidades afetadas por este projeto? A quem beneficiará o Projeto Via Expressa Linha Viva?

FIGURA 19 - DISTÂNCIA DAS ESCOLA MUNICIPAL MARISA BAQUEIRO COSTA E ESCOLA MUNICIPAL RISOLETA NEVES DAS LINHAS DA CHESF



FONTE: ADAPTADO DA AGÊNCIA A TARDE (2013)

¹⁰ Segundo as especificações técnicas da Agência Nacional de Energia Elétrica as faixas de linha de transmissão de energia elétrica caracterizam-se como locais com restrições, com limitações no tocante à implementação de uso e ocupação

Do ponto de vista das questões tratadas, podemos dizer que Saramandaia vive um novo ciclo de luta, resistência e persistência. Freire (1981) ao analisar o papel do trabalhador social, ressalta a importância de conhecer a realidade, assim como o sistema de forças que enfrenta. Conforme o autor é indispensável termos consciência do que “[...] pode ser feito, em um momento dado, pois que se faz o que se pode e não o que se gostaria de fazer” (FREIRE, 1981, p. 34).

Em vista dessa realidade, os direitos para serem reconhecidos não bastam ser declarados, oficializados, mas materializados pela ação diretiva do Estado, que tem o dever de promovê-los.

Além da ameaça do Projeto Linha Viva, os moradores lutam por vagas para matricular os filhos nas escolas públicas existentes no Bairro. No contexto educacional Saramandaia constam duas escolas municipais de séries iniciais, sendo que uma delas atende também aos alunos da EJA no turno noturno, totalizando 780 vagas; três escolas comunitárias de Educação Infantil e seis escolas particulares de anos iniciais do Ensino Fundamental.

No bairro de Pernambués, próximo a Saramandaia, possui duas escolas estaduais que ofertam os anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio, todavia, nem todas as pessoas podem frequentar estas escolas, devido à guerra entre facções criminosas existentes entre as duas localidades. Notemos que as vagas existentes nas instituições de ensino não atendem à demanda dos alunos que necessitam de educação básica em Saramandaia, representando um problema grave para o exercício da cidadania.

Em 29 de julho de 2016, A Defensoria Pública do Estado da Bahia (DPE-BA) instaurou o Procedimento para Apuração de Dano Coletivo - PADAC 002/2016 com a finalidade de apurar a conduta omissiva do município de Salvador, no que tange à oferta de vagas para educação infantil, no segmento creche, que abarca crianças de 0 a 3 anos, nos bairros de Pernambués e Saramandaia.

Vemos, assim, que a luta dos moradores de Saramandaia pelo direito humano à educação não acabou. Agora, é preciso lutar pelo direito de matricular os filhos em

escolas que ofertem toda à Educação Básica, além das condições necessárias para permanecer e prosseguir nos estudos.

No próximo capítulo, apresentaremos uma das propostas de produto deste trabalho, o plano de ação da escola em educação em direitos humanos, através das ações desenvolvidas pelo Projeto Saramandaia, território de luta e resistência: diálogo entre escola e comunidade. Nessa proposta, tencionamos ações que podem potencializar aproximação comunidade com a escola, acreditando que essa relação pode potencializar não apenas a luta dos moradores pelo do Direito Humano à Educação, mas também a permanência no seu território. Isso porque, as múltiplas dimensões dos direitos humanos estão imbricadas e se nutrem reciprocamente, não sendo possível falar do exercício do Direito à Educação, em um contexto no qual se configura a ameaça de despejo dos moradores de Saramandaia.

5 PLANO DE AÇÃO DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS – SARAMANDAIA, TERRITÓRIO DE LUTA E RESISTÊNCIA: DIÁLOGO ENTRE ESCOLA E COMUNIDADE

Este capítulo apresenta um dos produtos do trabalho de conclusão de curso do Programa de Pós-graduação em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação (GESTEC), vinculada a Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Plano de ação da Escola de Educação em Direitos Humanos – Saramandaia, Território de Luta e Resistência: Diálogo entre Escola e Comunidade.

O Plano de Ação da Escola de Educação em Direitos Humanos trata de uma experiência socioeducativa ocorrida no segundo semestre de 2015 entre a Escola Municipal Marisa Baqueiro Costa (EMMBC), o Grupo de Pesquisa em Gestão, Educação e Direitos Humanos (GEDH) vinculado ao Centro de Referência em Desenvolvimento e Humanidades (CRDH) da UNEB e instituições governamentais e não governamentais do bairro de Saramandaia.

Cabe destacar que o referido Plano é resultado do desenvolvimento de processos metodológicos participativos e colaborativos. Para tanto, utilizamos linguagens e materiais pedagógicos contextualizados com a realidade local, além de relacionar aspectos da prática dialógica, da gestão democrática da escola pública e do respeito as diversidades. Dimensões presentes nas concepções, princípios, objetivos, diretrizes e linhas de ações do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) aprovado em 2007 pelo Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos (CNEDH).

Nessa perspectiva, afirmamos a necessidade de reconhecer e fortalecer experiências que explorem oportunidades socioeducativas e contribuam para criação de espaços colaborativos que aproximem o conhecimento produzido pela comunidade de pertencimento da escola e o currículo escolar.

Nas seções seguintes apresentamos o referencial teórico e as etapas do Projeto Saramandaia Território de Luta e Resistência, ação proposta pelo Plano de Ação da Escola de Educação em Direitos Humanos: Diálogo entre Escola e Comunidade.

5.1 EDUCAÇÃO EM E PARA DIREITOS HUMANOS NO BRASIL

A Educação em Direitos Humanos (EDH) como objeto de instrução faz parte dos acordos firmados pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) de 1948. Porém, em decorrência das violações de direitos ainda presentes em todo o mundo, a Organização das Nações Unidas (ONU), convocou os Estados-Membros em março de 1993 para o Congresso Internacional de Viena com o objetivo de formular e aprovar a Declaração e o Programa de Ação integrado sobre a Educação em Direitos Humanos, a Educação para Paz, os Direitos Humanos e a Democracia.

No campo educacional, a Declaração e o Programa de Ação, representaram um importante passo em direção a democratização da educação escolar por incluir em seus objetivos: a erradicação do analfabetismo; a inclusão dos Direitos Humanos nos currículos de todas as instituições de ensino formal e não formal; os conteúdos de paz, da democracia e da justiça social, além da Campanha Mundial de Informação Pública sobre Direitos Humanos. Para Maria Zenaide (2008) ao destacar a instrução como meio de potencialização dos sujeitos na luta e defesa de condições dignas de vida, o Programa de Ação reconhece a:

[...] educação enquanto bem e direito, assim como a crença na igualdade como conquista e utopia de todos é o que vai dinamizar todo um conjunto de compromissos em relação à educação em e para os direitos humanos. (ZENAIDE, 2008, p. 16)

Nesta direção, Rocha (2009) expõe que a tarefa de promover, respeitar e valorizar a pessoa humana coloca como interativo a necessidade de educar para os Direitos Humanos, especialmente, em países da América Latina “[...] caracterizados historicamente pelas violações dos Direitos Humanos, expressas pela precariedade e fragilidade do Estado de Direito” (ROCHA, 2009b, p. 19), ainda segundo o autor:

No Brasil, como na maioria dos países latino-americanos, a temática dos direitos humanos adquiriu elevada significação histórica, como resposta à extensão das formas de violência social e política vivenciadas nas décadas de 1960 e 1970. No entanto, persiste no contexto de redemocratização a grave herança das violações rotineiras nas questões sociais, impondo-se, como imperativo, romper com a cultura oligárquica que preserva os padrões de reprodução da desigualdade e da violência institucionalizada. (ROCHA, 2009b, p. 19)

Na esfera global, a Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH) articularam as discussões referentes a elaboração do Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos (PMEDH), sendo aprovado e proclamado na Assembleia Geral, em 10 de dezembro de 2004.

O PMEDH define a Educação em Direitos Humanos como um conjunto articulado de ações voltadas para capacitação, difusão de informações e saberes com o intuito de criar uma cultura universal em e para os direitos humanos, mediante ao compartilhamento de conhecimento, técnicas e a formação de atitudes (UNESCO, 2012).

No Brasil as discussões sobre Direitos Humanos ocorreram no âmbito do Governo Federal que desenvolveu em 2003 o lançamento da primeira versão do Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH), fundamentado na garantia e defesa dos direitos políticos e civis. Desde então, o PNDH passou por duas atualizações, em 2006 e 2010. Este último, denominado PNEDH-3, estrutura-se em 6 eixos norteadores: I. Interação Democrática entre Estado e Sociedade Civil; II. Desenvolvimento e Direitos Humanos; III. Universalizar Direitos em um contexto de Desigualdades; IV. Segurança Pública, Acesso à justiça e Combate à Violência; V. Educação e Cultura em Direitos Humanos; e VI. Direito à Memória e à Verdade.

Do ponto de vista da educação, o PNDH-3, foi o que mais avançou, por ter adotado a Educação em Direitos Humanos com um dos seus eixos. Desde então, o país tem promovido debates sobre a temática, através da criação CNEDH, composto por especialistas e representantes da sociedade civil, instituições públicas e privadas e organismos internacionais com o objetivo prioritário de construir um plano que refletisse a diversidade da população brasileira.

Em 2007, após consulta pública via internet e posteriormente revisado e aprovado pelo CNEDH (ROCHA, 2009b, p. 17) foi instituído o PNEDH, estabelecendo as concepções, princípios, objetivos, diretrizes e linhas de ação, estruturados em cinco áreas temáticas: I. Educação básica; II. Educação superior; III. Educação não formal; IV. Educação dos profissionais dos sistemas de justiça de segurança; V. Educação e Mídia.

O PNEDH compreende a Educação em Direitos Humanos “[...] como processo sistemático e multidimensional que orienta a formação do sujeito de direitos” (BRASIL, 2007, p.17) em articulação com as seguintes dimensões:

- a) Apreensão de conhecimentos historicamente construídos sobre direitos humanos e a sua relação com os contextos internacional, nacional e local;
- b) Afirmação de valores, atitudes e práticas sociais que expressem cultura dos direitos humanos e a sua relação com os contextos internacional, nacional e local;
- c) Formação de uma consciência cidadã capaz de se fazer presente nos níveis cognitivo, social, ético e político;
- d) Desenvolvimento de processos metodológicos participativos e de construção coletiva, utilizando linguagens e materiais didáticos contextualizados;
- e) Fortalecimento de práticas individuais e coletivas que gerem ações e instrumentos em favor da promoção, da proteção e da defesa dos direitos humanos, bem como da reparação das violações. (BRASIL, 2007, p. 17)

No tocante a educação básica, entre os atos normativos sobre EDH, sublinhamos as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCNs), ao conceber a educação como direito inalienável de todos (as) os (as) cidadãos (ãs) e condição primária para o exercício pleno dos Direitos Humanos, a criança como sujeito de direito e o tema dos Direitos Humanos como um dos seus princípios norteadores do ensino médio.

Em consonância ao PNEDH, em 2009, o Governo do Estado da Bahia formulou o Plano Estadual de Educação em Direitos Humanos (PEDH). A proposta desse documento é desenvolver ações direcionadas a dar efetividade às proposições tracejadas pela Secretaria Estadual de Educação (SEC) através da parceria com

outras secretarias estaduais, prefeituras, organizações não governamentais e iniciativa privada.

O plano visa à educação da população em todos os seus segmentos, objetivando a promoção, a garantia e a defesa dos direitos humanos já consagrados e conquistados em todas as suas dimensões, bem como a redução das violações desses direitos. (BAHIA, 2009, p. 15)

É relevante destacar que de acordo com os documentos supracitados a Educação em Direitos Humanos não é uma disciplina curricular, mas um tema transversal. Portanto, seus princípios e objetivos devem constar na elaboração do Projeto Político-Pedagógico, na organização curricular, no modelo de gestão e avaliação, na produção de materiais, na formação inicial e continuada dos profissionais da educação, tendo como fundamentos a formação ética, crítica e política dos sujeitos de direitos “[...] aqueles ao qual a ordem jurídica atribui a faculdade, o poder ou a obrigação de agir, exercendo direitos e/ou cumprindo deveres”. (CANDAU et al., 2013, p.44).

A formação ética se refere à formação de atitudes orientadas por valores humanizadores, como dignidade da pessoa, a liberdade, a igualdade, a paz. A formação crítica trata do exercício de juízos reflexivos sobre as relações entre os contextos sociais, culturais, econômicos e políticos, promovendo práticas institucionais coerentes com os Direitos Humanos (DH). Já, a formação política, se refere a perspectiva emancipatória e transformadora dos sujeitos de direitos. Assim, “[...] promover-se-á o empoderamento de grupos e indivíduos, situados à margem de processos decisórios e de construção de direitos, favorecendo a sua organização e participação na sociedade civil”. (BRASIL, 2013, p.522)

Com a finalidade de promover a educação para a mudança e transformação social, os princípios da EDH são: a dignidade humana; igualdade de direitos; reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades; laicidade do Estado; democracia da educação; transversalidade, vivência e globalidade e sustentabilidade socioambiental.

A educação em direitos humanos deve ser promovida em três dimensões. A primeira dimensão, conhecimentos e habilidades, expressa a importância de compreender os direitos humanos e os mecanismos existentes para sua proteção, assim como

incentivar o exercício de habilidades na vida cotidiana. A segunda dimensão, valores, atitudes e comportamentos, traz como princípio o desenvolvimento de valores e fortalecimento de atitudes e comportamentos que respeitem os direitos humanos. A terceira e última dimensão, práticas de ações, trata da promoção de atividades de defesa tendo como foco a reparação das violações aos direitos.

Já, o Plano de Ação da Escola em Educação em Direitos Humanos na Educação Básica, conforme Silva e Zenaide (2008, p. 2) “[...] consiste em um conjunto de ações educativas planejadas e articuladas com o objetivo de promover a construção de uma cultura de respeito aos direitos humanos, considerando o contexto local”.

Para tanto, é importante considerar: as experiências de Educação em e para os Direitos Humanos existentes no sistema de ensino e na educação não formal; o diagnóstico dos Direitos Humanos no contexto escolar partindo de uma leitura da realidade escolar, identificando as necessidades e o potencial da escola. Por fim, o planejamento de ações educativas em e para os Direitos humanos articulando as metas aos objetivos, os fundamentos, os conteúdos e as estratégias metodológicas, considerando os contextos comunitário e escolar, as condições e o clima, os sujeitos envolvidos, a qualidade, a habilidade e a experiência dos educadores (as) e o processo de avaliação e acompanhamento.

5.2 PROJETO SARAMANDAIA. TERRITÓRIO DE LUTA E RESISTÊNCIA: DIÁLOGO ENTRE A ESCOLA E COMUNIDADE

Discorreremos sobre o projeto de intervenção Saramandaia, Território de Luta e Resistência: Diálogos entre Escola e Comunidade, sob orientação do Prof. Dr. José Cláudio Rocha, líder do GEDH, ocorrido no período de 20 de julho a 20 de dezembro de 2015, na Escola Municipal Marisa Baqueiro Costa, Bairro de Saramandaia em Salvador, Bahia.

A metodologia aplicada neste projeto, buscou implantar uma ação por parte dos sujeitos implicados no problema sob observação (THIOLLENT, 2011, p. 21), a partir

da metodológica da Abordagem Baseada em Direitos (ABD) articuladas com as técnicas da pesquisa-ação (ROCHA, 2016).

Conforme, José Cláudio Rocha (2016, p.81) as metodologias de pesquisa emancipatórias como o *Right-Based Approach (RBA)*, em português, Abordagem Baseada em Direitos contribuem para a difusão do conhecimento e para formação de uma cultura de respeito e promoção dos direitos humanos. Ainda de acordo com o autor:

[...] a RBA é uma estratégia utilizada por Agências Multinacionais, ONGs, Institutos de pesquisa e Universidades para efetivar o direito humano ao desenvolvimento sustentável, mas também para desenvolver projetos de pesquisa aplicada e extensão em direitos humanos ou que tragam em seu bojo preocupações com a cidadania. (ROCHA, 2016, p. 93)

Assim, foi possível a articulação dialógica entre a unidade de ensino e as diferentes instituições atuantes em Saramandaia para a construção coletiva do plano de ação da escola de Educação em Direitos Humanos que incluísse a comunidade local como dimensão constitutiva do processo educativo.

O Plano de Ação da Escola de Educação em Direitos Humanos tem por objetivo reconhecer o papel estratégico entre educação formal e direitos humanos no contexto comunitário para formação de sujeitos de direitos. Por isso, na fase inicial desse estudo, o GEDH apresentou a proposta de trabalho e o levantamento das dificuldades relacionados a interação entre a EMMBC e comunidade local ou externa: os educandos, professores e funcionários não conheciam a história de Saramandaia, o processo de construção da EMMBC e o trabalho realizado pelas instituições do bairro.

Assim, organizamos as informações por dimensão e, a seguir, apresentadas as expectativas prioritárias para formulação dos temas. Um: desconhecimento da história do bairro; dois: desconhecimento do processo de construção da escola. Três: dificuldade de integração entre Escola, famílias e comunidade local.

Essas foram as questões que justificaram a escolha do tema e nos direcionaram a pensar: como a escola pode reconfigurar o seu papel dentro de uma comunidade e

estabelecer relação com seu entorno. Apoiados neste questionamento trouxemos como objetivo geral investigar como ocorre o processo de mobilização entre a Escola Municipal Marisa Baqueiro Costa e as instituições do bairro de Saramandaia na promoção do diálogo intersetorial sobre práticas educativas voltadas para garantia e defesa dos Direitos Humanos.

Vale ressaltar que tal proposta, para ser coerente deve fundamentar-se nos objetivos e princípios da EDH e em uma concepção progressista de educação, perpassando por todos os níveis de ensino e áreas do conhecimento, adequando-se as diferentes faixas etárias e níveis de compreensão dos sujeitos envolvidos no processo educativo.

Dessa forma, realizamos três seminários (THIOLLENT, 2011). O primeiro, junto com o GEDH e a equipe gestora, adequamos o projeto à realidade da escola. O segundo, com base na avaliação feita pelos educandos e instituições participantes, estruturamos as oficinas temáticas denominadas Rodas de Conversa em referência ao “círculo de cultura” de Freire (2015), espaços em que:

[...] não se ensina, aprende-se em reciprocidade de consciências; não há professor, há um coordenador, que tem por função dar as informações solicitadas pelos respectivos participantes e propiciar condições favoráveis à dinâmica do grupo, reduzindo ao mínimo sua intervenção direta no curso do diálogo. (FREIRE, p. 2015 p.6)

No terceiro e último seminário, avaliamos os encontros, apontando as dimensões a serem incluídas no Plano de Ação da Escola de Educação e Direitos Humanos. A seguir apresentamos a síntese das Rodas de Conversa realizadas em parceria com a EMMBC, famílias, grupos culturais e instituições do bairro e a proposta do Plano de Ação da Escola de Educação em Direitos Humanos.

Dimensão: Relação Escola e família

Ação: Conhecer o sujeito da aprendizagem

Objetivos:

- Identificar o próprio grupo de convívio e as relações que estabelecem com outros tempos e espaços;

Meu lugar no mundo

A primeira Roda de Conversa articulou o aspecto lúdico ao trabalho voltado para a construção da cidadania com atividades em que o educando era estimulado a compartilhar sua história, sua relação no ambiente doméstico, escolar e comunitário.

Depois das produções, solicitamos que os educandos apresentassem aos colegas. Por meio dessa atividade compreendemos como os educandos percebem os problemas que afligem o bairro em que moram: falta de saneamento básico e infraestrutura; alto índice de violência; falta de médicos e medicamentos; ausência de áreas de lazer. Mas, quando perguntados como é Saramandaia, todos afirmaram que é um lugar bonito, demonstrando o aspecto afetivo entre eles e a comunidade.

Neste horizonte, Campos (2012) afirma que o trabalho educativo deve partir da história de vida, da formação familiar e comunitária dos educandos “[...] o direito à identidade, além de compreender o direito a um nome, à nacionalidade e às relações familiares, abrange aspectos mais amplos ligados à identidade cultural” (CAMPOS, 2012, p. 40), sendo o ponto de partida do trabalho educativo em direitos humanos.

Dimensão: Escola e Comunidade

Ação: Apresentação da história do bairro

Objetivo:

- Apoiar a implementação de experiências de interação da escola com a comunidade, que contribuam para a formação da cidadania em uma perspectiva crítica dos direitos humanos.

Retalhos: A Memória Viva de Saramandaia

A Roda de Conversa Saramandaia: território de luta contou com a exibição do documentário, **Retalhos: A Memória Viva de Saramandaia, produzido por** Lúcio Lima, cineasta, nascido e criado no bairro, contemplado pelo edital **Comunica Diversidade do Ministério da Cultura (MinC)** e **protagonista do filme Trampolim do Forte**, dirigido por João Rodrigo Mattos.

Conforme Lúcio Lima:

[...] Retalhos narra as memórias afetivas e uma comunidade na fala do menino Emerson Almeida e seu sonho de levar o nome de Saramandaia ao mundo através da arte circense. Nos traços do grafiteiro Thito Lama, que desenha e canta os males sociais servindo de exemplo e alertando os jovens da comunidade. E na sabedoria ancestral do Sr. Armandio, um dos moradores mais antigos do bairro que ainda mostra a lucidez necessária para conduzir Saramandaia para novas conquistas.

Acreditamos que o estudo da história da comunidade de pertencimento permite a construção de bases para a inserção em contextos coletivos e a percepção do indivíduo como pertencente a um grupo social com características, memórias e histórias próprias.

Após a exibição do documentário, Lúcio Lima respondeu às perguntas dos educandos e contou sua trajetória profissional iniciada no grupo de teatro da igreja do bairro até ser protagonista e diretor de filmes.

Retalhos, além de mostrar a história de Saramandaia, trouxe para a Roda de Conversa a discussão sobre o direito que a criança e adolescente têm à cultura, informação, lazer, esportes, diversões, espetáculos e produtos e serviços que respeitem sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento (BRASIL, 1990).

Contudo, o reconhecimento constitucional de tais direitos, não garante o acesso de crianças e jovens das classes populares à cultura, lazer e esporte, daí a relevância do trabalho realizado pelos grupos culturais e instituições de Saramandaia na promoção desses direitos.

Dimensão: Direitos Humanos no contexto local

Ação: apresentação das atuais lutas do bairro

Objetivo:

- Questionar a realidade, identificando alguns de seus problemas e refletindo algumas de suas possíveis soluções, reconhecendo formas de atuação política institucionais e organizações coletivas da sociedade civil.

Projeto da Praça de Saramandaia e Plano de Bairro

Nesta atividade foi exibido o documentário “Saramandaia existe” produzido pelo Grupo de Pesquisa Lugar Comum vinculado a Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia (FAUFBA), com o objetivo de analisar os impactos causados na comunidade em decorrência da construção da Via Expressa Linha Viva. De acordo com a professora Ana Fernandes, coordenadora do Lugar Comum, a proposta do vídeo é tornar a comunidade visível no debate atual e impedir que ela seja esquecida pelos órgãos públicos.

Na ocasião foram discutidas as ações realizadas pelas associações de moradores e grupos culturais de Saramandaia junto ao poder público para que o bairro não seja afetado com a construção do Projeto Linha Viva. Em seguida, os pesquisadores e estudantes da Faculdade de Arquitetura da UFBA apresentaram o Projeto da Praça

de Saramandaia, conquistada pelos moradores como compensação dos impactos causados pelo empreendimento Horto Bela Vista.

O emprego dos termos favela, periferia, comunidade e subúrbio também foram debatidos na Roda de Conversa. Neste momento os estudantes realizaram várias perguntas, demonstrando interesse pela discussão.

Para finalizar o encontro, o Grupo Lugar Comum apresentou o mapa do bairro, a maquete e o projeto da praça, elaborado em parceria com os moradores, que será construída próxima a EMMBC¹¹.

Dimensão: Relação Escola e Comunidade

Ação: Integração escola – comunidade

Objetivos:

- Desenvolver o senso crítico através de questionamento sobre as identidades: racial, de gênero, cultural, política, de classe, de regionalidade;
- Participar de atividades corporais, estabelecendo relações equilibradas e construtivas com os outros, reconhecendo e respeitando as características físicas e de desempenho de si próprio e dos outros, sem discriminar por características pessoais, físicas, sexuais e sociais.

Visita à Escola Municipal Risoleta Neves

A Roda de Conversa para além dos muros da escola contou com a participação da Escola Municipal Risoleta Neves, localizada em frente a EMMBC, embora estejam tão próximas e sejam da mesma rede de ensino, não verificamos atividades pedagógicas e formativas entre as duas instituições.

¹¹ O Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado com o Ministério Público do Estado da Bahia e a JHSF Empreendimentos LTDA, em função dos impactos causados pelo empreendimento Horto Bela Vista, prevê a construção de uma Praça e quadra poliesportiva no Bairro de Saramandaia. Para tanto, a referida empresa contratou a Faculdade de Arquitetura da UFBA para elaborar o Projeto da Praça.

Por isso, propomos que as equipes gestoras desenvolvessem atividades que envolvessem os educandos das duas escolas. Como estávamos no mês de novembro, mês dedicado à reflexão sobre a luta, a resistência e a conquista da população negra do Brasil, escolhemos o dia 20 de novembro para realizar a ação conjunta.

Cada escola ficou responsável por planejar e produzir atividades referentes ao Dia da Consciência Negra e expor para visita da comunidade, além dos trabalhos de artes plásticas, apresentações de poesias pelos estudantes, cartazes e coreografias de músicas de valorização da cultura negra.

Segundo as DCNs: o ambiente educacional promotor da Educação em Direitos Humanos deve considerar a educação como processo de interação da experiência pessoal e coletiva.

[...] trata-se de um processo que se recria e se reelabora na intersubjetividade, nas vivências relações dos sujeitos, na relação como meio ambiente, nas práticas pedagógicas e sociais do cotidiano e nos conflitos sociais, constituindo-se, assim, num modo de orientação e condução da vida. (BRASIL, 2013, p. 524)

A vivência da EDH possibilita o desenvolvimento, a socialização, a formação ética dos sujeitos, através do enfrentamento dos preconceitos e discriminações. Sob esta perspectiva, promover práticas de interação entre instituições, além de criar um ambiente rico em trocas de experiências, também é gerador de processos inovadores de ensino-aprendizagem.

No campo educacional a inclusão da temática afro-brasileira e África no currículo escolar é uma conquista dos movimentos sociais, principalmente do movimento negro, que, no exercício da cidadania, se organizaram e reivindicaram reparação e reconhecimento de sua importância na história política e social brasileira.

Dimensão: Relação Escola e Comunidade

Ação: Atividades socioeducativas desenvolvidas no bairro.

Objetivos:

- Conhecer e apoiar expressões culturais cidadãs presentes nas artes e nos esportes existentes na comunidade de pertencimento

O circo vai à escola

O Projeto Arte Consciente iniciado em 14 de julho de 2003, apresentou o trabalho realizado com as crianças e jovens de Saramandaia como forma de combate à violência e a prevenção do uso de drogas. Formado a partir de um grupo de jovens nascidos na comunidade, o Projeto atende 200 crianças e jovens de 7 a 21 anos em oficinas de percussão afro-brasileira, artes circenses, dança, capoeira, boxe e grafite. Conforme Antônio Marcos, um dos fundadores do projeto:

[...] nossa missão é preparar pessoas para a vida, ensinando não apenas arte, mas princípios de cidadania, convivência e respeito. Para isto, oportunizamos atividades educativas e artísticas que promovam o exercício da cidadania de forma consciente.

Assim, além do Projeto Arte Consciente, o bairro conta com duas escolas comunitárias destinadas a educação infantil, a Fundação Cidade Mãe, instituição municipal, que oferece cursos de artes plásticas, capoeira, dança, artesanato e informática, o grupo de teatro coordenado por Lúcio Lima; o grupo de hip-hop constituído por ex-alunos da EMMBC, a Associação dos Moradores de Saramandaia que realiza um trabalho de educação ambiental com os moradores.

As diferentes práticas educacionais, esportivas e culturais existentes no bairro revelam a diversidade de grupos e instituições preocupados em oferecer condições necessárias para inclusão social dessa população.

Dimensão: Relação Escola e Comunidade

Ação: Culminância do Projeto

Objetivos:

- Apoiar a implantação de experiências de interação da escola com a comunidade, que contribuam para a formação da cidadania em uma perspectiva crítica dos direitos humanos.

Culminância do Projeto

No dia 17 de dezembro de 2015, no salão da Fundação Cidade Mãe, toda a Escola e comunidade local se mobilizaram para o encerramento do projeto. Foi um momento de apresentar as produções dos educandos e de mostrar que é possível realizar um trabalho integrado entre escola e comunidade, através da instauração de espaços de debates, análises de propostas, encaminhamentos e acompanhamentos de ações.

Formar para e em Direitos Humanos implica promover metodologias participativas que despertem nos educandos autonomia, criatividade e novas descobertas, abrindo-lhes novos horizontes de expectativa. Dessa forma, foi possível integrar atividades de sala de aula e preparar o ambiente escolar aos temas do projeto. Isto demandou dos docentes e da coordenação pedagógica um trabalho de pesquisa primoroso, que foi desde a seleção de textos a produções artísticas.

Outro ponto que merece destaque foi o envolvimento das famílias na produção e acompanhamento das ações. Os pais e responsáveis abraçaram o entusiasmo das crianças e adolescentes, proporcionando os meios materiais para a produção dos trabalhos, além de permitirem a presença dos estudantes nos ensaios das coreografias.

- Avaliação

A análise dos registros produzidos pelos educandos, equipe gestora, professores, funcionários, famílias e instituições do bairro, durante o Projeto Saramandaia, Território de Luta e Resistência: Diálogo entre Escola e Comunidade possibilitou uma ampla discussão sobre a necessidade de articulação entre a comunidade escolar e local.

A gestão da escola demonstrou interesse em se aproximar das famílias e da comunidade, mas não sabia como realizar esta aproximação. Então, o GEDH se comprometeu a ajudá-la a vencer esta dificuldade, trazendo para o espaço escolar o diálogo intersetorial, segundo a proposta de Paulo Freire (2015), na perspectiva da prática dialógica, em que o diálogo é uma exigência existencial e a palavra o resultado radical entre ação e reflexão (FREIRE, 2015, p. 109).

Durante as etapas do projeto, identificamos como a equipe gestora encaminhou a mobilização, que ações priorizaram e como respondeu às demandas da comunidade. Ao analisar as atividades com os educandos na produção das atividades em sala de aula e as Rodas de Conversa, identificamos a base do trabalho coletivo entre a escola e comunidade de pertencimento, prática dialógica e a gestão democrática. Para isto, selecionamos algumas falas dos sujeitos envolvidos no projeto, bem como recortes de atas e relatórios feitos pelo GEDH que identificassem a estreita relação entre gestão democrática e prática dialógica.

[...] A escola precisa ser viva. Um espaço de trocas com a comunidade. O nosso papel enquanto educadores é formar cidadãos, assim, nosso aluno perceberá que tudo que a escola ensina ele vai utilizar lá fora, na vida. (GESTORA1)

[...] eu não sabia que em Saramandaia tinha tantas instituições atuantes na defesa dos direitos das crianças e adolescentes. Nós precisamos nos conhecer melhor e articular nosso trabalho. (GESTORA 2)

Na fala de uma das integrantes da equipe gestora percebemos a preocupação da Escola em articular a prática educativa à realidade social dos educandos. Embora,

não tenhamos percebido a efetiva atuação das famílias e das instituições locais na construção do Projeto Político-Pedagógico e no Conselho Escolar.

Para, Bordinon e Gracindo (2011), autores que debatem gestão da escola da pública “[...] a participação e compromisso não se referem apenas a comunidade interna, mas devem buscar alianças com a comunidade externa, a quem a escola serve e pertence efetivamente, promovendo a cooperação interinstitucional” (BORDIGNON; GRACINDO, 2011, p. 171). Os autores também destacam que a autonomia para ser duradoura deve ser conquistada, não oferecida institucionalmente.

Assim, a participação comunitária tem o papel de democratizar a educação, através do diálogo entre todos os sujeitos envolvidos direta e indiretamente no processo educativo: equipe gestora, professores, funcionários, aluno, família e comunidade. Entretanto, Freire (2014) nos alerta para o fato de que democratizar a educação no Brasil não é uma tarefa fácil, pois, continuamos submersos em uma tradição autoritária, promotora de práticas excludentes que desqualifica o conhecimento e a voz do povo.

[...] um maior nível de participação democrática dos alunos, dos pais, da **[comunidade local]**, de uma escola que, sendo pública, pretende ir tornando-se popular, demanda estruturas leves, disponíveis à mudança, descentralizadas que viabilizem, com rapidez e eficiência, a ação governamental. (FREIRE, 2014, p. 88, grifo nosso)

Essas considerações formuladas por Freire (2014) referem-se à participação como responsabilidade de todos, comunidade escolar e local, tendo o conselho Escolar como espaço de diálogo e ações voltadas para resolução de problemas e melhoria da qualidade do ensino.

[...] democratizar o poder, reconhecer o direito de voz aos alunos, às professoras, diminuir o poder pessoal das diretoras, criar instâncias novas de poder com os Conselhos de Escola, deliberativo e não apenas consultivo e através dos quais, num primeiro momento, pais e mães ganhassem ingerência nos destinos da escola de seus filhos; num segundo momento, esperamos, é a própria **[comunidade local]** que tendo a escola como algo seu, se faz igualmente presente na condução da política educacional da escola. (FREIRE, 2014, p. 87, grifo nosso)

Uma vez reconhecida a relevância do trabalho coletivo entre escola e comunidade pela EMMBC, buscamos a fala das lideranças comunitárias sobre o papel da escola para a comunidade de Saramandaia:

[...] acho que a escola tem um papel muito importante porque é o lugar onde recebe as demandas, pais, professores e funcionários. É um lugar onde vivencia o cotidiano da comunidade como também é um lugar onde as informações circulam. As questões que aparecem lá são discutidas lá ou escapam para outros espaços do bairro, onde não necessariamente a gente alcançaria. (LÍDERANÇA 6)

[...] a escola tem esse papel de troca, de aprendizado, de suscitar a discussão de direitos que pouco chega as pessoas das classes populares. (LÍDERANÇA 6)

[...] a escola tem que se aproximar da comunidade para entender o aluno que tem. (LÍDER COMUNITÁRIO 7)

[...] trabalhar em parceria com a escola é uma forma de conseguir promover esse diálogo e construir uma relação com a comunidade. (LÍDERANÇA COMUNITÁRIA 4)

As reflexões acima indicam que as ações educativas entre escola e comunidade devem fazer parte do cotidiano escolar, estando presentes no Projeto Político-Pedagógico e Conselho Escolar, além de aproximar a escola do contexto social do educando. As escolas dos bairros empobrecidos são importantes canais de difusão do conhecimento, experiências e reflexões sobre as questões que atingem a comunidade, facilitando o diálogo intersetorial e a construção de uma rede colaborativa.

Dessa forma, o Plano de Ação da Escola em Educação em Direitos Humanos – Saramandaia, Território de Luta e Resistência: Diálogo entre a Escola e Comunidade, construído com a participação da comunidade escolar e as instituições do bairro, pretende constituir-se em um Plano Referência para apoiar, fortalecer e aproximar práticas educativas em Direitos Humanos e formação para cidadania, além de subsidiar a elaboração e execução de ações intersetoriais.

Finalmente, ressaltamos que os temas e os procedimentos utilizados neste projeto são uma das muitas possibilidades da prática educativa, seja do tema, seja da ação em questão. Espera-se, inclusive que cada comunidade escolar, faça adequações, no intuito de atender às especificidades de sua realidade.

QUADRO 1 - PROPOSTA DE PLANO DE AÇÃO DA ESCOLA EM EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

1. Direitos Humanos no contexto escolar
2 Direitos Humanos no contexto local
3 Relação Escola e Educando(a)
4 Relação Escola e Família
5 Relação Escola e Comunidade

6 Metas
7 Objetivos
8 Conteúdos
9 Estratégias
10 Sujeitos envolvidos
11 Instituições participantes

12 Processo de avaliação											
13 Acompanhamento											
14 Cronograma											
	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
AÇÃO 1											
AÇÃO 2											
AÇÃO 3											

FONTE: PRODUZIDO PELA AUTORA (2016)

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste trabalho, o qual investigamos a participação dos movimentos sociais de Saramandaia na luta pelo Direito Humano à Educação Básica no período de 1970 a 2016, ficou evidenciado que a organização e a formação política dos atores envolvidos nesse processo foi determinante para a transformação social da realidade local. Tendo em vista que no trajeto percorrido, foram instituídas estratégias de mobilização e reivindicação junto ao Estado para a construção de escolas públicas na década de 1980.

De modo geral, nossa pesquisa se debruçou em dois momentos de luta e resistência da comunidade: o primeiro, momento da ocupação do terreno e, por conseguinte da resistência frente aos inúmeros despejos realizados pela força policial, em seguida, a luta por melhorias no bairro como a instalação de equipamentos de uso coletivo. Nos casos investigados com o maior aprofundamento, comprovamos que estes movimentos de resistência ocasionou a ampliação da participação dos movimentos sociais de Saramandaia nas decisões políticas da cidade. O segundo momento, iniciado em 2010 com a aprovação do Projeto Via Expressa Linha Viva, entre outros aspectos, da constante ameaça que os moradores têm de perder suas moradias, da ausência de políticas públicas voltadas ao bem-estar, dos precários serviços de saúde, educação e saneamento básico.

No que se refere ao direito à educação, o cenário até o momento é de retrocessos. Por este motivo, a comunidade se organiza através de novas estratégias e reivindicações que representam a permanência das instituições de ensino, ainda que seja construída a Linha Viva, conforme relato da Liderança 4, ao expor as tensões existentes entre o poder público e os movimentos sociais “[...] agora é hora de nos fortalecer para não deixar que destruam nossas escolas, muito pelo contrário, queremos e precisamos de mais escolas”. Porém, é reconhecida pela comunidade os danos que a permanência sob a rede de transmissão de alta tensão de energia elétrica pode causar à saúde e à segurança das pessoas, eis que surge a necessidade de transferir as atuais escolas para outro local do bairro que apresente salubridade.

Neste contexto, durante o trabalho de campo, intensamente vivido, afetado e implicado pela experiência, ficou demonstrado que o sentido da pesquisa estava em perceber que os atores sociais, em suas práticas educativas, forneciam as pistas para compreendermos não apenas a formação e as lutas dos moradores, mas sobretudo suas práticas inovadoras de interface entre o Estado e os interesses da comunidade. Essa trilha epistemológica orientou o percurso de campo, aproximando a produção de conhecimento e a partilha de saberes.

Assim, constatamos através do estudo de caso que a Escola Municipal Marisa Baqueiro Costa representa a materialização dos processos de formação e construção de cidadania, como também do reconhecimento da realidade local no que se refere a negação de direitos. Em tempo, ressaltamos que em detrimento do recorte de nossa pesquisa nos debruçamos sobre o processo de luta e implantação da referida Escola, mas conforme os relatos dos sujeitos da pesquisa, todas as conquistas do bairro foram resultado de grandes mobilizações, como a construção da passarela, da Fundação Cidade Mãe, da Escola Municipal Risoleta Neves, do posto de saúde e da Casa do Trabalhador.

Logo, com base nas sistematizações do conjunto de evidências encontradas em campo e também a partir do aporte teórico apresentou-se algumas trilhas sobre a importância do diálogo intersetorial sobre práticas educativas entre escola e comunidade local que assegurem a formação para cidadania e para a Educação em Direitos Humanos.

Ficou evidenciado que as especificidades de cada comunidade determinam o método de abordagem que deve ser aplicado na construção do plano de ação da escola, todavia, existem pontos em comum que devem ser levados em consideração no momento do planejamento das ações. Primeiro, um arcabouço teórico alicerçado na prática dialógica, na gestão democrática da escola pública e no respeito às diversidades. Segundo, o reconhecimento e fortalecimento de experiências que explorem a criação de espaços de diálogos sobre o conhecimento produzido pela comunidade de pertencimento da escola e o currículo escolar.

Acrescentamos que as discussões ocorridas no Centro de Referência em Desenvolvimento e Humanidades foram fundamentais para a compreensão da importância do tema como forma de conquista de direitos e criação de espaços de diálogos voltados para a construção dos processos socioeducativos capazes de valorizar as singularidades da comunidade, sua constituição e identidade.

Para tal, o estudo considerou a relevância da pesquisa como um dos pilares da construção do conhecimento em sua relação com o sujeito histórico. Não podemos desvincular a historicidade, o compromisso político e ético da escola na construção dessas dimensões, bem como a necessidade de intervenção.

Afinal, Paulo Freire nos ensina que a utopia enquanto ato de denunciar a sociedade naquilo que ela tem de desumano e enquanto ato de anunciar uma sociedade mais justa e igualitária. Nesse veio, anunciar e denunciar são utopias. Nossa ação enquanto educadores comprometidos com a formação política das comunidades nas quais exercermos nosso trabalho deve contribuir para formar seres humanos que sonhem e busquem uma sociedade justa, transformadora, humanizada.

Assim, emergem as características fundamentais para pensar em um projeto de educação capaz de transformar a comunidade em um território educativo, solidário e inclusivo. Nessa perspectiva, a comunidade de Saramandaia representa um espaço privilegiado, seja, pela proximidade entre as lideranças comunitárias e os gestores das instituições públicas, seja, pelo envolvimento político dos moradores nas questões que lhes afetam, fruto do trabalho de lideranças religiosas e comunitárias no início da ocupação do bairro. Como relatado pela Liderança 1:

Saramandaia, como várias outras áreas de Salvador, possuiu, nessa época, verdadeiras lideranças populares, sendo religiosas ou leigas, portadoras de uma aguda consciência social de compromisso com o ideal de alavancar a conscientização da população sobre o seu poder de transformar a sua própria condição de vida, humanizando-a e integrando-a em patamares mais condizentes com a sua dignidade de pessoas humanas. (LIDERANÇA 1)

Ademais, registramos com destaque o papel político e organizativo que as mulheres desempenharam e desempenham em Saramandaia, apresentado ao longo do trabalho, o que já nos garantia a percepção do engajamento dessas atrizes sociais no

enfrentamento das condições desfavoráveis que a comunidade estava e está submetida diante do poder público e da especulação imobiliária.

Neste caminhar, percebemos que cada mulher de Saramandaia representa o ponto de chegada e de partida: de chegada porque traduz as lutas empunhadas com o objetivo de melhorar as condições da vida do povo; o ponto de partida porque nos mostra que nenhuma luta é em vão. Então, mulheres como Irmã Paula, Mariza, Terezinha, Valdelice, Lourdes, Hilda, Urânia e tantas outras que não tiveram medo de enfrentar os obstáculos impostos por aqueles que tem o dever de assegurar os Direitos Humanos a todos e todas, devem ser lembradas.

Ao tornar visível a participação dos movimentos sociais de Saramandaia, representados pelas associações e grupos culturais, em sua relação com a Escola Municipal Marisa Baqueiro Costa, tivemos o intuito de revelar a história do bairro, no que tange à luta pelo direito à educação pública. Dando-lhe visibilidade social e protegendo o patrimônio imaterial dessa comunidade, sua identidade. Dessa forma, pretendemos reconhecer e valorizar as dimensões históricas, sociais e políticas do lugar onde os sujeitos estão construindo suas histórias, seu território.

Consideramos que os resultados desse estudo devem ser encarados como resultados inconclusos, sujeitos a novos olhares, sendo subsídios para novas pesquisas e de apoio para parcerias entre as escolas municipais do Salvador e as instituições dos bairros, onde, estão localizadas.

REFERÊNCIAS

A luta das mulheres é antiga. **A Tarde**, Salvador, 3 jun. 1983.

ANDRÉ, M. o que é um estudo de caso qualitativo em educação? In: **Revista da FAEEBA: educação e contemporaneidade**. Universidade do Estado da Bahia, v.1, n. 1, p. 95-103, 1992.

ARROYO, M. G. Pedagogias em movimento: o que temos a aprender dos movimentos sociais? In: **Revista Currículo sem Fronteira**. Universidade Federal de Minas Gerais, 3.v, n. 1, p. 28-49, 2003.

BAHIA. Comitê Estadual de Educação em Direitos Humanos. **Plano Estadual de Educação em Direitos Humanos**. Bahia: Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, 2009. Disponível em http://www.dhnet.org.br/dados/pp/edh/estaduais/pe_dh_ba_2010.pdf

BAHIA. **Presidente das voluntárias vê obras da Creche em Saramandaia**. Diário Oficial do Estado da Bahia, Salvador, 28 de ago. de 1986.

BANCO MUNDIAL. **World Bank Brasil**. Brasília: Banco Mundial, 1999.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARROSO, J. A autonomia das escolas: uma ficção necessária. **Revista Portuguesa de Educação**. Universidade do Minho, Braga, 17. v, n. 2, p.49-83, 2004. Disponível em: < <http://www.redalyc.org/pdf/374/37417203.pdf> >

BARROSO, J. O Estado, a educação e a regulação das políticas públicas. In: **Revista Educação e Sociedade**. Campinas, 26. v, n. 92, p. 725-751, especial-out.2005.

BARROSO, J. Para uma abordagem teórica da reforma da administração escolar: a distinção entre direção e gestão. **Revista Portuguesa de Educação**. Universidade do Minho, Braga, 9. v, n. 1, p.33-56, 1995.

BEZERRA, F. O papel dos conselhos escolares. In: NASPOLINI, A. Documento preliminar do Seminário Nacional sobre **Os Conselhos Escolares**: a participação da

sociedade na constituição da escola de qualidade, promovido pela comissão de Educação e Cultura e Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados. Brasília: Câmara dos Deputados, 2005. (digitado).

BOBBIO, N. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BOBBIO, N. Política. In: BOBBIO, N.; MATEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. 12. ed. Brasília: Editora da UNB, 2002.

BONETI, L. W. As políticas educacionais, a gestão da escola e a exclusão social. In: FERREIRA, N. S. C.; AGUIAR, M. A. S. (orgs.). **Gestão da educação**: impasses, perspectivas e compromissos. 8. ed. São Paulo, Cortez, 2011.

BORDENAVE, J. E. D. **O que é participação**. São Paulo, Brasiliense, 1983.

BORDIGNON, G.; GRACINDO, R. V. Gestão da educação: o município e a escola. In: FERREIRA, N. S. C.; AGUIAR, M. A. S. (orgs.). **Gestão da educação**: impasses, perspectivas e compromissos. 8 ed. São Paulo, Cortez, 2011.

BRASIL. MEC. **Portaria Normativa**, n. 17, de 28/12/2009. Dispõe sobre o MP no âmbito da CAPES. MEC. Brasília, 2009b, DOU, nº 248, p. 20-21, 29/12/2009. Disponível em: http://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/PortariaNormativa_17M.P.pdf>. Acesso em: 10 jan.2016.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente**: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002.

_____. Congresso Nacional. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**, Lei nº 9394/96. Publicada no diário Oficial da União de 17 de dezembro de 1996.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988a.

_____. **Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999**. Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como organizações da sociedade civil de interesse público, institui e disciplina o termo de parceria, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 24 mar. 1999.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** Introdução. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: 1998b.

_____. **Curso de especialização em gestão escolar.** Brasília: MEC/SEB/CAFISE, 2014. Disponível em: http://escoladegestores.mec.gov.br/site/4-sala_politica_gestao_escolar/apresentacao.htm

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Pradime:** Programa de Apoio aos Dirigentes Municipais de Educação, 3.v, Brasília: 2006.

_____. **Emenda constitucional nº 59 de 11 de novembro de 2009.** Acrescenta § 3º ao art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para reduzir, anualmente, a partir do exercício de 2009, o percentual da Desvinculação das Receitas da União incidente sobre os recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino de que trata o art. 212 da Constituição Federal, dá nova redação aos incisos I e VII do art. 208, de forma a prever a obrigatoriedade do ensino de quatro a dezessete anos e ampliar a abrangência dos programas suplementares para todas as etapas da educação básica, e dá nova redação ao § 4º do art. 211 e ao § 3º do art. 212 e ao caput do art. 214, com a inserção neste dispositivo de inciso VI. Diário Oficial da União, Brasília, 12 de novembro de 2009.

_____. **Lei n. 10.172, de 9 de janeiro de 2001.** Estabelece o Plano Nacional de Educação. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. 2001.

_____. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. 2. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edição Câmara, 2015. Disponível em <http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/20204/plano_nacional_educacao_2014-2024_2ed.pdf?sequence=8>. Acesso em: 7 jun. 2016.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica:** Brasília, 2013.

_____. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos:** 2008. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2008.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Ensino Básico. Fundação Nacional para a Educação de Jovens e Adultos. **Debates Educação de Jovens e Adultos: a experiência dos bairros populares de Salvador:** Bahia, 1987.

CABRAL NETO, A.; ALMEIDA, M. D. Educação e gestão descentralizada: conselho diretor, caixa escolar, projeto político-pedagógico. **Em Aberto**, Brasília, v.17, n.72, p.35-46, fev./jun. 2000. Disponível em: <<http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/1090/991>>. Acesso em: 08/02/2016.

CAMPOS, H. G. **A história e a formação para a cidadania nos anos iniciais do ensino fundamental**. São Paulo: Saraiva, 2012.

CANDAU, V. M. et al. **Educação em direitos humanos e formação de professores(as)**. São Paulo: Cortez, 2013.

CARVALHO, J. M. **Cidadania no brasil: o longo caminho**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CASTRO, F. S. Livros: lançamentos. **A Tarde**, Salvador, 8 fev. 1981. Caderno 2.

CEM mulheres bloqueiam pistas em Saramandaia. **Tribuna da Bahia**, Salvador, 19 mar. 1985.

CENSO DEMOGRÁFICO 2010. Características gerais da população. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <[HYPERLINKhttp://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/aglomerados_subnormais_informacoes_territoriais/default_informacoes_territoriais.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/aglomerados_subnormais_informacoes_territoriais/default_informacoes_territoriais.shtm)>. Acesso em 09 abril. 2016.

CENSO DEMOGRÁFICO 1980. Disponível em: <[HYPERLINKhttp://biblioteca.ibge.gov.br/vis](http://biblioteca.ibge.gov.br/vis) Acesso em 09 de abril. 2016.

CENSO DEMOGRÁFICO 1970. Disponível em: <[HYPERLINKhttp://biblioteca.ibge.gov.br/vis](http://biblioteca.ibge.gov.br/vis) Acesso em 09 de abril. 2016.

CENSO DEMOGRÁFICO 1960. Disponível em: <[HYPERLINKhttp://biblioteca.ibge.gov.br/vis](http://biblioteca.ibge.gov.br/vis) Acesso em 09 de abril. 2016.

CHALMERS, A. F. **O que é ciência afinal?** Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Brasiliense, 2014.

CHAUÍ, M. Prefácio. In: SADER, E. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores de grande são Paulo, 1970-80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

CHIAVENATO, I. **Introdução à teoria geral da administração**. 9. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2014.

CORREIO DA BAHIA. **Saramandaia resolve lutar contra abandono**. Salvador, 29 de nov. 1983.

CRESPO, A. P. A.; GUROVITZ, E. A pobreza como fenômeno multidimensional. **RAE – eletrônica**, São Paulo, v. 1, n. 2, jul./dez. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/raeel/v1n2/v1n2a03.pdf>

CRESWELL, J. W. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa**: escolhendo entre cinco abordagens. 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2014.

CURY, C. R. J. A educação básica no Brasil. **Educação e sociedade**, Campinas. 23, n. 80, set, 2002. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>

_____. A educação básica como direito. **Cadernos de Pesquisa**, v. 38, n. 134, p. 293-303, maio/ago. 2008.

DAVIS, M. **Planeta favela**. São Paulo. Boitempo, 2006.

DECLARAÇÃO E PROGRAMA DE AÇÃO DE VIENA. In: Conferência Mundial sobre Direitos Humanos. 1993. Portal de Direitos Internacional.

DECLARAÇÃO DE NOVA DELHI SOBRE EDUCAÇÃO PARA TODOS. Nova Delhi: UNESCO, 1993. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001393/139393por.pdf>. Acesso em 15/01/16.

DECLARAÇÃO MUNDIAL SOBRE EDUCAÇÃO PARA TODOS: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. Juntien: UNESCO, 1990. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>. Acesso em 10/06/16.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Rio de Janeiro: UNIC, 2009 [1948]. Disponível em: <http://www.dudh.org.br>.

DOCUMENTÁRIO conta a história da comunidade de Saramandaia, em Salvador. **Comunica Bahia Online**, Salvador, 2014. Disponível em: <http://comunicabahia.com.br> Acesso em: 18 dez. 2015.

DOURADO, L. F. A escola dos dirigentes escolares: políticas e gestão da educação no Brasil. In: FERREIRA, N. S. C. **Gestão democrática da educação**: atuais tendências, novos desafios. 6. Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **Conselho escolar, gestão democrática da educação e escolha do diretor**. Brasília: MEC/SEC, 2004.

_____. **Gestão em Educação Escolar**. 4 ed. Cuiabá, Universidade Federal de Mato Grosso, 2012. (Profucionário: Curso técnico de formação para os funcionários da educação). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/p_rofunc/06_gest_edu_esc.pdf>. Acesso em: 5 de setembro de 2015.

_____. Políticas e gestão da educação básica no Brasil: limites e perspectivas. **Educação e sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, especial-out, 2007. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>

ESPINHEIRA, G.; SOARES, A. M. C. Pobreza e marginalização: um estudo da concentração populacional nas metrópoles latino-americanas: o caso de Salvador, no Brasil. In: XV Nacional de Estudos Populacionais, abep, Caxambu-MG, 2006. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_266.pdf>. Acesso 02 de abril. 2016.

FIGUEIREDO, C. S.; NOVAES, I. L. Democratização da gestão escolar em salvador: a participação e os conselhos escolares. In: MUTIM, A. L. B; AMORIM, A. A. (Org.). **Democratização, gestão escolar e trabalho docente na educação básica**. Salvador: Eduneb, 2011.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 59. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

_____. **Política e educação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

_____. **Conscientização**: teoria e prática da libertação: um pensamento introdutório ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Centauro, 2001.

_____. **Ação cultural para liberdade e outros escritos**. Rio de Janeiro: 5.ed. Paz e Terra, 1981.

_____. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GAMBOA, Silvio Sanchez. **Pesquisa em educação: métodos e epistemologias**. Chapecó: Argus, 2007.

GATTI, B. A. Algumas considerações sobre procedimentos metodológicos nas pesquisas educacionais. **ECCOS-Revista Científica**, 1999, p. 63-80. Disponível em: <http://www.ufjf.br/revistaedufoco/files/2010/02/07.pdf>

GOHN, M. G. **Movimentos sociais no início do século XXI: antigos novos atores sociais**. 5. ed. Petrópolis. Vozes, 2011a.

_____. **História dos movimentos sociais: a construção da cidadania dos brasileiros**. 6. ed. São Paulo. Edições Loyola, 2011b.

_____. **Movimentos sociais e educação**. 6. Ed. São Paulo. Cortez, 2005.

GRACINDO, R. V. **Gestão democrática nos sistemas e na escola**. Brasília: Universidade de Brasília, 2007.

JACOBI, P. Movimentos sociais urbanos no Brasil. In: DINIZ CERQUEIRA, E. **O que se deve ler em ciências sociais no Brasil**. São Paulo: Cortez/ Anpocs, 1986, p. 221-236.

LIBÂNEO, J. C. O.; FERREIRA, J.; TOSCHI, M. S. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização**. 10. Ed. São Paulo: Cortez, 2012.

LÜCK, H. **Dimensões de gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Editora Positivo, 2009.

_____. **Gestão educacional: uma questão paradigmática**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

MACHADO, M. A. M. Desafios a serem enfrentados na capacitação de gestores escolares. **Em Aberto**, Brasília, v.17, n.72, p.97-112, fev/jun.2000. Disponível em: <http://www.rbep.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/1087/989>>. Acesso em: 08/02/2016.

MELO, M. T. L. Gestão educacional: os desafios do cotidiano escolar. In: FERREIRA, N. S. C.; AGUIAR, M. A. S. (orgs.). **Gestão da educação**: impasses, perspectivas e compromissos. 8. ed. São Paulo, Cortez, 2011.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa social**: teoria método e criatividade. 17^a ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. 80 p.

MONTAÑO, C. Pobreza, questão social e seu enfrentamento. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 110, p. 270-287. abr. / jun. 2012.

MORADORES de Saramandaia querem logo sua passarela. **A Tarde**, Salvador, 24 abr. 1988.

NOVAES, L. N.; FIALHO, H. F. Descentralização educacional: características e perspectivas. **RBPAE**, Natal, v. 26, n.3, p. 585-602. Set. / dez. 2010. Disponível em <<http://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/19800>>. Acesso em: 14/02/2016.

NUNES, A. C. Evolução da instituição escolar. In: MENEZES, J. G. C. et al. **Estrutura e funcionamento da educação básica**. 2 ed. São Paulo: Pioneira Tromson, 2002.

OLIVEIRA, D. A. **Educação básica**: gestão do trabalho e da pobreza. Petrópolis: Vozes, 2000.

OLIVEIRA, D.A. A gestão democrática da educação no contexto da reforma do estado. In: FERREIRA, N. S. C.; AGUIAR, M. A. S. (orgs.). **Gestão da educação**: impasses, perspectivas e compromissos. 8. ed. São Paulo, Cortez, 2011.

OLIVEIRA, D. de P. R. de. **Planejamento Estratégico**: conceitos, metodologia e práticas. 17. ed. São Paulo. Atlas, 2002.

OLIVEIRA, J.F.; MORAES, K. N.; DOURADO, L. F. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Programa Escola de Gestores da Educação Básica**. Brasília. 2006.

OLIVEIRA, S. L. de. **Tratado de Metodologia Científica**: projetos de pesquisas, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A

CULTURA (UNESCO). **Plano de Ação**: Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos. Brasília: UNESCO, 2012. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org>

PARO, V. H. **Administração escolar: introdução crítica**. 17. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

_____. A educação, a política e a administração: reflexões sobre a prática do diretor de escola. **Educação e pesquisa**, São Paulo, v. 36, n.3, p.763-778, set/dez, 2010.

PENAFRIA, M. **Perspectivas de desenvolvimento para o documentarismo**. 1999. Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/texto.php3?html2=penafria-pespectivasdocument>

PIOVESAM, F. **Temas de direitos humanos**. 9. ed. São Paulo: Max Limonad, 2016,

PM volta a usar de violência. **A Tarde**, Salvador, 2 mar. 1983.

PREFEITURA mostra trajeto da Linha Viva. **Tribuna da Bahia Online**, 12 dez. 2012. Disponível em: www.tribunabahia.com.br/2012/12/12/prefeitura-mostra-trajeto-da-linha-viva. Acesso em: 10 jan. 2017.

QUARENTA Barracos fazem ressurgir a invasão da Nova Saramandaia. **A TARDE**, Salvador, 9 de ago. 1977.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1999.

ROCHA, J. C. Abordagem baseada em direitos: metodologias emancipatórias na difusão do conhecimento em direitos humanos. In: MATTA, A. E. R; ROCHA. J. C. (orgs.). **Cognição**: aspectos contemporâneos da construção e difusão do conhecimento. Salvador: EDUNEB, 2016.

_____. **Teoria do estado democrático**: os novos caminhos de participação popular em debate. Salvador: EDUNEB, 2009a.

_____. **Guia de educação em direitos humanos**. Camaçari: EGBA, 2009b.

SADER, E. **Quando os novos personagens entraram em cena**: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo, 1970-80. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SALVADOR. **Prefeitura Municipal**. Salvador construindo um novo futuro: planejamento estratégico 2013-2016. Disponível em: <HYPERLINK http://www.planejamentoestrategico.salvador.ba.gov.br/imagens/Planejamento_Completo.pdf>. Acesso em 01 nov. 2014.

_____. **Secretaria Municipal de Educação**. Disponível em: <HYPERLINK <http://www.educacao.salvador.ba.gov.br>>. Acesso em 30 out. 2014.

_____. **Decreto Municipal n. 20.735, de 19 de abril de 2010**. Declara de utilidade pública para fins de desapropriação os imóveis com acessões e benfeitorias e terrenos porventura existentes, nos trechos que indica, localizados na zona urbana do Município de Salvador e dá outras providências. Republicado no Diário Oficial de 31 janeiro de 2012. Original no 20 de abril de 2010. Salvador, 2012.

_____. **Decreto Municipal n. 18.310, de 24 de abril de 2008**. Dispõe sobre a regularização da gratificação de periferia ou local de difícil acesso, prevista no art. 78 da Lei Complementar n. 1/1991, para os servidores lotados e em exercício nas unidades escolares. Diário Oficial do Município, Salvador, 24 de abril de 2008.

_____. **Lei nº 6.630, de 24 de janeiro de 2005**. Dispõe sobre os Conselhos Escolares, suas competências e composições, e revoga a Lei nº. 4.940 de 09 de agosto de 1994, Diário Oficial do Município, Salvador, 24 de janeiro de 2005.

_____. **Lei Orgânica do Município de Salvador**. Câmara Municipal de Salvador, Diário Oficial do Município, 5 de Abril de 1990.

_____. **Decreto Municipal n. 3.500, de 8 de julho de 1985**. Denomina Escola Dra. Marisa Baqueiro Costa. Diário Oficial do Município, Salvador, 9 de julho de 1985

_____. Órgão Central de Planejamento. **Estudos e propostas para urbanização de Saramandaia**. (Cadernos com os mapas.), Salvador, 1980.

SANDER, B. **Políticas públicas e gestão democrática da educação**. Brasília: Liber Livro Editora, 2005.

SANTOS, A. L. F. Gestão democrática da escola: bases epistemológicas, políticas e pedagógicas. In: GOMES, A. M. (org.). **Políticas públicas e gestão da educação**. Campinas: Mercado das Letras, 2011.

SANTOS, E. et al. **O caminho das águas em salvador**: bacias hidrográficas, bairros e fontes. Salvador: CIAS/UFBA; SEMA, 2010.

SANTOS, M. **Pobreza urbana**. 3. ed. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 17. ed. Rio de Janeiro: Record, 2013.

SARAMANDAIA resolve lutar contra abandono. **Correio da Bahia**, Salvador, 29 nov. 1982.

SCHERER-WARREN, I. **Redes de movimentos sociais**. São Paulo. Edições Loyola, 2005.

SEIXAS, T. **Agência A Tarde**, Salvador, 25 jul. 2013. Fotografia, color. Foto apresentada no artigo Moradores de Saramandaia lutam contra projetos da Linha Viva e Metrô. Disponível em: <http://atarde.uol.com.br/galerias/31/18521-moradores-de-saramandaia-lutam-contr-projetos-da-linha-viva-e-do-metro>. Acesso em: 21 jan. 2015.

SILVA, A. **Saramandaia**: histórias de areia e lama. São Paulo: O Recado, 1980.

SILVA, L. A. M. Desdobramentos do campo temático dos movimentos sociais. In: **Cadernos do CEAS**. Universidade Católica de Salvador, Universidade Católica de Pernambuco, n. 145, p. 39-51, 1993.

SILVA, M. S.; ZENAIDE, M. de N. T. **Plano de Ação em Educação em e para Direitos Humanos na Educação Básica**, s.d. Disponível em: <http://dhnet.org.br/dados/cursos/edh/redh/02/modulo_2_3_plano_de_acao_naza.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2016.

SOUZA, B. S.; FARIA, L.C. M. Reforma do estado, descentralização e municipalização do ensino no brasil: a gestão política dos sistemas públicos de ensino pós-ldb 9.394/96. **Educação**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 45, out/dez, 2004.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, jul. /dez. 2006.

TANTO riso, tanta alegria. **A Tarde**, Salvador, 29 de nov. de 1986.

THIOLLENT, M. **Metodologia de pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 2011.

TOURAINÉ, A. Na fronteira dos movimentos sociais. **Sociedade e Estado**. Brasília, v. 21, n 1, p. 17-28, jan. /abr. 2006.

TRIBUNA DA BAHIA. **100 mulheres bloqueiam pistas em Saramandaia**. Salvador, 19 de mar de 1985.

VEIGA, I. P.A. **Projeto político-pedagógico, conselho escolar e conselho de classe: instrumentos da organização do trabalho**. 2007. Disponível em <HYPERLINK http://www.anpae.org.br/congressos_antigos/simposio2007/176.pdf>

VIEIRA, S. L. Política (s) e gestão da educação básica: revisitando conceitos simples. **RBPAE**, Natal, v. 23, n.1, p. 53-69. jan/abr, 2007.

YAZBEK, M. C. Pobreza no brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento. **Serv. Soc. Soc.** São Paulo, n. 110, p. 288-322, abr. / jun. 2012

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2003.

ZENAIDE, M. N. T. Educação em direitos humanos. In: **Educação e direitos humanos: fundamentos teóricos-metodológicos**. João Pessoa: Editora Universitária, p. 15-25, 2008. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/ncdh/wp-content/uploads/2014/07/merged.compressed.pdf>.

ZUNG, A. Z. K. **A teoria da administração educacional: ciência e ideologia**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 48, p. 39-46, fev. 1984.

APÊNDICE A - Termo de autorização

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – CAMPUS I
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO E TECNOLOGIAS
APLICADAS À EDUCAÇÃO - GESTEC

**Termo de Autorização**

Eu, _____ brasileiro (a),
maior, portador do RG nº _____, residente na Rua
_____, nº _____ na
cidade de _____ -BA., participei como sujeito colaborador do
projeto de pesquisa intitulado “Saramandaia: um estudo de caso sobre o papel dos
movimentos sociais urbanos na luta pelo direito à educação básica nos anos de 1970
e três décadas depois” desenvolvida por Rosangela Costa Soares sob orientação do
Prof. Dr. José Cláudio Rocha, no âmbito da Linha de Pesquisa I, do Programa de
Mestrado Profissional em Gestão e Tecnologias aplicada à Educação do
Departamento de Educação – Campus I - Universidade do Estado da Bahia, autorizo
a divulgação e publicação de meu nome no corpo desse trabalho, bem como de todo
material produzido na entrevista com minha participação.

Salvador, _____ de _____ de 2016.

Assinatura

APÊNDICE B – Roteiro de Entrevista semiestruturada com as lideranças religiosas católicas atuante em Saramandaia nas décadas de 1970 e 1980



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – CAMPUS I
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO E TECNOLOGIAS
APLICADAS À EDUCAÇÃO - GESTEC



Pesquisadora: Rosângela Costa Soares

Orientador: Dr. José Cláudio Rocha

ROTEIRO DE ENTREVISTA
MISSIONÁRIOS CATÓLICOS ATUANTES NA DÉCADA DE 1970 E 1980

Objetivo: Esta entrevista é parte integrante da pesquisa de Mestrado intitulada “Saramandaia: um estudo de caso sobre o papel dos movimentos sociais urbanos na luta pelo direito à educação básica nos anos de 1970 e quatro décadas depois” realizada pelo Programa de Mestrado Profissional em Gestão e Tecnologias aplicada à Educação da Universidade do Estado da Bahia, sob a orientação do Professor Dr. José Cláudio Rocha.

Data: _____ **Hora da entrevista:** _____

Local: _____

Entrevistador: _____

Entrevistado: _____

1. Formação?
2. Qual é a ideia que o senhor (a) tem de educação?
3. E de cidadania?
4. Quando o senhor (a) iniciou o trabalho missionário na Comunidade de Saramandaia?
5. Que motivações o senhor (a) teve para fazer o trabalho missionário na Comunidade de Saramandaia?
6. Quais foram as principais dificuldades encontradas em seu trabalho?
7. Considerando sua experiência pastoral, qual sua concepção de movimento social?
8. Quais foram as conquistas que o trabalho missionário produziu junto com a comunidade de Saramandaia?
9. Para o senhor (a) existe relação entre o trabalho missionário ocorrido nas décadas de 1970 e 1980 na Comunidade de Saramandaia e a conscientização política dos moradores desta localidade?
10. Para o senhor (a) como o trabalho missionário motivou os movimentos sociais da Comunidade de Saramandaia na reivindicação de direitos, especialmente o direito à educação pública?
11. Como senhor (a) descreve o trabalho realizado em Saramandaia nas décadas de 1970 e 1980?

APÊNDICE C - Roteiro de Entrevista semiestruturada com os líderes comunitários em exercício no bairro de Saramandaia



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO - CAMPUS I
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO E TECNOLOGIAS
APLICADAS À EDUCAÇÃO - GESTEC



Pesquisadora: Rosângela Costa Soares

Orientador: Dr. José Cláudio Rocha

**ROTEIRO DE ENTREVISTA
LÍDERES COMUNITÁRIOS EM EXERCÍCIO**

Objetivo: Esta entrevista é parte integrante da pesquisa de Mestrado intitulada “Saramandaia: um estudo de caso sobre o papel dos movimentos sociais urbanos na luta pelo direito à educação básica nos anos de 1970 e quatro décadas depois” realizada pelo Programa de Mestrado Profissional em Gestão e Tecnologias aplicada à Educação da Universidade do Estado da Bahia, sob a orientação do Professor Dr. José Cláudio Rocha.

Data: _____ **Hora da entrevista:** _____

Local: _____

Entrevistador: _____

Entrevistado: _____

1. Formação?
2. O senhor (a) atua em movimento social?
3. Qual é a ideia que o senhor (a) tem de educação?
4. E de cidadania?
5. O senhor (a) conhece a Escola Municipal Marisa Baqueiro Costa?
6. O senhor (a) em algum momento foi procurado pela gestão da Escola Municipal Marisa Baqueiro Costa?
7. O que a equipe gestora desejava? O que o senhor (a) achou dessa procura?
8. O movimento social que o (a) senhor (a) atua têm algum projeto em parceria com a Escola Municipal Marisa Baqueiro Costa?
9. O senhor (a) acredita que a Escola pode contribuir com o movimento que o senhor (a) participa? De que forma?
10. Em sua opinião, existe possibilidade dos movimentos sociais fazerem parte da gestão da Escola Municipal Marisa Baqueiro Costa? De que forma?
11. Pela sua experiência, de que forma a gestão da Escola Municipal Marisa Baqueiro vê atuação dos movimentos sociais?
12. Quais são as atuais reivindicações sobre o direito à educação pública em Saramandaia?

APÊNDICE D - Roteiro de Entrevista semiestruturada com os líderes comunitários atuantes no bairro de Saramandaia nas décadas de 1970 e 1980



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – CAMPUS I
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO E TECNOLOGIAS
APLICADAS À EDUCAÇÃO - GESTEC



Pesquisadora: Rosângela Costa Soares
Orientador: Dr. José Cláudio Rocha

ROTEIRO DE ENTREVISTA
LÍDERES COMUNITÁRIOS ATUANTES NAS DÉCADAS DE 1970 E 1980

Objetivo: Esta entrevista é parte integrante da pesquisa de Mestrado intitulada “Saramandaia: um estudo de caso sobre o papel dos movimentos sociais urbanos na luta pelo direito à educação básica nos anos de 1970 e quatro décadas depois” realizada pelo Programa de Mestrado Profissional em Gestão e Tecnologias aplicada à Educação da Universidade do Estado da Bahia, sob a orientação do Professor Dr. José Cláudio Rocha.

Data: _____ **Hora da entrevista:** _____

Local: _____

Entrevistador: _____

Entrevistado: _____

1. Formação?
2. O senhor (a) atua em movimento social?
3. Qual é a ideia que o senhor (a) tem de educação?
4. E de cidadania?
5. O senhor (a) conhece a Escola Municipal Marisa Baqueiro Costa?
6. Quais foram as estratégias dos movimentos sociais da Comunidade de Saramandaia que levaram a construção da Escola Municipal Marisa Baqueiro Costa?
7. O senhor (a) em algum momento á foi procurado pela gestão da Escola Municipal Marisa Baqueiro Costa?
8. O que a equipe gestora desejava? O que o senhor (a) achou dessa procura?
9. Em sua opinião, existe possibilidade dos movimentos sociais fazerem parte da gestão da Escola Municipal Marisa Baqueiro Costa? De que forma?
10. Pela sua experiência, de que forma a gestão da Escola Municipal Marisa Baqueiro vê atuação dos movimentos sociais?

APÊNDICE E - Roteiro de Entrevista semiestruturada com as gestoras da Escola Municipal Marisa Baqueiro Costa



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – CAMPUS I
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO E TECNOLOGIAS
APLICADAS À EDUCAÇÃO - GESTEC



Pesquisadora: Rosangela Costa Soares

Orientador: Dr. José Cláudio Rocha

ROTEIRO DE ENTREVISTA
GESTORES DA ESCOLA MUNICIPAL MARISA BAQUEIRO COSTA

Objetivo: Esta entrevista é parte integrante da pesquisa de Mestrado intitulada “Saramandaia: um estudo de caso sobre o papel dos movimentos sociais urbanos na luta pelo direito à educação básica nos anos de 1970 e quatro décadas depois” realizada pelo Programa de Mestrado Profissional em Gestão e Tecnologias aplicada à Educação da Universidade do Estado da Bahia, sob a orientação do Professor Dr. José Cláudio Rocha.

Data: _____ **Hora da entrevista:** _____

Local: _____

Entrevistador: _____

Entrevistado: _____

1. Formação:
2. A quanto tempo é ou foi gestor da Escola Municipal Marisa Baqueiro Costa?
3. Qual sua concepção de educação?
4. Qual é a sua concepção de cidadania?
5. Considerando sua experiência profissional, qual sua concepção sobre movimentos sociais?
6. O senhor (a) conhece os movimentos sociais da comunidade de Saramandaia?
7. Existe alguma relação entre a escola e os movimentos sociais do bairro?
8. A escola tem algum projeto articulado com os movimentos sociais da comunidade?
9. O senhor (a) acredita que os movimentos sociais podem contribuir com as ações da escola? De que forma?
10. Como o senhor (a) vê a participação dos movimentos sociais na gestão da escola?

APÊNDICE F – SISTEMATIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES COM BASE NA TRIANGULAÇÃO DE EVIDÊNCIAS

Liderança Católica atuante em Saramandaia nas décadas de 1970 e 1980	
Questões Norteadoras	Liderança 1
Formação	Letras Clássicas e Serviço Social
Qual é a ideia que o senhor (a) tem de educação?	Desenvolvimento integral da personalidade do qual a escolarização é parte integrante e necessária.
E cidadania?	Interesse, participação e interação nos processos que plasmam a Polis.
Quando senhor(a) iniciou o trabalho missionário na Comunidade de Saramandaia?	Em 1986.
Que motivos o (a) senhor(a) teve para fazer o trabalho missionário na Comunidade de Saramandaia?	Minha proposta não foi diretamente missionária mas responder a uma aspiração por vida simples, ao mesmo tempo inserida em uma comunidade pobre e com traços de vida eremítica (Sola cum Solus). O trabalho com a educação popular brotou da proposta e exigência da vida evangélica.
Quais foram as principais dificuldades encontradas em seu trabalho?	A descontinuidade dos programas dos órgãos oficiais de apoio.
Considerando sua experiência pastoral, qual sua concepção de movimento social?	É a resposta de um extrato amplo da vida social, política ou religiosa a uma convocação para empreender mudanças significativas no modo de viver e de agir ou de governar de uma população.
Quais foram as conquistas que o trabalho missionário produziu junto com a comunidade de Saramandaia?	Criou-se a consciência e implantou-se o apelativo “comunidade” para referir-se à área habitacional, substituindo-se a “invasão, denominação original. Participando de outros movimentos sociais atuantes em Salvador, como o MDF (Movimento de Defesa dos Favelados), o MFRAC (Movimento de Fraternidade Cristã), por exemplo, as lideranças da comunidade passaram a reivindicar melhorias para o bairro, como: a implantação de rede de água e de luz, a canalização dos esgotos, a construção de escadas nas ruas em ladeiras íngremes, a regulamentação de posse dos terrenos das casas, a implantação de um posto médico, a destinação de um espaço para a Igreja, com o apoio da Tia Gisa e a militância do Sr. Armândio (Presidente do Conselho de Moradores e da Marisa, Presidente da Associação de Senhoras). A construção de uma passarela que leva da Rodoviária até o Iguatemi, sobre as 4 pistas de alta velocidade nas quais muitos moradores morreram atropelados e que eram um constante pesadelo para as mães, (lavadeiras e faxineiras do Caminho das Árvores) e cujas crianças deviam atravessá-las para ir à escola. (Note-se que a invasão de Saramandaia foi realizada inicial e preponderantemente por casais jovens ou famílias recém constituídas).

	O início da alfabetização de crianças feito nas próprias casas por mulheres e jovens voluntárias e por um grupo de moradoras parcamente remuneradas pelos resíduos do PLAPE (Plano de Apoio ao Pré-escolar), criado e depois abandonado e esquecido pela Secretaria de Educação, exceto nas planilhas de mini remuneração). A criação da Associação de Pais e Mestres da Comunidade de Saramandaia, assumindo a restauração da Escola Nossa Senhora das Mercês e construindo a Escola São Francisco de Assis com uma pré-escola em regime de creche, integração do Clube de Futebol São Paulo à Associação de Pais e Mestres, cursos de alfabetização de adultos, cursos profissionalizantes de serigrafia e de informática, criação de um campo de futebol, para retirar da rua as crianças que abordavam os carros nas sinaleiras para pedir. Organização de campanhas dirigidas à população: Campanha da Fraternidade, Campanha do Advento, Campanha da saúde bucal; Campanhas do Meio- ambiente, com a orientação sobre a limpeza das ruas e a coleta do lixo; Campanhas para reivindicar a pavimentação das ruas, permitindo o acesso de veículos, a criação da Paróquia de Saramandaia, e da Escola Chico Mendes, locais de constante exercício da cidadania e de conscientização sobre direitos humanos a partir das aulas e da pregação semanal do evangelho, etc. Passeatas das escolas e passeatas dos “artistas de Saramandaia” (músicos e pintores) pelas ruas da comunidade, criação de um miniestádio de futebol, com a realização de campeonatos com clubes de outras comunidades populares. Introdução da Pastoral da Criança em Saramandaia utilizando os espaços das escolas para suas atividades. Na expressão de uma jovem: “Eu aprendi a sonhar” exprimindo a sua mudança de aspiração a ideais. Um número significativo de jovens orientou-se para cursos universitários.
Para o (a) senhor(a) existe relação entre o trabalho missionário ocorrido nas décadas de 1970 e 1980 na Comunidade de Saramandaia e a conscientização política dos moradores dessa localidade?	Sim, a consciência política dos agentes religiosos “contagiu” as lideranças sociais e ao mesmo tempo as defendeu das configurações partidárias que dividiriam as forças comunitárias, enfraquecendo-as e entregando-as à manipulação dos politiquinhos.
Para o (a) senhor (a) como o trabalho missionário motivou os movimentos sociais da Comunidade de Saramandaia na reivindicação de direitos, especialmente o direito à educação pública?	A próxima e constante convivência dos agentes religiosos conscientes inseridos na comunidade desenvolveu entre jovens e adultos uma consciência de responsabilidade sobre a caminhada da população e a sua força política de humanização das relações e de reivindicação de melhorias. As escolas infantis, necessidade prioritariamente sentida e o trabalho de educação de adultos, realizados por membros da própria comunidade preparados pelos agentes religiosos

	foram uma forte fermentação da consciência social, política e humanitária. O presidente da Associação de Pai e Mestres da Comunidade de Saramandaia, morador de Saramandaia, foi eleito por várias vezes, Presidente do Conselho Tutelar de Salvador, levando para o seu trabalho nessa instituição o conhecimento e a experiência adquiridos nos encontros e seminários organizados por entidades ligadas à educação popular e ao trabalho social.
Como o (a) senhor(a) descreve o trabalho em Saramandaia nas décadas de 1970 e 1980?	Saramandaia, como várias outras áreas de Salvador, possuiu, nessa época, verdadeiras lideranças populares, sendo religiosas ou leigas, portadoras de uma aguda consciência social de compromisso com o ideal de alavancar a conscientização da população sobre o seu poder de transformar a sua própria condição de vida, humanizando-a e integrando-a em patamares mais condizentes com a sua dignidade de pessoas humanas. Afastando-se os líderes religiosos, as lideranças leigas continuam mantendo o trabalho antes realizado de educação popular e de formação de novas lideranças. Só que faltam os recursos anteriormente recebidos dos programas sociais oficiais .

QUADRO 2 – SISTEMATIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES COM BASE NA TRIANGULAÇÃO DE EVIDÊNCIAS: LIDERANÇA CATÓLICA

FONTE: ELABORADO PELA AUTORA (2016)

APÊNDICE G – Sistematização de informações com base na triangulação de evidências

Líderes Comunitários atuantes em Saramandaia nas décadas de 1970 e 1980		
Questões Norteadoras	Liderança 2	Liderança 3
Formação?	Funcionária pública	Funcionário público
O (a) senhor (a) atua em algum movimento social?	Sim.	Sim.
Qual é a ideia que o (a) tem sobre educação?	Educação é base de tudo, sem ela a gente não é ninguém.	Educação não é fórmula mágica de resolver todas as questões sociais, mas também sem ela não se transforma, portanto, é a educação é um instrumento transformador se usado numa perspectiva progressista de mudança, de transformação das mentalidades.
E de cidadania?	Cidadania é saber luta por nossos direitos.	Cidadania é exatamente você preparar os indivíduos desde de criança para viverem em comunidade, viverem em sociedade, entendendo que quem faz uma comunidade, uma cidade, um Estado são os cidadãos conscientes de seu papel.
O (a) senhor(a) conhece a EMBC?	Sim.	Sim.
Quais foram as estratégias dos movimentos sociais da Comunidade de Saramandaia que levaram a construção da Escola Municipal Marisa Baqueiro Costa?	Primeiro fizemos um grupo de pessoas para falar com o prefeito e o governador, depois formamos a Associação de Senhoras. A partir daí começamos a marcar audiências com o poder público, fechar a Avenida ACM, chamar os jornais e foi assim com muita luta que conseguimos a construção da escola, do posto médico, da passarela.	Juntamos um grupo de mulheres eu, Mariza, Terezinha e formamos a Associação de Senhoras. No começo ninguém queria nos receber. Aí começamos a chamar a imprensa para denunciar a vida dura que tínhamos. Aí eles começaram a nos receber.
O (a) senhor (a) em algum momento à foi procurado pela gestão da EMMBC?	Sim.	Sim.
O que a equipe gestora desejava? O que o (a) senhor(a) achou dessa procura?	As diretoras chama a gente para dizer as mães dos alunos como foi construída a escola e para a gente exigir do poder	A gente ia sempre para reuniões saber como estava a escola e quando faltava alguma coisa a gente fazia um ofício em nome

	público reforma da escola e material de consumo.	da associação para pedir o que faltava na escola.
Em sua opinião, existe possibilidade dos movimentos sociais fazerem parte da gestão da EMMBC? De que forma?	Claro. Uma escola sem as lideranças não vai longe.	Sim. O diretor tem que se aproximar das lideranças para fortalecer seu trabalho. Sozinho ninguém faz nada.
Pela sua experiência, de que forma a gestão da EMMBC vê atuação dos movimentos sociais?	Não sei. Não tenho proximidade.	Não sei. Deve ser positiva.

QUADRO 3— SISTEMATIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES COM BASE NA TRIANGULAÇÃO DE EVIDÊNCIAS: LIDERANÇAS ATUANTES EM SARAMANDAIA NAS DÉCADAS DE 1970 E 1980
 FONTE: ELABORADO PELA AUTORA (2016)

APÊNDICE H – Sistematização de informações com base na triangulação de evidências

Atuais Lideranças Comunitários de Saramandaia				
Questões Norteadoras	Liderança 4	Liderança 5	Liderança 6	Liderança 7
Formação?	Arte-educador.	Cinema e vídeo.	Arquiteto.	Dançarino.
O(a) senhor(a) atua em movimentos social?	Sim.	Sim	Sim	Sim
Qual é a ideia que o(a) senhor (a) tem de educação?	Educação não só aquilo que aprende na escola. É tudo que aprendemos na vida.	Educação é o poder de transformação. A educação possibilita novo aprendizagem, abre possibilidade de vida, de mundo, de conhecer novas pessoas.	Pensar em educação. É pensar em um diálogo com a comunidade e compreender os espaços que compor o bairro	Educação é tudo. Sem estudo, sem conhecimento agente não chega em lugar nenhum.
E de cidadania?	Nós não ensinamos apenas arte, mas princípios de cidadania, convivência e respeito. Para isto, oportunizamos atividades educativas e artísticas que promovam o exercício da cidadania de forma consciente.	Cidadania é o exercício dos direitos.	Cidadania é pensar como sujeito de direitos, reivindicando espaços na sociedade, construindo discussões onde o direito à cidade, o acesso a cidade sejam garantidos, como por exemplo, o direito aos equipamentos de uso coletivo escolas, hospitais, praças, saneamento básico.	É se desenvolver como pessoa, sabendo os seus direitos e seus deveres.
O (a) senhor (a) conhece EMMBC?	Sim	Sim	Sim	Sim
O (a) senhor (a) em algum momento foi procurado pela gestão da EMMBC?	Sim	Sim	Sim	Não

O que a equipe gestora desejava? O que o (a) senhor (a) achou dessa procura?	Que eu apresentasse o trabalho cultural que desenvolvo com crianças e adolescentes do bairro	Desejava que eu apresentasse o Documentário Retalhos, uma produção nossa, que conta um pouco da história de Saramandaia.	Levar para a escola a discussão sobre o plano de bairro e a construção da praça.	-----
O movimento social que o (a) senhor (a) atua têm algum projeto em parceria com a Escola Municipal Marisa Baqueiro Costa?	No memento não. Mas, já tivemos.	Não	Sim, sempre que necessário, entramos dialogamos com as gestoras, professores, funcionários e alunos para compreendermos, como esses sujeitos pensar e projetam o espaço do bairro.	Não
O (a) senhor (a) acredita que a Escola pode contribuir com o movimento social em que o(a) senhor participa? De que forma	Sim, com a divulgação e com parcerias através do mais educação	Claro. A escola é um espaço de socialização e aprendizado. Quando a gestão permite que mostremos nosso trabalho ela está nos ajudando a divulgar e ampliar o número de pessoas interessadas em fazer arte junto com a gente.	Sim. A parceria com a escola é uma forma de promover o diálogo e conseguir construir uma relação, tanto para acessarmos espaços que não alcançaríamos quanto para entender os processos de ocupação e práticas espaciais que são específicas do contexto do bairro, além de, contribuirmos para uma discussão onde o acesso à cidade, questões urbanas de mobilidade, saneamento, infraestrutura e habitação possam ser discutidas e entendidas como Direito Humano.	Sim, através de parcerias, por exemplo, nos finais de semana nosso grupo poderia ensaiar em um espaço da escola. Nós poríamos chamar os alunos interessados em hip hop e fazer um grupo com eles.
Em sua opinião, existe possibilidade dos movimentos sociais fazerem parte da gestão da Escola Municipal	Sim. Acredito que a escola é da comunidade e, por isso, deve estar aberta ao diálogo das instituições do bairro.	Sim, nós não podemos nos isolar. Temos sempre que buscar o diálogo e nos fortalecer.	Sim, como colaborador em projetos.	Sim. Acredito que os movimentos sociais com a gestão da escola pode aproximar a escola do bairro, da realidade do aluno.

Marisa Baqueiro Costa?				
Pela sua experiência, de que forma a gestão da Escola Municipal Marisa Baqueiro Costa vê a atuação dos movimentos sociais?	Acredito que a gestão vê nosso trabalho como necessário porque os alunos da escola também são os nossos alunos. Mesmo sem saber, trabalhamos juntos em prol do desenvolvimento das crianças e jovens do bairro.	Acredito que gestão apoia todos os movimentos que buscam a escola.	A gestão da EMMBC é uma grande parceira nossa, por isso, acredito que ela nos vê também como parceiros.	Acho que a escola sabe da importância de todo e qualquer instituição social para melhoria das condições de vida dos moradores.
Quais são as atuais reivindicações sobre o direito à educação pública em Saramandaia?	Construção de novas escolas. Saramandaia cresceu muito e as escolas continuam com o mesmo número de vagas. Por isso, não vamos deixar simplesmente passarem um trator em nossas escolas sem antes construir novas.	Ampliação de vagas. Maior envolvimento dos movimentos sócias com as escolas. Precisamos lutar para que o poder público construam mais escolas e com todas as séries. Agora, é a hora de nos fortalecer para não deixar que destruam nossas escolas, muito pelo contrário, queremos e precisamos de mais escolas.	Construção de novas escolas. Principalmente creches e escolas de ensino médio. Precisamos continuar as mobilizações para garantir que as Escolas Marisa Baqueiro e Risoleta Neves não sejam destruídas para a construção da Linha Viva.	Aumento de vagas. Temos muitas pessoas fora da escola tanto crianças de creche até jovens de segundo grau.

QUADRO 4 - SISTEMATIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES COM BASE NA TRIANGULAÇÃO DE EVIDÊNCIAS: ATUAIS
 LIDERANÇAS COMUNITÁRIAS DE SARAMANDAIA
 FONTE: ELABORADO PELA AUTORA (2016)

APÊNDICE I – Sistematização de informações com base na triangulação de evidências

Gestoras da Escola Municipal Marisa Baqueiro Costa		
Questões Norteadoras	Gestora 1	Gestora 2
Formação?	Pedagoga	Pedagoga
Qual é a sua concepção de educação?	A educação o um processo continuou de aprendizagem. Estamos nos educando e educando o outro a cada instante, seja na em casa. Na escola, na sociedade.	A educação faz parte do indivíduo.
Qual sua concepção de cidadania?	Cidadania é a consciência dos direitos e deveres para viver em harmonia na sociedade.	Cidadania, assim como educação são processos de conquistas sociais. Ser cidadão é compreender que somos sujeitos de direitos e deveres.
Considerando sua experiência profissional, qual sua concepção sobre movimento social?	Os movimentos sociais representam a organização da população na luta por direitos.	Os movimentos sociais é o despertar do povo para luta conjunta contra as formas de opressão.
O(a) senhor (a) conhece os movimentos sociais de Saramandaia?	Sim.	Sim.
Existe alguma relação entre a Escola e os movimentos sociais do bairro?	Sim. Durante o mês de setembro realizamos junto com a comunidade a Caminha da Primavera. Essa caminha reuni todos os movimentos sociais, as escolas comunitárias e a nossa escola para fazer um grande pedido pela paz e respeito as diversidades em nosso bairro.	Sim. A escola em 2009 abriu as portas para um projeto entre a UNEB e ONU de formação de jovens e adolescentes do bairro de Saramandaia e Pernambués. Durante três anos recebeu o projeto do Grupo Arte Consciente que teve como objetivo ensinar técnicas circenses na escola para os alunos.
A Escola tem algum projeto articulado com os movimentos sociais de Saramandaia?	No momento não.	No momento não.
O(a) senhor(a) acredita que os movimentos sociais podem contribuir com as ações da escola? De que forma?	Sim. A articulação com as instituições do bairro e de outras localidade é importante para ampliação do processo educativo como um todo.	Sim. Quando uma instituição de cunho educativo se aproxima da escola e juntas fazem um trabalho integrado cada uma respeitando as limitações da outra, o processo educativo fica rico e dinâmico.
O (a) senhor(a) vê participação dos movimentos sociais na gestão da escola?	Vejo que agregaria melhorias para todos, os movimentos sociais e a escola.	Sim. Vejo possível como membro do Conselho Escolar.

QUADRO 5 SISTEMATIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES COM BASE NA TRIANGULAÇÃO DE EVIDÊNCIAS: LIDERANÇAS ATUANTES EM SARAMANDAIA NAS DÉCADAS DE 1970 E 1980
 FONTE: ELABORADO PELA AUTORA (2016)

APENDICE J – CRONOGRAMA DE AÇÕES DO PROJETO SARAMANDAIA, TERRITÓRIO DE LUTA E RESISTÊNCIA: DIÁLOGO ENTRE ESCOLA E COMUNIDADE

DATA: 21 DE OUTUBRO DE 2015	DATA: 22 DE OUTUBRO DE 2015	DATA: 23 DE OUTUBRO DE 2015
• Apresentação do projeto aos alunos do 3º, 4º ano A e 5º anos (matutino) aos alunos e professoras; • Aplicação de questionário para compreensão dos conhecimentos prévios dos alunos sobre o tema; • Organização das equipes por subtema;	• Apresentação de vídeos sobre favela para as turmas do matutino e vespertino; • Discussão sobre o vídeo; • Produção escrita: desenho (3º ano); produção de texto (5º ano).	• Organização da produção áudio visual. • Digitalização de textos: Adson Silva de Jesus, Leticiane dos Anjos Neves e Gabriel Santiago, Ana Carolina, Lorena, Gleidson. • Digitou música (4ª ano A) Beatriz, Alana e Kailane.
DATA: 28 DE OUTUBRO DE 2015	DATA: 29 DE OUTUBRO DE 2015	DATA: 30 DE OUTUBRO DE 2015
• Apresentação do clipe das música a baixo para as turmas do matutino e 3º ano vespertino: • Negro Lindo - Parangolé - Compositor: Léo Santana E Nenel; • Firme e Forte – Psirico; • Eu Só Quero É Ser Feliz - Rap Brasil; • Sou Favela - Parangolé; • Olhos Coloridos - Sandra de Sá; • Mufete – Emicida; • Levanta e anda (part. Rael da Rima) – Emicida.	• Apresentação do vídeo Band Comunidade para os pais e alunos da turma do 4º ano B –Jôse; • Ensaios apresentações coreográficas – turmas do matutino; • Construção da maquete turma do 5º ano com apoio de Graça.	• Feriado do servidor público.
• Apresentação do livro animado Menina Bonita do Laço de Fita para a turmas do 1º ano A/B e 2º ano B. • Produção gráfica da música turmas do 1º ano B e 2º ano A.	• Aula pública para o 2º ano A / Reunião do 3º bimestre; • Apresentação do livro animado Menina Bonita do Laço de Fita; • Produção de desenhos alunos com suas mães/ avós;	• Feriado do servidor público.

	• Turma do 1º ano B – Jôse: Apresentação do vídeo Band Comunidade para os pais, vice-diretora; Lucineide; Prof. De Educação Física e do 1º ano A.	
DATA: 04 DE NOVEMBRO DE 2015	DATA: 05 DE NOVEMBRO DE 2015	DATA: 06 DE NOVEMBRO DE 2015
• Apresentação do Filme Besouro para as turmas do matutino; • Discussão sobre vídeo; • Produção escrita do 5º ano.	• Produção de cartaz sobre a Consciência Negra. • Entrega da redação sobre o filme Besouro – 5º ano; • Entrega dos ofícios na: Escola Risoleta Neves; Fundação Cidade Mãe e Posto Médico.	• Ensaio das apresentações; • Confecção da maquete.
• 1º ano A/B e A– História animada (vídeo) Bruna e a galinha d´angola. • Desenho da história; • 2º ano A – Filme Kiriku; • 3º ano B – Apresentação do filme Besouro.	• 1º ano A/ B e 2º ano A – Atividade de colagem da ilustração da Galinha d´angola • 3º ano B – Conclusão do Filme Besouro.	
DATA: 11 DE NOVEMBRO DE 2015	DATA: 12 DE NOVEMBRO DE 2015	DATA: 13 DE NOVEMBRO DE 2015
• Todas as turmas do matutino: Apresentação do Filme Cidade dos Homens – episódio: Pais e Filhos;	• 4º ano A/B e 3º ano – apresentação do Filme Cidade dos Homens – episódio: As aparências enganam; • 4º ano B – Ensaio da música: eu só quero ser feliz. Rap Brasil; • 5º ano – Prova Brasil.	• Ensaio das apresentações; • Confecção da maquete.
• 1º ano B – Atividade textual – tema: Bruna e a galinha d´angola; • 2º ano A – Filme Kiriku; • 3º ano - Apresentação do Filme Cidade dos Homens – episódio: Pais e Filhos.	• 3º ano: Apresentação do Filme Cidade dos Homens – episódio: Pais e Filhos; 2º ano A – história animada de Bruna e a Galinha d´angola; • 2º ano A – Ensaio da apresentação da história.	• Ensaio da apresentação.
DATA: 18 DE NOVEMBRO DE 2015	DATA: 19 DE NOVEMBRO DE 2015	DATA: 20 DE NOVEMBRO DE 2015

• Roda de conversa com Luzani - (18/11/2015) Tema: História de vida; • Organização: 8h as 9h – (4º ano A/B); • 10h30 as 11h30 – (3º ano e 5º ano). • Roda de conversa com Magda; Jaime; Francis (18/11/2015) - Tema: História de vida.	• Roda de conversa com José Luís (19/11/2015) – Tema: Meio ambiente e sustentabilidade na Comunidade de Saramandaia; • Organização: 8h as 9h – (4º ano A/B); • 10h30 as 11h30 – (3º ano e 5º ano).	• Dia da Consciência Negra • Apresentação das equipes; • Roda de conversa com Grupo Lugar comum – Curso de Arquitetura da UFBA; • Apresentação da maquete da praça; • Roda de conversa com Ana Lúcia (20/11/2015) - Tema: Meu cabelo, minha identidade; • Apresentação circense - Grupo Arte Consciente.
• 1º ano A/B e 2º ano- Produção do pano da história Bruna e a da Galinha d'angola. • 3º ano – Produção de cartaz sobre a Consciência Negra.	• Conclusão dos trabalhos: • 1º ano A/B e 2º ano- Produção do pano da história Bruna e a da Galinha d'angola. • 3º ano – Produção de cartaz sobre a Consciência Negra.	• Apresentação da história de Bruna e a galinha d'angola – 2º ano A. • Apresentação do turno matutino para o turno vespertino.
DATA: 25 DE NOVEMBRO DE 2015	DATA: 26 DE NOVEMBRO DE 2015	DATA: 27 DE NOVEMBRO DE 2015
• Apresentação dos alunos da E. M. Risoleta Neves (25/11/2015 as 10h)	• Apresentação de Rip Hop: Saulo • Local: Marisa Baqueiro • Horário: 10h30	• Apresentação na Escola Risoleta Neves • Horário: Matutino
DATA: 02 DE DEZEMBRO DE 2015	DATA: 03 DE DEZEMBRO DE 2015	DATA: 04 DE DEZEMBRO DE 2015
• Exibição do documentário “Retalhos – A Memória Viva de Saramandaia” - Diretor: Lúcio Lima	Ensaio da apresentação: Saramandaia, território de paz.	• Organização das apresentações.
DATA: 09 DE DEZEMBRO DE 2015	DATA: 10 DE DEZEMBRO DE 2015	DATA: 11 DE DEZEMBRO DE 2015
• Apresentação no Centro Cultural Arte Consciente.	• Dia Internacional dos Direitos Humanos; • Avaliação dos educandos sobre o projeto.	Reunião de avaliação
DATA: 09 DE DEZEMBRO DE 2015	DATA: 17 DE DEZEMBRO DE 2015	
Ensaio da apresentação: Saramandaia, território de paz	Apresentação: Saramandaia, território de paz Local: Fundação Cidade Mãe Horário: 9h	

QUADRO 6 - PROJETO - SARAMANDAIA: TERRITÓRIO DE LUTA E RESISTÊNCIA
 FONTE: ELABORADO PELA AUTORA (2015)

APÊNDICE K – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS POR TURNO E ANO DE ESCOLARIZAÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL MARISA BAQUEIRO COSTA - 2016

Nº	Turno	Ano Escolarizaçã o	Turma	Idade	Sala	Capacidade de alunos por sala	Expansão	Alunos da Rede	Alunos Novos	PD	Vagas
01	M	4º	A	6 a 14	01	30	0	15	15	0	0
02	M	4º	B	6 a 14	02	30	3	23	07	0	0
03	M	5º	A	6 a 14	03	30	0	28	02	0	0
04	M	5º	B	6 a 14	04	30	0	29	01	2	0
05	V	3º	A	6 a 14	01	30	0	30	00	0	0
06	V	2º	A	6 a 14	02	25	0	30	00	0	0
07	V	2º	B	6 a 14	03	25	0	30	00	0	0
08	V	1º	A	6 a 14	04	25	0	30	03	0	0
09	N	EJA TAP I	A	15 a 90	01	30	0	00	00	1	0
10	N	EJA TAP II	A	15 a 90	02	30	0	23	07	2	0
11	N	EJA TAP III	A	15 a 90	03	30	0	28	02	0	0
12	N	EJA TAP III	B	15 a 90	04	30	0	29	01	2	0

LEGENDA: M= MATUTINO; V= VESPERTINO; N= NOTURNO; PD= ALUNOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA;
FLUXO= N-NORMAL; A-ACELERAÇÃO

QUADRO 7 DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS POR TURNO DA ESCOLA MUNICIPAL MARISA BAQUEIRO COSTA EM 2016.
FONTE: MAIS - MATRÍCULA INFORMATIZADA SOCIAL (11/03/2016)

APÊNDICE L - Perfil das personagens dos participantes do documentário

- a) Madre Paula Ramos, monja do Convento de São Bento, formada em Letras Clássicas e Serviço Social que pediu licença a igreja Católica para sair do convento e viver uma experiência de fé na comunidade pobre de Saramandaia.
- b) Mariza Santos, uma das primeiras moradoras de Saramandaia e fundadora da Associação Beneficente das Senhoras do Bairro de Saramandaia (1982). Principal instituição responsável pela mobilização da população na luta pela construção da EMMBC.
- c) Normando Batista, coordenador do Centro de Cultura e Educação Popular (CECUP) nas décadas de 1980 a 2000. Normando foi um importante apoiador para a promoção da educação comunitária e pública em Saramandaia e em várias comunidades pobres no Estado da Bahia.
- d) Urânia Puridade, moradora e professora comunitária em classes de educação infantil e educação de jovens e adultos de 1984 a 1991. Em 1992 após aprovação em concurso pública torna-se docente da EMMBC. Em 2010 assume a direção, sendo atualmente vice-diretora da EMMBC.
- e) José Luís Santos, liderança comunitária, vice-presidente da Associação de Moradores de Saramandaia e porteiro da EMMBC.
- f) Lúcio Lima, morador do bairro, coordenador do Grupo de Teatro Jovem de Saramandaia e produtor do documentário “Retalhos: A Memória Viva de Saramandaia”.
- g) Saulo Cupertino, nascido e morador de Saramandaia, fundador do Grupo de Dança Hip Hop NDE Crew.
- h) Josiana Rocha, atual diretora da Escola Municipal Marisa Baqueiro Costa.
- i) Gabriela Leandro Pereira, arquiteta e urbanista, professora da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia (FAUFBA), participou das discussões sobre a construção do plano de bairro e a praça, além dos impactos do Projeto Via Expressa Linha Viva para os moradores de Saramandaia.

ANEXO A – Termo de Compromisso do Pesquisador

Universidade do Estado da Bahia
Departamento de Educação – Campus I
Mestrado Profissional em Gestão e Tecnologias Aplicada à Educação – GESTEC

TERMO DE COMPROMISSO DO PESQUISADOR

Eu, Rosângela Costa Soares, declaro estar ciente das normas e resoluções que norteiam a pesquisa envolvendo seres humanos e que o projeto Escola Municipal Marisa Baqueiro Costa, 40 anos depois: uma história de resistência e luta pela educação sob minha responsabilidade será desenvolvido em conformidade com a Resolução 466/12, do Conselho Nacional de Saúde, respeitando a autonomia do indivíduo, a beneficência, a não maleficência, a justiça e equidade. Garantindo assim o zelo das informações e o total respeito aos indivíduos pesquisados. Ainda, nestes termos, assumo o compromisso de:

- Apresentar os relatórios e/ou esclarecimentos que forem solicitados pelo Comitê de Ética (CEP) da Universidade do Estado da Bahia;
- Tornar os resultados desta pesquisa públicos, sejam eles favoráveis ou não;
- Comunicar ao CEP/UNEB qualquer alteração no projeto de pesquisa em forma de relatório, comunicação protocolada ou alterações encaminhadas via Plataforma Brasil.
- Reconduzir a pesquisa ao CEP/UNEB após o seu término para obter autorização de publicação.

Salvador, 11 de abril de 2016.

Rosângela Costa Soares

Assinatura do responsável pelo projeto

ANEXO B – Termo de Autorização Institucional

Universidade do Estado da Bahia
Departamento de Educação – Campus I
Mestrado Profissional em Gestão e Tecnologias Aplicada à Educação – GESTEC

TERMO DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Eu, **VALDÉLIO SANTOS SILVA**, matrícula nº 74335534-4, Diretor do Departamento de Educação, Campus I, da Universidade do Estado da Bahia, estou ciente e autorizo a pesquisadora **ROSANGELA COSTA SOARES** a desenvolver nesta instituição o projeto de pesquisa intitulado **ESCOLA MUNICIPAL MARISA BAQUEIRO COSTA, 40 ANOS DEPOIS: UMA HISTÓRIA DE RESISTÊNCIA E LUTA PELA EDUCAÇÃO** o qual será executado em consonância com as normas e resoluções que norteiam a pesquisa envolvendo seres humanos, em especial a Resolução CNS 466/12. Declaro estar ciente de que a instituição proponente é corresponsável pela atividade de pesquisa proposta e executada pelos seus pesquisadores e dispõe da infraestrutura necessária para garantir o resguardo e bem-estar dos sujeitos de pesquisa.

Salvador, 14 de abril de 2016.

.....
Assinatura e carimbo do responsável institucional

Prof. Dr. Valdério Santos Silva
Diretor do Departamento de Educação
Campus I - UNEB - Mat. 74335534-4
Data: 14/04/2016 - D.O.E. 18.06.14

ANEXO C – Termo de Autorização da Instituição Coparticipante

 SALVADOR PREFEITURA Secretaria da Educação	PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR Secretaria Municipal da Educação – SMED CRE- CABULA ESCOLA MUNICIPAL MARISA BAQUEIRO COSTA INEP: 29193702 - CÓD: 0708 Nosso compromisso é com a verdade; nossa meta o sucesso dos (as) nossos alunos (as)

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO COPARTICIPANTE

Eu, JOSIANA ROCHA, responsável pela Escola Municipal Marisa Baqueiro Costa estou ciente e autorizo o (a) pesquisador (a) Rosangela Costa Soares a desenvolver nesta instituição o projeto de pesquisa intitulado Escola Municipal Marisa Baqueiro Costa, 40 anos depois: uma história de resistência e luta pela educação. Declaro conhecer as normas e resoluções que norteiam a pesquisa envolvendo seres humanos, em especial a Resolução CNS 466/12 e estar ciente das corresponsabilidades como instituição coparticipante do presente projeto de pesquisa bem como do compromisso da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa recrutados, dispondo de infraestrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar.

Salvador, 14 de abril de 2016.

Urânia Puridade de Araújo Santos
 Vice-Diretora
Port. 508/2014 DOM 6249.....
 Aut. n.º 7708/2014


 Urânia Puridade de Araújo Santos
 Vice-Diretora
Port. 508/2014 DOM 6249.....
 Aut. n.º 7708/2014.....

Assinatura e carimbo do responsável institucional

ANEXO D – Termo de Concessão

 SALVADOR PREFEITURA Secretaria da Educação	PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR Secretaria Municipal da Educação – SMED CRE – CABULA ESCOLA MUNICIPAL MARISA BAQUEIRO COSTA INEP: 29193702 – CÓD: 0708 Nosso compromisso é com a verdade; nossa meta o sucesso dos (as) nossos alunos (as)
--	---

TERMO DE CONCESSÃO

Autorizo o acesso aos documentos sob minha guarda para que sejam coletados os seguintes dados: fotos, atas de reuniões, agendas, minutas de reunião, avisos, relatórios, que serão utilizados na execução do projeto intitulado Escola Municipal Marisa Baqueiro Costa, 40 anos depois: uma história de resistência e luta pela educação, sob a responsabilidade do pesquisador (a) **Profº. Dr. José Cláudio Rocha** com a finalidade científica e sem comprometer de nenhuma forma a integridade e a identidade dos participantes da pesquisa, conforme regulamenta a Resolução CNS 466/12.

Declaro estar ciente dos objetivos e benefícios do estudo, assim como da justificativa para não aplicar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e concordo com a coleta dos dados nesta unidade, exclusivamente para uso nesta pesquisa.

Salvador, 11 de maio de 2016.

Urânia Puridade de Araújo Santos

Assinatura e carimbo do

Funcionário que guarda a documentação

Urânia Puridade de Araújo Santos
Urânia Puridade de Araújo Santos
Vice-Diretora
Port. 508/2014 DOM 6249
Aut. 04/0708/2014

ANEXO E – Termo de Confidencialidade



Universidade do Estado da Bahia
Departamento de Educação – Campus I
Mestrado Profissional em Gestão e Tecnologias Aplicada à Educação – GESTEC

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

Título do projeto: Escola Municipal Marisa Baqueiro Costa, 40 anos depois: uma história de resistência e luta pela educação.

Pesquisador responsável: Dr. José Cláudio Rocha

Instituição/Departamento: Departamento de Educação – Campus I

Local da coleta de dados: Escola Municipal Marisa Baqueiro Costa

Os pesquisadores do projeto Escola Municipal Marisa Baqueiro Costa, 40 anos depois: uma história de resistência e luta pela educação se comprometem a preservar a privacidade sujeitos da pesquisa cujos dados serão coletados a partir de arquivos e bases de dados, através de gravação e filmagem da Escola Municipal Marisa Baqueiro Costa e concordam, com a utilização dos dados única e exclusivamente para execução do presente projeto. A divulgação das informações só será realizada de forma anônima e sendo os dados coletados bem como os termos de consentimento livre e esclarecido mantidas no (a) sala número 08 do Prédio de Pós-Graduação do Departamento Educação, Campus I da Universidade do Estado da Bahia, por um período de cinco anos sob a responsabilidade do Prof. Pesquisador Dr. José Cláudio Rocha. Após este período, os dados serão destruídos.

Salvador, 06 de maio de 2016

Nome do Membro da Equipe Executora	Assinatura
JOSÉ CLÁUDIO ROCHA	
ROSANGELA POSTA SOARES	

ANEXO F – Declaração de Concordância com o Desenvolvimento do Projeto



Universidade do Estado da Bahia
Departamento de Educação – Campus I
Mestrado Profissional em Gestão e Tecnologias Aplicada à Educação – GESTEC

DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA COM O DESENVOLVIMENTO DO PROJETO DE PESQUISA

Declaro estar ciente do compromisso firmado com a execução do projeto intitulado, Escola Municipal Marisa Baqueiro Costa, 40 anos depois: uma história de resistência e luta pela educação, vinculado ao Mestrado Profissional em Gestão e Tecnologias Aplicada à Educação (GESTEC), pertencente ao Departamento de Educação – Campus I – da Universidade do Estado da Bahia, que será desenvolvido na forma apresentada e aprovada pelo CEP da Universidade do Estado da Bahia sempre orientado pelas normativas que regulamentam a atividade de pesquisa.

Salvador, 09 de maio de 2016

Nome do orientador(a) e do orientando(a)	Assinatura
Prof. Dr. José Cláudio Rocha (orientador)	
Rosângela Costa Soares (orientanda)	

ANEXO G – Termo de Consentimento Livre e Esclarecimento



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO - CAMPUS I
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO E TECNOLOGIA APLICADA
À EDUCAÇÃO - GESTEC**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

ESTA PESQUISA SEGUIRÁ OS CRITÉRIOS DA ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS CONFORME RESOLUÇÃO N^o
466/12 DO CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE.

I – DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Nome do Participante: _____
Documento de Identidade n^o: _____ Sexo: F () M ()
Data de Nascimento: ____/____/____
Endereço: _____ Complemento: _____
Bairro: _____ Cidade: _____ CEP: _____
Telefone: (____) ____/____/____

II - DADOS SOBRE A PESQUISA CIENTÍFICA:

1. TÍTULO DO PROTOCOLO DE PESQUISA: **ESCOLA MUNICIPAL MARISA BAQUEIRO COSTA, 40 ANOS DEPOIS: UMA HISTÓRIA DE RESISTÊNCIA E LUTA PELA EDUCAÇÃO**
2. PESQUISADOR RESPONSÁVEL: Prof. Dr. José Cláudio Rocha
Cargo/Função: Professor orientador
3. PESQUISAR RESPONSÁVEL: Rosangela Costa Soares
Cargo/ Função: Discente / orientanda.

III - EXPLICAÇÕES DO PESQUISADOR AO PARTICIPANTE SOBRE A PESQUISA:

O (a) senhor (a) está sendo convidado (a) para participar da pesquisa: **ESCOLA MUNICIPAL MARISA BAQUEIRO COSTA, 40 ANOS DEPOIS: UMA HISTÓRIA DE RESISTÊNCIA E LUTA PELA EDUCAÇÃO**, de responsabilidade do pesquisador José Cláudio Rocha e Rosangela Costa Soares, docente/ discente da Universidade do Estado da Bahia que tem como objetivo investigar o processo de formação dos movimentos sociais e suas ações para garantir o direito à educação, através da implantação de escolas públicas na comunidade de Saramandaia em Salvador- Bahia, nas décadas de 1970 e 1980.

A realização desta pesquisa trará ou poderá trazer benefícios como tirar da invisibilidade a história da comunidade de Saramandaia e suas lutas por direitos básicos, especialmente o

Pesquisa submetida ao Comitê de ética em pesquisa com seres Humanos da Universidade do estado da Bahia, aprovado sob numero de parecer: _____ em _____, consulta disponível no link : <http://aplicacao.saude.gov.br/plataformabrasil>

direito à educação pública. Caso aceite o Senhor(a) será entrevistado e esta entrevista será gravada em áudio, vídeo e fotografia; terá suas fotos publicadas no projeto supra citado; terá atas e relatórios da instituição que o senhor(a) representa avaliado pela aluna Rosangela Costa Soares do Mestrado Profissional em Gestão e Tecnologias Aplicada à Educação – GESTEC. Devido a coleta de informações o senhor poderá ficar constrangido, ficar incomodado ou mesmo lembrar momentos de tristeza de sua vida. Sua participação é voluntário e não haverá nenhum gasto ou remuneração resultante dela. Garantimos que sua identidade será tratada com sigilo e portanto o Sr(a) não será identificado. Caso queira (a) senhor(a) poderá, a qualquer momento, desistir de participar e retirar sua autorização. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com a pesquisadora ou com a instituição. Quaisquer dúvidas que o (a) senhor(a) apresentar serão esclarecidas pela pesquisadora e o Sr caso queira poderá entrar em contato também com o Comitê de ética da Universidade do Estado da Bahia. Esclareço ainda que de acordo com as leis brasileira o Sr (a) tem direito a indenização caso seja prejudicado por esta pesquisa. O (a) senhor (a) receberá uma cópia deste termo onde consta o contato dos pesquisadores, que poderão tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

V. INFORMAÇÕES DE NOMES, ENDEREÇOS E TELEFONES DOS RESPONSÁVEIS PELO ACOMPANHAMENTO DA PESQUISA, PARA CONTATO EM CASO DE DÚVIDAS

PESQUISADOR(A) RESPONSÁVEL: Rosangela Costa Soares.

Endereço: Rua Sergipana, 76, Pernambués, Salvador – Bahia. **Telefone:** (71) 98759-2828, **E-mail:** r.angela78@gmail.com

Comitê de Ética em Pesquisa- CEP/UNEB Rua Silveira Martins, 2555, Cabula. Salvador-BA. CEP: 41.150-000. Tel.: 71 3117-2445 e-mail: cepuneb@uneb.br

Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP SEP 510 NORTE, BLOCO A 1º SUBSOLO, Edifício Ex-INAN - Unidade II - Ministério da Saúde CEP: 70750-521 - Brasília-DF

V. CONSENTIMENTO PÓS-ESCLARECIDO

Declaro que, após ter sido devidamente esclarecido pelo pesquisador(a) sobre os objetivos benéficos da pesquisa e riscos de minha participação na pesquisa **ESCOLA MUNICIPAL MARISA BAQUEIRO COSTA, 40 ANOS DEPOIS: UMA HISTÓRIA DE RESISTÊNCIA E LUTA PELA EDUCAÇÃO**, e ter

Pesquisa submetida ao Comitê de ética em pesquisa com seres Humanos da Universidade do estado da Bahia , aprovado sob numero de parecer: _____ em _____, consulta disponível no link : <http://aplicacao.saude.gov.br/plataformabrasil>

ANEXO H – Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa

	UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB	
PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP		

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: ESCOLA MUNICIPAL MARISA BAQUEIRO COSTA, 40 ANOS DEPOIS: UMA HISTÓRIA DE RESISTÊNCIA E LUTA PELA EDUCAÇÃO

Pesquisador: rosângela costa soares **Área Temática:**

Versão: 1

CAAE: 57470616.6.0000.0057

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA **Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER Número do Parecer: 1.721.020

Apresentação do Projeto:

O protocolo de pesquisa de ESCOLA MUNICIPAL MARISA BAQUEIRO COSTA, 40 ANOS DEPOIS: UMA HISTÓRIA DE RESISTÊNCIA E LUTA PELA EDUCAÇÃO trata-se de um projeto de autoria da pesquisadora Rosângela Costa Soares, vinculado ao criso do curso de pós-graduação da UNEB, mestrado profissional, GESTEC, sob a orientação do professor Dr. José Cláudio Rocha.

A metodologia pretendida perpassa pelo tipo de pesquisa qualitativa e estudo de caso, com foco nos Movimentos Sociais Urbanos na luta pelo direito humano à educação básica em Saramandaia, periferia de Salvador-BA, através da construção de escolas públicas na localidade no período de 1970 a 2015. Ainda sobre a metodologia, informa a pesquisadora que a coleta dar-se-á por meio da pesquisa documental e da entrevista. A escolha dos sujeitos teve como critério o envolvimento de pessoas responsáveis por entidades locais e externas com a luta pelo direito à educação em Saramandaia nas décadas de 1970 e 1980, assim como as atuais lideranças comunitárias atuante na comunidade e os gestores da Escola Municipal Marisa Baqueiro Costa, totalizando oito participantes.

A análise pretendida é a de conteúdo

Objetivo da Pesquisa:

Os objetivos apresentados são condizentes com a metodologia proposta e estão assim relacionados:

Objetivo Primário:

Investigar o processo de formação dos movimentos sociais e suas ações para garantir o direito à educação, através da implantação de escolas públicas na comunidade de Saramandaia em Salvador-Bahia, nas décadas de 1970 e 1980.

Objetivos Secundários:

- Investigar o processo de formação e organização dos moradores de Saramandaia para garantir o direito à educação na comunidade nas décadas de 1970 e 1980;
- Investigar os atuais movimentos sociais da comunidade de Saramandaia e suas ações para melhorar a qualidade da educação e ampliar a oferta de vagas em escola pública na localidade;
- Propor um vídeo documentário sobre a conquista da Escola Municipal Marisa Baqueiro Costa pela comunidade de Saramandaia e a necessidade da implantação de novas escolas e creches no bairro.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

A pesquisadora informa:

Riscos:

Os riscos que poderão ocorrer estão relacionados a emoções que poderão ser geradas aos entrevistados quando recordarem das lutas travadas com o poder público para garantir a implantação da escola na Comunidade de Saramandaia.

Benefícios:

Com visibilidade da história de formação dos movimentos sociais de Saramandaia, esperamos que a população conheça esta história e reivindique novas escolas e creches para a comunidade.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa é relevante e exequível.

A metodologia proposta bem como os critérios de inclusão e exclusão e cronograma são compatíveis com os objetivos propostos no projeto.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Na perspectiva da normativa, conforme segue:

- 1 – Termo de compromisso do pesquisador responsável: Encontra-se adequado;
- 2 – Termo de confidencialidade: Encontra-se adequado;
- 3 – A autorização da instituição coparticipante: Encontram-se adequadas;
- 4 – A autorização institucional da proponente: Encontra-se adequada;
- 5 – Folha de rosto: Encontra-se em conformidade e não necessita de ajustes;6 – TCLE:

consta no projeto e encontra-se necessitando dos seguintes ajustes:

- a) A pesquisadora deve atentar para esclarecer a questão da criação de banco de dados. Na escrita do TCLE é imperativo que informe a pretensão da formação do banco de dados para outros trabalhos acadêmicos dentro do âmbito da UNEB, inclusive constando o tempo de armazenagem do material; b) Revisar a redação para indicar a explicação ao participante da pesquisa em primeiro momento, informando também os riscos da pesquisa; informar o direito à indenização caso o participante sinta-se prejudicado por conta da pesquisa, inseridos para garantir a autonomia, a lisura e a ética e após o aceite;

Recomendações:

Recomendamos ao pesquisador atenção aos prazos de encaminhamento dos relatórios parcial e/ou final. Informamos que de acordo com as Resoluções do CNS/MS 466/12 e 510/2016, o pesquisador responsável deverá enviar ao CEP- UNEB o relatório de atividades final e/ou parcial anualmente a contar da data de aprovação do projeto.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Após a análise com vista às Resoluções 466/12 e 510/2016 CNS/MS o CEP/UNEB considera o projeto como APROVADO para execução, tendo em vista que apresenta benefícios potenciais a serem gerados com sua aplicação e representa risco mínimo aos participantes, respeitando os princípios da autonomia, da beneficência, não maleficência, justiça e equidade.

Considerações Finais a critério do CEP:

Após a análise com vista à Resolução 466/12 CNS/MS o CEP/UNEB considera o projeto como APROVADO para execução, tendo em vista que apresenta benefícios potenciais a serem gerados com sua aplicação e representa risco mínimo aos sujeitos da pesquisa tendo respeitado os princípios da autonomia dos participantes da pesquisa, da beneficência, não maleficência, justiça e equidade. Informamos que de acordo com a Resolução CNS/MS 466/12 o pesquisador responsável deverá enviar ao CEP- UNEB o relatório de atividades final e/ou parcial anualmente a contar da data de aprovação do projeto.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_P ROJETO_713099.pdf	28/06/2016 07:08:37		Aceito

Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto_comite_etica.docx	28/06/2016 07:07:57	rosangela costa soares	Aceito
Outros	coleta_de_dados_em_arquivos.JPG	19/05/2016 21:51:27	rosangela costa soares	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_2016.docx	19/05/2016 21:46:40	rosangela costa soares	Aceito
Folha de Rosto	folha_de_rosto.pdf	12/05/2016 12:25:18	rosangela costa soares	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Instituicao_coparticipantes.JPG	11/05/2016 23:22:01	rosangela costa soares	Aceito
Declaração de Pesquisadores	termo_de_concordancia.JPG	11/05/2016 23:18:34	rosangela costa soares	Aceito
Declaração de Pesquisadores	termo_de_confidencialidade.JPG	11/05/2016 23:17:58	rosangela costa soares	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	termo_de_concessao.JPG	11/05/2016 23:17:07	rosangela costa soares	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	autorizacao_inst_proponente.JPG	11/05/2016 23:16:17	rosangela costa soares	Aceito
Declaração de Pesquisadores	termo_compromisso_pesquisador.JPG	11/05/2016 23:15:34	rosangela costa soares	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto.docx	11/05/2016 22:56:50	rosangela costa soares	Aceito

Situação do Parecer: Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP: Não

SALVADOR, 12 de Setembro de 2016

Assinado por: Aderval Nascimento Brito (Coordenador)

ANEXO I – Autorização de Pesquisa: Secretaria da Educação de Salvador

Autorização de Estágio - Escola Municipal Marisa Baqueiro Costa - GRE CABULA
DIPE Estágio<estagioepesquisa.pedagogico@educacaosalvador.net>
Para escola, GR-Pedagógico, Gerência, mim

Prezado (a) Diretor (a),

De Ordem da Diretoria Pedagógica/Gerência de Currículo/SMED, fica autorizado pesquisa de campo intitulada *"ESCOLA MUNICIPAL MARISA BAQUEIRO COSTA, 40 ANOS DEPOIS: UMA HISTÓRIA DE RESISTÊNCIA PELA EDUCAÇÃO"*, que tem como objetivo geral elaborar um plano de ação da gestão escolar de articulação entre a comunidade escolar e a comunidade local. A presente pesquisa será realizada pela mestrande **Rosângela Costa Soares**, do Programa de Pós-Graduação em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação - GESTEC, da Universidade do Estado da Bahia - UNEB, sob orientação do Prof. Dr. José Cláudio Rocha.

--.....

A assinatura do Termo de Compromisso (apenas para Estágio Curricular Obrigatório), é de responsabilidade do(a) diretor(a) da escola. Não é permitido utilizar as imagens dos estudantes sem a prévia autorização de pais/responsáveis, bem como as imagens das dependências das escolas sem a devida autorização do Secretário Municipal. Os documentos PPP, REGIMENTO ESCOLAR, PLANO GESTOR, entre outros específicos da escola, só poderão ser analisados, se necessário, na própria Unidade Escolar.

Atenciosamente,
Vanilza Jordão

**Diretoria Pedagógica/Gerência de Currículo
Coordenadoria de Formação Pedagógica
Secretaria Municipal de Educação - SMED
Av. Anita Garibaldi, nº 2981 - Rio Vermelho
CEP: 41.940-450
(71) 3202.3065 / 3066
www.educacao.salvador.ba.gov.br**